



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS
NATURAIS: os aspectos socioambientais do Programa Bolsa Floresta no
modo de vida das Comunidades Ribeirinhas de Maués/AM.**



MAYARA PEREIRA DA SILVA

**Manaus - Amazonas
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA

MAYARA PEREIRA DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS:
os aspectos socioambientais do Programa Bolsa Floresta no modo de vida das
Comunidades Ribeirinhas de Maués/AM.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Prof^a Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira

Manaus - Amazonas
2013

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Silva, Mayara Pereira da

S586p Políticas públicas e conservação dos recursos naturais: os aspectos socioambientais do programa bolsa floresta no modo de vida das comunidades ribeirinhas de Maués/AM. / Mayara Pereira da Silva. - Manaus, 2013.

136f. il. color.

Dissertação (mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia)

Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Simone Eneida Baçal de Oliveira

1. Conservação 2. Desenvolvimento sustentável 3. Unidade de conservação I. Oliveira, Simone Eneida Baçal de (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 1997 502.34(811.3)(043.3)

MAYARA PEREIRA DA SILVA

POLITICAS PÚBLICAS E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS:
os aspectos socioambientais do programa bolsa floresta no modo de vida das
comunidades ribeirinhas de Maués/AM.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da
Universidade Federal do Amazonas, como requisito
para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade e
Cultura.

Apresentada em 06 de Maio de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira, presidente.
Universidade Federal do Amazonas.

Prof. Dra. Yoshico Sasaki, membro.
Universidade Federal do Amazonas.

Profa. Dra. Lucilene Ferreira de Melo, membro.
Universidade Federal do Amazonas.

DEDICATÓRIA

À minha amada mãe Elizabeth e minha querida avó Elóia (in memória) por cuidarem de mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo seu infinito amor e misericórdia, pois tem me sustentado a cada dia;

À minha família, que sempre acreditou que eu conseguiria;

Ao meu marido, que tem sido o melhor homem do mundo, pois a cada dia me ajuda a querer ser uma pessoa melhor;

À minha orientadora Simone Baçal, pelos sábios ensinamentos e principalmente pela competência nas orientações para a realização deste trabalho;

À Profa. Socorro Chaves, pelo apoio incondicional nessa caminhada e pelo exemplo de dedicação;

Aos amigos do Grupo Inter-Ação, em especial Talita Lira, Rosa Maria e Silvana Compton;

Ao meu Grupo de Oração da Nova Igreja Batista, amigos que me fortaleceram em momentos difíceis;

A todos os meus amigos;

Aos comunitários de Monte Sinai pelo carinho e pela confiança em participar na pesquisa,

À gestora da Floresta Estadual de Maués que aceitou de boa vontade contribuir com o estudo,

À Universidade Federal do Amazonas, pela oportunidade de estudar nesta instituição de ensino.

Aos professores e colaboradores do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia pelo conhecimento propiciado,

Ao CNPq, pelo apoio na concessão da bolsa de Estudo.

Meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A pesquisa realizou uma análise dos aspectos socioambientais do PBF no modo de vida das comunidades ribeirinhas no município de Maués/AM. Entende-se que na contemporaneidade vem crescendo e ganhando centralidade os debates teóricos acerca da questão socioambiental. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre o modelo de transformações sociais e técnicas e suas implicações sobre os modos de uso e de apropriação dos recursos naturais. No que concerne a relevância acadêmico-científica do trabalho, esta se expressa nesse estudo através da: 1) produção de novos conhecimentos sobre o *modus vivendi* das comunidades tradicionais da Amazônia; 2) possibilidade de obter formação qualificada para atuar junto aos povos amazônicos; 3) oportunidade de produção de subsídios para formulação de Políticas Ambientais que considerem as comunidades tradicionais como um agente ativo; 4) contribuição para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional sobre a referida temática. O estudo configurou-se como um estudo de caso de natureza analítica, no qual foram definidas três fases metodológicas processuais diferenciadas, porém interligadas e que se complementam entre si, quais sejam: **Fase I: Preliminar** – execução de procedimentos preliminares à fase de implementação propriamente dita da investigação, com as seguintes atividades: revisão bibliográfica; contatos institucionais; definição dos sujeitos da pesquisa, pesquisa documental junto às instituições; elaboração dos instrumentos de coleta de dados; assinatura do Termo de Anuência pelo líder da comunidade; aprovação do projeto junto ao CEP. **Fase II: Pesquisa de Campo** - coleta de dados através de visitas institucionais para aplicação de entrevista e formulários; apresentação do projeto de pesquisa com técnicas de abordagem grupal na comunidade; aplicação de Entrevistas junto aos representantes dos grupos domésticos e gestores institucionais. **Fase III: Articulação Teórico-Prática** – tratamento e análise dos dados. Quanto aos resultados obtidos, observou-se que os ribeirinhos da comunidade Monte Sinai possuem um modo de vida particular e uma relação de respeito e sinergia com a natureza. A criação do Programa Bolsa Floresta em Maués causou grandes impactos sobre o *modus vivendi* dos ribeirinhos desde o processo de implementação. Destacando entre estas, os impactos nas atividades produtivas, os ribeirinhos sofreram restrições em suas atividades habituais nas comunidades, como caça, a coleta, a pesca e a agricultura. Quanto aos impactos na organização política, analisou-se que houve uma diminuição das organizações políticas em Monte Sinai, uma vez que são reconhecidas pela gestão da FAZ apenas as organizações formalmente organizadas. O estudo possibilitou a produção de conhecimentos técnicos e científicos em consonância com as necessidades sociais, culturais e políticas das comunidades ribeirinhas para subsidiar a formulação de políticas públicas compatíveis com a realidade amazônica; a defesa de direitos ao território desses povos contribuindo, dessa forma, para a sustentabilidade sócio-cultural na Amazônia e a efetivação da cidadania dos povos ribeirinhos.

Palavras chave: Políticas Públicas, Programa Bolsa Floresta, Unidade de Conservação, Comunidades Ribeirinhas.

ABSTRACT

The research aims to analyze the environmental aspects of PBF in the livelihoods of coastal communities in Maués/AM. In contemporary times has been growing and gaining centrality the theoretical debates about the environmental issue. Thus arose the need to reflect on the model of social and technical transformations and their implications on the ways to use and appropriation of natural resources. Regarding the relevance of the academic and scientific work, this is expressed through this study: 1) production of new knowledge about the *modus vivendi* of traditional communities in the Amazon, 2) ability to obtain qualified training to act together to Amazonian peoples; 3) production subsidies opportunity to formulate environmental policies that consider the traditional communities as an active agent; 4) contribution to the discussions in different at regional, national and international on that theme. The study appears as a case study of analytical nature, which set three phases methodological procedural different but interlinked and complement each other, namely: Phase I: Preliminary - performing procedures preliminary to the implementation phase itself actual research, with the following activities: literature review; institutional contacts; definition of research subjects, documentary research with institutions, development of data collection instruments; signing the Consent by community leader; approval of the project by the CEP. Phase II: Field Research - Data collection via institutional visits for application interview, presentation of the research project with technical group approach in the community; application Interviews with representatives of domestic groups and institutional managers. Phase III: Articulation Theory-Practice - processing and data analysis. Regarding the results obtained, it was observed that the riverine community of Mount Sinai have a particular way of life and a relationship of respect and synergy with nature. The creation of the Bolsa Floresta in Maués caused major impacts on the *modus vivendi* of riparian already in the process of implementation. In terms of impacts on productive activities, the riverine suffered restrictions on their usual activities in the communities, such as hunting, gathering, fishing and agriculture. Regarding impacts on political organization, analyzed that there was a decrease of political organizations in Monte Sinai, as is only recognized by the managers of the Forest Maués, organizations formally organized. The study aims at the production of technical and scientific knowledge in line with the social, cultural and political riverine communities to support the formulation of public policies compatible with the Amazon reality; advocacy to the territory of these peoples and thereby contributes to socio-cultural sustainability in the Amazon and effective citizenship of people bordering.

Keywords: Public Policy, Bolsa Floresta Program, Conservation Unit, Riverine Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Direitos civis, políticos e sociais.....	22
Figura 02 - Esquema constitucional do Brasil.....	31
Figura 03 - Esquema pós Constituição Federal de 88.....	33
Figura 04 - Dimensões da sustentabilidade.....	36
Figura 05 - Esquema da Gestão das UC's até 2007 no Estado do Amazonas.....	64
Figura 06 - Esquema da Gestão atual das UC's no Estado do Amazonas.....	66
Figura 07 - Mapa das Unidades de Conservação no Amazonas (2002-2009).....	67
Figura 08 - Mapa de Localização das Terras Indígenas, Unidades de Conservação Estaduais e Federais no Amazonas.....	68
Figura 09 - Pilares do Programa Bolsa Floresta.....	80
Figura 10 - Resumo dos investimentos do PBF por UC com destaque para a Floresta Estadual de Maués.....	82
Figura 11 - Mapa do Estado Amazonas, destaque para o município de Maués.....	84
Figura 12 - Frente da comunidade Monte Sinai.....	92
Figura 13 - Mapa das comunidades abrangidas pela Floe Maués.....	93
Figura 14 - Frente da comunidade Monte Sinai.....	98
Figura 15 - “Ambulança” da comunidade.....	101
Figura 16 - Casa de Madeira coberta de Palha.....	104
Figura 17 - Transporte utilizado para a pescaria.....	106
Figura 18 - Barco viabilizado pelo PBF para atender as famílias da Floe Maués...	106
Figura 19 - Cartão de saque do Bolsa Floresta Familiar.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Faixa etária dos informantes.....	95
Gráfico 02 - Escolaridade dos informantes.....	96
Gráfico 03 - Profissão dos Informantes.....	96
Gráfico 04 - Atividades coletivas da comunidade.....	97
Gráfico 05 - Doenças adquiridas pela água contaminada.....	102
Gráfico 06 - Comunitários que possuem energia.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Categorias de Manejo e dispositivos legais com relação à Áreas Protegidas no Brasil, anteriormente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 2000 (Lei 9985/2000).....	53
Tabela 02 - Tipologias e Categorias de Unidades de Conservação Previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000).....	56
Tabela 03 - Unidades de Conservação Estadual.....	71
Tabela 04 - Tipos de Unidade de Conservação.....	72
Tabela 05 - Alcance do PBF nas Unidades de Conservação entre 2008-2011.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Técnicas e Instrumentais de Pesquisa.....	19
Quadro 02 - Síntese do processo político-institucional de construção e consolidação da Política Ambiental no Brasil.....	50
Quadro 03 - Número e área total (ha) de Unidades de Conservação Federais criadas no Brasil segundo a tipologia de uso e as categorias de manejo.....	57
Quadro 04 - Quadro de investimentos do PBF.....	86
Quadro 05 - Infraestrutura da comunidade Monte Sinai.....	94

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável
AFLORAM	Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas
BCB	Banco de Crédito da Borracha
CDB	Convenções sobre Diversidade Biológica
CDS	Conselho de Desenvolvimento Social
CECFAM	Conselho Estadual de Concessão Florestal do Amazonas
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil
DSI	Departamento de Saúde Indígena
DPT	Departamento de Populações Tradicionais do CEUC
DPV	Departamento de Proteção e Vigilância do CEUC
FAPEAM	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
FAS	Fundação Amazônia Sustentável
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FLONAS	Florestas Nacionais
FLONA	Floresta Nacional
FLORESTA	Floresta Estadual
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS Maués	Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Maués
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
PBF	Programa Bolsa Família
PBFF	Programa Bolsa Família Familiar
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PG	Plano de Gestão
PRORURAL	Programa de Aposentadoria Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição da Terra
RADAM	Radar da Amazônia
RDS	Reservas de Desenvolvimento Sustentável
Resex	Reservas Extrativistas
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SEAE	Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo da SDS
SEAFE	Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo e Floresta
SEPROR	Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento de Maués
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIMUC	Sistema Municipal de Unidades de Conservação
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDHEVEA	Superintendência do Desenvolvimento da Borracha
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
ZPF	Zona de Produção Florestal
ZFV	Zona Franca Verde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - ESTADO E CIDADANIA: fundamentos necessários para formulação de políticas públicas	21
1.1. O Papel do Estado na formulação de políticas públicas	23
1.2. A Participação Social enquanto instrumento na construção da cidadania	29
1.3. A Dimensão socioambiental no avanço das condições de vida da sociedade	34
1.4. A Constituição da Política Ambiental no Brasil: breve panorama	39
CAPÍTULO II - CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS NO AMAZONAS: trajetória sócio-histórica	59
2.1. A Política Ambiental e as Unidades de Conservação do Amazonas.....	60
2.2. Programa Bolsa Floresta: instrumento de políticas públicas para as comunidades ribeirinhas de Maués?	73
2.3. Floresta Estadual de Maués e PBF: processos de implementação.....	83
CAPÍTULO III - OS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA BOLSA FLORESTA NA COMUNIDADE MONTE SINAI EM MAUÉS/AM	88
3.1. Populações tradicionais: comunidades ribeirinhas na Amazônia	88
3.2. Caracterização do Município de Maués	91
3.3. Comunidade Monte Sinai: processualidade histórica	92
3.4. Análise dos relatórios técnicos de gestão da FAS no período de 2009-2012	114
3.5. Programa Bolsa Floresta e Participação Cidadã: um diálogo necessário	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

A crise ambiental evidente a partir dos anos 60, resultado do modo de produção e consumo dominante, marcou os limites do crescimento econômico, iniciando um debate teórico e político que resultou no surgimento de um amplo e fecundo debate para pensar e repensar mecanismos e políticas que pudessem dar conta da realidade em voga. Assim, desde a década de 70 o debate em torno da necessidade de ações que visem um “*Desenvolvimento Sustentável*” vem sendo a temática de profundos debates nacionais e internacionais. No entanto, não há um consenso tanto no âmbito acadêmico-científico como no âmbito político sobre o que seja o desenvolvimento sustentável, gerando, assim, inúmeros desafios para o estabelecimento de políticas públicas que apresentem o caráter de *sustentabilidade*, ou seja, que visem garantir a continuidade da vida no planeta.

Neste processo, emerge a discussão sobre a Questão Socioambiental sendo apontada como elemento de extrema importância para a mitigação das problemáticas advindas da relação homem natureza estabelecida na sociedade erigida sob a ordem do capital. Os debates em torno da Questão Socioambiental ganharam expressividade, principalmente, após a criação de áreas protegidas que não admitiam a presença humana, uma vez que se entendia que esta presença nos espaços naturais se constituía como prejudicial para viabilizar uma alternativa sustentável para a civilização. Por certo, muitos avanços já ocorreram na forma de conceber políticas públicas ambientais de proteção dos recursos naturais. Todavia, muitos são os desafios de ordem política, econômica e social que se apresentam para construção de uma sociedade sustentável.

Nesse sentido, este trabalho parte do pressuposto de que a Amazônia, em seus processos sócio-culturais e econômicos, está conectada ao circuito das relações capitalistas globais suportando desta forma as conseqüências das crises desta forma de organização social.

Desse modo, importante enfatizar que este estudo entende que na sociedade capitalista há uma relação de exploração entre os homens, e esta relação de exploração estende-se à natureza, contudo, as populações tradicionais se relacionam de forma diferenciada, pois, estes realizam o manejo dos recursos naturais de maneira efetivamente diferenciada sem agredir a natureza. Neste sentido, as populações tradicionais que habitam a região amazônica constituíram ao longo de um processo sócio-histórico uma forma peculiar de gestão dos recursos naturais sendo fundamental o envolvimento destas nas políticas ambientais, sobretudo, no contexto amazônico.

Assim o *modus vivendi* das comunidades ribeirinhas constituem o manejo diferenciado na gestão dos recursos naturais e de organização social. Esta relação é concebida a partir da interação homem/natureza uma vez que se condicionam e se integram ao complexo ambiente da região e que garantem a sobrevivência dessas populações, com bases na cultura indígena. Neste estudo pretende-se contribuir para o debate em torno das políticas públicas para populações do meio rural na Amazônia, em particular das que vivem o cotidiano singular das Unidades de Conservação, marcado por um processo de controle no usufruto dos recursos naturais.

Feitas estas considerações este estudo objetiva analisar os aspectos socioambientais do Programa Bolsa Floresta na comunidade ribeirinha Monte Sinai pertencente à Floresta Estadual de Maués. As questões que nortearam a pesquisa foram: Quais os aspectos socioambientais do Programa Bolsa Floresta para estas comunidades? Esta questão é fundamental para nortear o conhecimento sobre a percepção dos agentes sociais referente a sua participação em política pública socioambiental que se configura como pioneira no país, bem como perceber como está sendo trabalhada a constituição da Cidadania por meio da participação cidadã em comunidades ribeirinhas no contexto singular da Amazônia.

A escolha do tema da dissertação de mestrado justifica-se pela participação da autora, desde 2008, no *Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia* - Grupo Inter-Ação/UFAM, o qual no município de Maués em comunidades ribeirinhas do Rio Parauari desde 2001, pesquisando sobre a dinâmica socioambiental e organizacional das populações tradicionais. O referido Grupo de Pesquisa e Extensão é vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, ao Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social (PCTIS) e ao Diretório 5.0 do CNPq.

Por meio da realização do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC 2009-2010) intitulado *Análise das Formas de Trabalho ocorridas na comunidade de Mucajá após a criação da Floresta Estadual de Maués/AM* e a posterior elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso sobre o referido tema, foi possível realizar observações que despertaram o interesse em investigar o tema proposto.

No que diz respeito à relevância social, esta é evidenciada na própria escolha do tema, uma vez que as transformações no modo de vida das comunidades ribeirinhas são entendidas como uma problemática social que deve ser investigada. Assim, trata-se, de modo concreto, de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania das comunidades ribeirinhas, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais e direito ao território em que vivem.

No que concerne à relevância acadêmico-científica, esta se expressa nesse estudo através da: 1) produção de novos conhecimentos sobre as comunidades tradicionais da Amazônia; 2) possibilidade de obter formação qualificada para atuar junto aos povos amazônidas; 3) oportunidade de produção de subsídios para formulação de Políticas Ambientais que considerem as comunidades tradicionais como um agente ativo; 4)

contribuição para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional sobre a referida temática.

Nesse sentido, este trabalho visa à produção de conhecimentos técnicos e científicos em consonância com as necessidades sociais, culturais e políticas das comunidades ribeirinhas para subsidiar a formulação de Políticas Públicas; a defesa de direitos ao território desses povos contribuindo, dessa forma, para a sustentabilidade sócio-cultural na Amazônia e a efetivação da cidadania dos povos ribeirinhos.

Neste estudo, os procedimentos metodológicos foram entendidos como um processo desvendamento da realidade. Desse modo, a abordagem junto aos sujeitos realizou-se através de técnicas e instrumentos para a obtenção de dados de natureza qualitativa. Entende-se como abordagem qualitativa uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações. Segundo Minayo (2001), essa orientação metodológica possibilita um diálogo crítico com a realidade.

Para iniciar a pesquisa conforme os ditames do meio acadêmico o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM) por meio da Plataforma Brasil. A partir de então deu-se início a realização da revisão bibliográfica para fundamentar as categorias de análise da pesquisa. Procedeu-se também a pesquisa documental junto às instituições que possuem informações qualificadas em relação ao tema e no banco de dados organizados pelo Grupo de Pesquisa Inter-Ação, visto que o *locus* da pesquisa é o campo piloto de pesquisa do referido grupo.

Após este momento de consulta às fontes de informações foram estruturadas as técnicas e instrumentos de coleta de dados para posterior pesquisa de campo. Na pesquisa em campo foi realizadas durante todo o processo da pesquisa o uso da técnica de observação participante foram realizada uma avaliação criteriosa, para selecionar os informantes-chave para aplicação das entrevistas.

Quanto aos critérios de inclusão relativos ao sujeito da pesquisa na comunidade no que concerne a aplicação dos formulários, foram utilizados os seguintes critérios:

- Pertencer à comunidade, *locus* da pesquisa, por no mínimo 6 anos;
- Morar na sede da comunidade e ser indicado/reconhecido como representantes pelo seu grupo doméstico, independente de gênero;
- Ser maior de 21 anos;
- Ser usuário do Bolsa Floresta Familiar.

Quanto aos critérios de inclusão relativos aos interlocutores (gestores e técnicos) das instituições a serem pesquisadas, o único critério determinante para escolha dos interlocutores (gestores e técnicos) é possuir informações qualificadas. Na comunidade, formada por 28 famílias, foram atingidos pela pesquisa 100% dos comunitários.

Em visita da gestora da Floresta Estadual de Maués em Manaus, foi realizada 1 (uma) entrevista. Vale ressaltar que estava prevista uma entrevista com um gestor do Fundação Amazonas Sustentável (FAS), todavia, no período da pesquisa após inúmeras tentativas os gestores da FAS não aceitaram participar da pesquisa, alegando não ser um momento oportuno para destacar as ações da FAS na Floresta Estadual de Maués. Diante dessa situação a entrevistas foi cancelada e não foi possível inserir a mesma no trabalho.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados um conjunto de instrumentais técnicos para a coleta de dados. Vale ressaltar que todos os momentos junto à comunidade foram registrados. (Cf. Quadro 01)

TECNICAS/ INSTRUMENTAIS		PÚBLICO-ALVO
Conversas semi-formais	- Visitas Domiciliares e nos diversos momentos de integração com os comunitários; Registro Fotográfico; - Caderno de campo.	Representantes dos grupos domésticos
Entrevista semi-estruturada	- Visitas Domiciliares; - Registro Fonográfico; - Registro Fotográfico; - Roteiro de entrevista semi-	Informantes-chave

	estruturado.	
Formulário com questões abertas e fechadas	- Visitas Domiciliares; - Registro Fonográfico; - Registro Fotográfico.	Representantes dos grupos domésticos
Técnicas de abordagem grupal	- Reunião com material didático apropriado para apresentação do Projeto à comunidade; - Mapeamento Institucional.	Representantes dos grupos domésticos
Observação participante sistemática e assistemática.	Acompanhamento de atividades produtivas, político-organizativas e culturais (reuniões e lazer) Registro Fotográfico; Caderno de campo.	Representantes dos grupos domésticos

Quadro 01: Técnicas e Instrumentais de Pesquisa
FONTE: Silva, 2013.

Vale ressaltar que após a fase da pesquisa de campo foi organizado um Banco de Dados para sistematização e análise dos dados obtidos em campo tendo como quadro de referência as categorias analíticas que norteiam o estudo. Deste modo a seguir apresenta-se a forma de organização dos resultados do estudo.

Portanto, este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo apresentar-se-á a discussão teórica das categorias analíticas, Questão Socioambiental, Políticas Públicas e Cidadania.

No segundo capítulo realizar-se-á uma discussão sobre o processo sócio-histórica que determina a criação do Programa Bolsa Floresta, buscando articular os desafios enfrentadas pelo modo de produção capitalista e pelo Estado em suas diferentes instâncias, como também, a implementação do referido programa em comunidades ribeirinhas da Floresta Estadual de Maués/AM.

No terceiro capítulo será realizada uma breve apresentação da perspectiva teórica referente à comunidade ribeirinha que embasa o estudo, e na seqüência a caracterização do *locus* da pesquisa, e os dados referentes aos aspectos sociais e ambientais do Programa Bolsa Floresta e os processos de autonomia via programa nos âmbitos familiar e comunitário. E, por fim, apresentar-se-á as considerações finais sobre o estudo.

CAPÍTULO I

ESTADO E CIDADANIA: fundamentos necessários para formulação de políticas públicas

Na contemporaneidade vem crescendo e ganhando centralidade os debates teóricos acerca da questão socioambiental. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre o modelo de transformações sociais e técnicas e suas implicações sobre os modos de uso e de apropriação dos recursos naturais. A relação homem-natureza vem sendo construída a partir de uma racionalidade capitalista com base em uma visão economicista, na qual não há uma preocupação efetiva com a questão de sua finitude.

Para tanto, parte-se do pressuposto que a co-relação entre Estado e Políticas Públicas, na atualidade, vem ganhando uma centralidade na agenda científica. Para realizar tal discussão, faz-se necessário pontuar o papel que o Estado adquire na sociedade capitalista, tendo em vista ser o principal aparelho implementador das políticas públicas. No estudo, parte-se de uma abordagem histórico-crítica, na qual se entende que, o Estado adquire formatos peculiares e se transforma dialeticamente em distintos momentos históricos, uma vez que a legitimidade do poder do Estado é tencionada pela luta dos interesse antagônicos entre as classes sociais¹ que permeiam a sociedade, ou seja, a organização do Estado depende das condições objetivas de existência dos homens, da organização da produção e das relações sociais estabelecidas em cada Estado - Nação. Assim, parte-se do pressuposto de que o Estado expressa o jogo de forças presente na sociedade que atua em seu engendramento e do qual o mesmo recebe a legitimidade para o uso do poder político.

¹ Segundo a óptica marxista, em praticamente toda sociedade, existe a classe dominante, que controla direta ou indiretamente o Estado, e as classes dominadas por aquela, reproduzida inexoravelmente por uma estrutura social implantada pela classe dominante. Segundo a mesma visão de mundo, a história da humanidade é a sucessão das lutas de classes, de forma que sempre que uma classe dominada passa a assumir o papel de classe dominante, surge em seu lugar uma nova classe dominada, e aquela impõe a sua estrutura social mais adequada para a perpetuação da exploração.

Neste capítulo também se aborda a questão da participação social no processo de cidadania, partindo do entendimento que a participação social é condição e instrumento indispensável à construção da cidadania. Nesse sentido, compreende-se a participação social como processo dialético em construção em que a busca pela cidadania permite avançar no pressuposto marxista: em que os homens fazem a história. Segundo Covre (2006), afirma que a possibilidade de uma sociedade melhor passa, primeiramente, pela revolução interna do homem e o rompimento do mesmo com a alienação causada pelo capitalismo.

Com referência a citação anterior, a autora afirma, ainda, que é preciso haver uma educação voltada para a cidadania para que os homens aprendam a reivindicar seus direitos civis, políticos e sociais (Cf. Figura 1). A Liberdade, participação social e as necessidades humanas, trabalham a crítica das formas de organização na sociedade de classe, o que implica numa concepção de cidadania, direitos sociais e políticos a partir da participação da sociedade nesse processo de empoderamento.



Figura 1 - Direitos civis, políticos e sociais.
FONTE: Silva, 2012.

No Brasil, a consolidação das instituições democráticas é bastante recente (a partir da década de 1980), tendo ocorrido em outros períodos de forma frágil e esparsa ao longo do período republicano. Assim como foi frágil à construção do Estado de Direito que a deveria embasar. Nesse sentido, mesmo a formalização igualitária assegurada pelo reconhecimento comum dos direitos civis, políticos e sociais revelou-se precarizada, já que permanentemente submetida a um padrão de dominação social criando as desigualdades entre as classes sociais.

Essas características expõem a prevalência histórica de relações político-sociais arcaicas, marcadas pelo signo da submissão e do favor, permanecendo a experiência política como uma concessão fundada em referências privatistas e personalistas de poder.

Entende-se que este debate Estado e Sociedade Civil é relevante à medida que contribui para desvendar e interpretar: a dinâmica complexa que se efetiva no plano da realidade, os conflitos que permeiam a atuação das instituições na sociedade, além de se configurar como importantes instrumentos analíticos para o estudo das políticas ambientais implementadas no Brasil, mas especificamente no Estado do Amazonas.

1.1. O Papel do Estado na formulação de políticas públicas

A partir das transformações nas modalidades da intervenção estatal que ocorrem no plano societal, surgem novas abordagens teóricas no campo acadêmico-científico na tentativa de explicar as metamorfoses do Estado nas diversas conjunturas sócio-históricas. Segundo Costa (2006), o Estado moderno surgiu a partir do século XVI no fluxo de constituição do modo de produção capitalista. Mas foi, sobretudo, a partir da Revolução Francesa que o Estado foi legitimado e passou o seu ordenamento a partir de normas constitucionais. Conforme a autora, a criação do Estado foi justificada como sendo uma instância capaz de proteger todos os integrantes da sociedade e, atribuindo-lhe o uso legítimo da força para manter a paz na sociedade.

No que se refere à configuração do Estado, no final do século XIX e início do século XX, surgiram inúmeros fenômenos novos no mundo capitalista ocidental (a dominação econômica pela Europa, o avanço científico, bem como a rivalidade política que mais tarde culminaria na I Guerra Mundial), que acabaram por modificar a própria natureza do Estado capitalista, à medida que se viu obrigado, pela pressão do movimento dos trabalhadores, a incorporar novos direitos de cidadania política e social. Para Coutinho (1999), desenvolveu-se

nesse período o que ele denomina de “socialização da política”, ou seja, um número cada vez maior de indivíduos passou a fazer política, não só pela progressiva ampliação do direito a voto, mas também por meio do ingresso e da militância de amplos segmentos da população nas múltiplas organizações (sindicatos, partidos, movimentos, entre outros).

No contexto latino-americano, o cientista político argentino O’Donnell, compreende que a sociedade capitalista repousa sobre uma relação social contraditória, todavia essa não é explicitada, visto que não é só uma relação desigual, mas também porque é uma relação de exploração. Para o autor, a natureza orgânica da sociedade capitalista é encoberta pela ideologia, e esta se constitui como ferramenta essencial para a sobrevivência do sistema. (O’DONNELL, 1981, p. 74).

Na concepção do autor, as aparências que dissimulam a natureza da sociedade capitalista, é evidenciada na relação contratual de caráter privado, em que não intervém de modo explícito nem o Estado, nem o seu poder coercitivo. Contudo, o autor assinala que o caráter privado dessa relação é tão-somente uma aparência, pois, sem a presença do Estado e de suas instituições como garantia e pressuposto de sua vigência, a própria relação contratual nem mesmo se concretizaria.

Segundo O’Donnell (1981), o Estado é uma face das relações sociais capitalistas de produção. Nesse sentido, o Estado é, na definição de O’Donnell, o aspecto coercitivo das relações sociais capitalistas de produção, todavia, este aparece fetichizado. O Estado capitalista, mesmo sendo inerente e constitutivo da sociedade, aparece sempre exterior a ela. Embora sendo uma relação social, ou como diz O’Donnell, “um aspecto das relações de produção”, o Estado aparece materializado nas instituições estatais e, como tal, parece estar separado da sociedade e das relações de produção. Ressaltando assim, que o Estado capitalista exerce funções contraditórias na razão da necessidade de legitimação própria.

Pensando nisso, Oszlak (1980 *apud* JACOBI, 1989) na sociedade contemporânea o Estado não pode ser concebido como uma entidade monolítica a serviço de um projeto político invariável, mas deve ser visualizado como um sistema permanente de fluxo, internamente diferenciado, sobre o qual repercutem também diferencialmente demandas e contradições da sociedade civil.

As políticas públicas são elaboradas de acordo com a capacidade de interpretação dos conflitos e da manifestação de demandas históricas e emergentes. Nesta dinâmica as reivindicações de segmentos populares são (re) interpretadas, secundarizadas diante das alianças com o poder econômico, as instituições incorporam certas demandas que traduzem as necessidades dos segmentos empobrecidos.

Segundo Offe (1984), em momentos de profunda assimetria nas relações entre os proprietários de capital e os proprietários da força de trabalho, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto. E esta função reguladora por meio das políticas públicas é claramente colocada por este ao afirmar que:

"[...] a política pública é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado" (OFFE, 1984, p.15).

Na perspectiva de abordagem de Offe (*idem*), o Estado capitalista moderno cuida não só de qualificar permanentemente a mão-de-obra para o mercado, como também, através de tais políticas e programas sociais, mantém sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo.

No que concerne às contradições, estas são denominadas por Offe (1984) como mecanismo seletivos que regem a lógica das políticas públicas. Segundo este autor, quando os mecanismos seletivos do Estado funcionam eficazmente, torna-se virtualmente impossível verificar de forma empírica a natureza classista do Estado. Mas no período de crise política, os mecanismos seletivos começam a desintegrar-se, e o Estado vê-se obrigado a sustentar-se

de forma crescente na repressão, a fim de garantir o seu caráter classista. Por outro lado, Offe (idem) afirma que as contradições internas do Estado dificultam o desenvolvimento de uma política estatal efetiva em função dos interesses do capital como uma totalidade.

Na mesma linha de pensamento, Jacobi (1989) afirma que as políticas públicas estão permeadas pelas contradições e tensões entre os imperativos da reprodução do capital e as necessidades de reprodução da força de trabalho. E o Estado torna-se interlocutor das demandas sociais dos diferentes movimentos reivindicatórios, assim como agente indutor das políticas que regulam a dinâmica geral da sociedade.

Chaves (2007) argumenta que as instituições que compõem o Estado são dotadas de lógica própria, embora estejam alicerçadas em interesses cristalizados pelo seu caráter político. Dessa forma, mediante processos de seleção, exclusão e inclusão promovem um processo de seletividade das demandas a serem atendidas. Para a autora, as modalidades concretas de políticas afetam a seleção das demandas em favor dos interesses dos setores políticos e economicamente mais fortes e de seus eventuais aliados.

No que tange ao instrumento analítico-conceitual concernente às políticas públicas, este foram instituídos, sobretudo, em países industrializados e, portanto, ajustado às particularidades das democracias Ocidentais.

Os estudiosos, que discutem as políticas públicas (RUA, 1988; FREY, 1997), diferenciam três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões, admite-se na ciência política o emprego dos conceitos em inglês de “*polity*” para denominar instituições políticas, “*politics*” para os processos políticos e “*policy*” para os conteúdos das políticas (Cf. Figura 02).

- A dimensão institucional (*polity*): refere-se à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e a estrutura institucional do sistema político-administrativo;

- A dimensão processual (*politics*): tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- A dimensão material (*policy*): refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Para o objetivo desse trabalho, dar-se-á ênfase na dimensão processual (*politics*), apesar de se entender que na realidade concreta estas dimensões encontram-se entrelaçadas e se influenciam mutuamente.

A política pública segundo a cientista política Rua (1998, p.232), “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. De acordo com a referida autora, as políticas públicas caracterizam a relação do Estado com a sociedade civil no que se refere à distribuição de bens públicos na sociedade. Assim sendo, “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores [...] tendo como uma de suas características principais o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público” (p. 232). A autora também considera o conceito no sentido das ações governamentais, que possuem institucionalidade, ou seja, amparadas legalmente por programas, projetos, planos, metas e orçamento.

Myers (1998) parte do pressuposto de que uma política pública refere-se a uma diretriz para conduzir ações desde um setor ou conjunto de setores numa nação. Conforme o autor cada política pressupõe atingir uma meta que permite melhorar os indicadores de qualidade de vida de uma população e se caracteriza como um grupo de decisões interrelacionadas que se traduzem num conjunto de normas, princípios ou procedimentos.

Myers (1998) entende que para se formular uma Política Pública o gestor deve apropriar-se dos seguintes conteúdos:

1. Análise do sistema de distribuição das riquezas da área abrangida pela política (país, região);
2. Conhecimento dos instrumentos básicos para desenhar e desenvolver políticas públicas;
3. Conhecimento dos objetivos dos programas na área em foco (ex.: educação, saúde, meio ambiente);
4. Localização dos recursos dos diversos programas pertinentes às esferas abrangidas pelas políticas;
5. Conhecimento de métodos e técnicas de avaliação de programas.

A tese de Myers (1998) é que toda política pública, deve estar centrada no desenvolvimento de habilidades, competências e condições para inclusão social dos diferentes segmentos sociais, via construção da cidadania. O que implica em fortalecer e sustentar a democracia e avançar em direção à equidade social.

Para o autor a formulação democrática de políticas públicas requer a participação efetiva dos grupos organizados da sociedade civil, os quais, possibilitam o engajamento dos setores afetados pela política numa frente comum, que torna possível o desenvolvimento das ações e sua compatibilidade e coerência às necessidades, projetos e interesses baseados numa negociação ampla.

Posto isto, a partir da discussão compreende-se que a formulação das políticas públicas resulta das reivindicações e de demandas sócio-históricas de segmentos populares as quais se constituem como direitos sociais conquistados a partir das lutas políticas e da

participação social cidadã. Nesse sentido torna-se relevante fazer uma breve discussão sobre cidadania e participação social.

1.2. A Participação Social enquanto instrumento na construção da cidadania

A discussão acerca da cidadania não é recente, Coutinho (1999) afirma que as primeiras teorias sobre cidadania, surgiram na Grécia clássica, nos séculos V-VII antes da era cristã, correspondendo ao fato de que conheram na prática as primeiras formas de democracia, nas quais um número relativamente amplo de pessoas interferia ativamente na esfera pública contribuindo para a formação do governo. O autor argumenta que foi precisamente com base nisso que Aristóteles definiu cidadão como aquele que tinha direito (e, conseqüentemente, também o dever) de contribuir para a formação do governo, participando ativamente das assembléias nas quais se tomavam decisões que envolviam a coletividade e exercendo os cargos que executavam essas decisões.

O estudo de Marshall (1967) sobre cidadania é considerado um clássico, o mesmo retrata a cidadania através de um esquema interpretativo, que se tornou instrumento relevante para o avanço na discussão teórica e nos estudos históricos sobre este tema. Marshall (idem), a partir de uma compreensão histórica definiu três níveis de direitos de cidadania, e baseando-se na história da Grã-Bretanha, traçou uma ordem cronológica para o surgimento desses direitos no mundo moderno, descrevendo um processo que se inicia com a obtenção dos direitos civis no século XVIII, passa pelos direitos políticos no século XIX, e chega finalmente aos direitos sociais no século XX. O autor compreende que,

[...] o elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual [...]. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo. [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito

de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

É indiscutível o mérito do estudo do autor para a temática de cidadania, visto que o mesmo oferece elementos importantes ao abordar a dimensão histórico-processual do conceito de cidadania. Todavia, deve-se considerar que a ordem cronológica proposta por Marshall é limitada para fazer uma análise dos países periféricos, entre os quais o Brasil, os quais oscilaram entre períodos democráticos e ditatoriais.

A formação sócio-política do Brasil, cuja herança colonial tornou o país dependente e vulnerável às mudanças políticas e econômicas ocorridas no plano internacional, não viabilizou a estrutura necessária para um Estado de Bem-Estar-Social (Welfare State)², ocorrendo uma experiência que se tipificou, segundo Pereira (2002) num “sistema de bem-estar periférico”. Neste sentido Faleiros (1991) explicita que:

[...] nos países pobres periféricos não existe o Welfare State nem um pleno keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal [...] São políticas “categoriais”, isto é, que têm como alvo certas categorias específicas da população [...] através de programas criados a cada gestão governamental, segundo critérios clientelísticos e burocráticos (p.28).

Na mesma linha de abordagem, Murilo de Carvalho (1996, p. 340) analisa o Estado brasileiro destacando que “a tradição oitocentista está mais próxima de um estilo de cidadania construída de cima para baixo, em que predomina a cultura política súdita, quando não a paroquial”. Carvalho (idem) faz uma incursão pelos primórdios da história brasileira e discute também como a ditadura militar no país contribuiu para que se criasse uma cidadania passiva.

No Brasil, as reformas nunca visaram à cidadania efetivamente democrática e universalizante. É o que o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (1979), ao analisar essa questão no Brasil, chama de *cidadania regulada*, referindo-se à manipulação e

² Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos, que são considerados serviços públicos e reconhecidos como direitos sociais.

controle por parte do Estado. As raízes da cidadania regulada se encontram em um “sistema de estratificação ocupacional [...] definido por norma legal. As décadas de 30 a 60 caracterizaram-se pelas relações clientelistas e de tutela como a principal forma de relação entre Estado e a sociedade civil. Tal relação era enraizada na tradição política brasileira conhecida por “coronelismo”.

Nesta direção, Couto (2004), em sua análise sobre as Políticas Públicas implementadas pelos governos brasileiros, indica que os governos os quais atuaram de 1930 até 1964, focaram na instituição de programas e benefícios no âmbito da cidadania regulada, ou seja, apenas os trabalhadores urbanos e com contrato formal de trabalho podiam exigir o atendimento de suas necessidades, e, mesmo assim, isso foi feito de forma particularista e corporativista. Nos governos da ditadura militar (1964 a 1985), os direitos civis e políticos foram restringidos, e, os direitos sociais foram utilizados de forma a garantir a continuidade do regime. Os governos subsequentes ao regime militar (Sarney/1985-1990, Collor/1990-1992, Itamar Franco/1992-1994, Fernando Henrique Cardoso/1995-1999/2000-2004) constituíram um projeto político alicerçado, salvaguardadas suas particularidades, na centralização da estabilidade econômica e no desejo de reformar a Constituição de 1988, a qual trouxe significativos avanços na área social, é considerado pelos setores conservadores da sociedade um entrave ao projeto de crescimento econômico e de governabilidade do país (Cf. Figura 2).



Figura 2 - Esquema constitucional do Brasil.
FONTE: Silva, 2012.

Segundo Avritzer (2009), ao analisar a participação política no Brasil a partir da década de 30 até a contemporaneidade, destaca que até a década de 70, houve uma baixa propensão participativa, fenômeno esse que o autor relaciona às formas verticais de organização da sociedade política, tais como a concentração do poder na propriedade da terra e a proliferação do clientelismo no interior do sistema político na maior parte do século XX. Em conformidade com o autor, somente em meados da década de 70 começou a surgir aquilo que se convencionou chamar de “sociedade civil autônoma e democrática”. Tal fato deve-se a diferentes fenômenos, tais como: um crescimento exponencial das associações civis, em especial das associações comunitárias; uma reavaliação da ideia de direitos; a defesa da ideia de autonomia organizacional em relação ao Estado; a defesa de formas públicas de apresentação de demandas e de negociação com o Estado. O autor argumenta que essas novas práticas redefiniram a forma de fazer política no Brasil, levando a aumento significativo do número de associações comunitárias e da sua forma de relação com o Estado.

No Brasil, a participação social é regulamentada em 1988 a partir da promulgação da Constituição Federal (CF). A reforma constitucional de 1988 propôs importantes modificações, de um lado, nas práticas das políticas públicas e, de outro, no móvel e significado das ações sociais e coletivas (Cf. Figura 3). A CF abriu espaço, por meio de legislação específica, para práticas participativas como a *Criação de Conselhos* de política nas seguintes áreas: saúde, assistência, política urbana e meio ambiente.

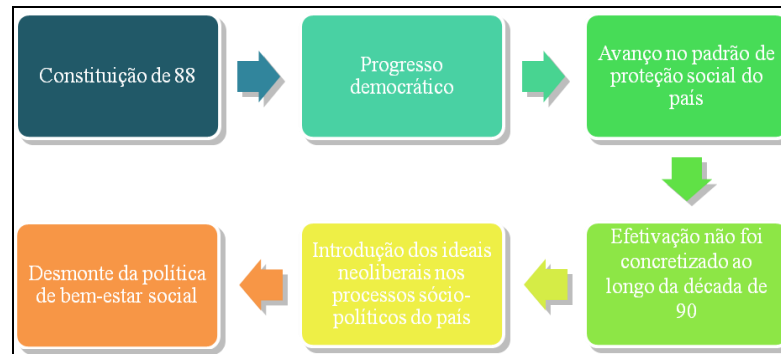


Figura 3 - Esquema pós Constituição Federal de 88.

FONTE: Silva, 2012.

A efetivação da cidadania depende, segundo Bobbio (1992), de um certo desenvolvimento da sociedade e, como tal, desafia até mesmo a Constituição mais evoluída e põe em crise até mesmo o mais perfeito mecanismo de garantia jurídica. Precisamente por isso, o verdadeiro dilema dos direitos humanos na contemporaneidade não é o da sua justificativa, mas o da violação: “o problema real que temos de enfrentar é o das medidas imagináveis para a efetiva proteção desses direitos”. (BOBBIO, 1992, p.45).

Na contemporaneidade, observa-se que a luta por direitos está longe de se esgotar, e entende-se que a participação social ativa da sociedade civil é importante para consolidar e ampliar os direitos historicamente conquistados. É no exercício da cidadania e participação social que se busca o acesso a tais direitos, a redução das desigualdades sociais e a satisfação de necessidades básicas, representadas sob três eixos: material (como por exemplo, o acesso a bens e serviços); cultural (valores, crenças, maneira de pensar, agir e interpretar o mundo, legitimidade da identidade cultural); e social (relações de poder sejam de igualdade, superação da opressão ou exploração).

1.3. A dimensão socioambiental no avanço das condições de vida da sociedade

Neste tópico será apresentada uma discussão a cerca da relevância da efetividade da legislação ambiental e a criação de canais de participação para a evidência do protagonismo social nas políticas públicas, enfatizando as leis que garantem o acesso à cidadania dentro da discussão sobre desenvolvimento sustentável. E conseqüente a isso, faremos uma reflexão sobre a processualidade histórica no contexto das políticas públicas de cunho ambiental.

A configuração da questão socioambiental tem instigado a reflexão sobre a importância do exercício da cidadania na busca pela sustentabilidade ambiental, social e econômica. Nesse sentido, é de extrema relevância que se traga à tona questionamentos como: qual a perspectiva de cidadania que perpassa as políticas públicas no contexto do desenvolvimento sustentável? Quais os desafios enfrentados para a construção da cidadania e efetivação de direitos ambientais?

O processo de formulação de uma política envolve a identificação dos diversos atores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública e, posteriormente, a sua regulamentação como política pública. Assim, de acordo com Cunha et al (2003) pode-se perceber a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutem e fundamentam suas argumentações, no sentido de regulamentar direitos sociais e formular uma política pública que expressa os interesses e as necessidades de todos os envolvidos.

Dessa maneira, de acordo com Ferreira (1998) as políticas públicas têm sido criadas como uma resposta do Estado as demandas que surgem da sociedade civil, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo, nesse caso trata-se da política pública voltada para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, argumenta-se que as políticas públicas estão hoje a meio caminho entre um discurso atualizado e um

comportamento social bastante predatório: por um lado, as políticas públicas têm contribuído para o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no país; mas, por outro lado, o poder público é incapaz de fazer cumprir aos indivíduos e às empresas uma proporção importante da legislação ambiental.

Godard (2002, p.242-243) argumenta que,

se quisermos compreender os problemas peculiares que estruturam o campo das políticas públicas, dois aspectos essenciais devem ser levados em conta. Inicialmente, para os atores sociais que elas interpelam, as noções de política e de instrumento fazem parte de um universo intelectual que corresponde aquela de ação intencional dos atores. Em seguida, tratando-se da condução de ações coletivas as opções possíveis são debatidas e submetidas a uma exigência de justificação coletiva que os responsáveis satisfazem com maior ou menor grau de sucesso.

Dentro desse debate Godard (1997) apresenta três exemplos das atitudes que podem estruturar uma política de “desenvolvimento sustentável”, tais como: 1) um comportamento de segurança e de prevenção dos riscos conhecidos; 2) a preocupação em ganhar tempo sobre os fenômenos com o objetivo de adquirir os meios para responder, da maneira mais apropriada, aos problemas ainda incertos; 3) a busca de soluções “de menor arrependimento”, capazes de satisfazer de maneira simultânea vários objetivos da coletividade.

Cavalcanti (1997, p. 30) questiona que,

a política de governo para a sustentabilidade significa uma orientação das ações públicas motivada pelo reconhecimento da limitação ecológica fundamental dos recursos. Segundo o autor desenvolvimento sustentável é a qualificação ou restrição do crescimento econômico, reconciliando progresso material com a preservação da base natural da sociedade, garantindo, desta forma, o nível do produto social, a qualidade do meio ambiente e a qualidade de vida.

Um princípio importante de formulação de política para a sustentabilidade é se dispor de um sistema consistente de informação para medir-se o desempenho econômico de um país ou região. Numa sociedade sustentável, o progresso deve ser apreendido pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, um meio ambiente limpo,

espírito de comunidade, lazer gozado de modo inteligente, e assim por diante), e não pelo puro consumo material (CAVALCANTI, 2001).

Sachs (2000) considera a sustentabilidade como um conceito dinâmico, que “leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão” que engloba um processo em sete dimensões (Cf. Figura 4):



Figura 04 - Dimensões da sustentabilidade.
FONTE: Silva, 2012.

✓ *Sustentabilidade social*, ou seja, o estabelecimento de um padrão estável de crescimento, que proporcione a redução da diferença entre os níveis de vida entre as populações. Sustentabilidade econômica, que sugeri o estabelecimento de um sistema de administração para o patrimônio comum da humanidade que vise promover o manejo eficiente dos recursos naturais.

✓ *Sustentabilidade econômica*, compatibilidade entre padrões de produção e consumo, equilíbrio de balanço de pagamento, públicos e privados, regularização do fluxo desses investimentos com acesso à ciência e tecnologia;

✓ *Sustentabilidade ambiental*, que diz respeito à intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, de forma compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial;

✓ *Sustentabilidade geográfica*, que por sua vez, busca proporcionar uma distribuição equilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, de forma a estabelecer uma rede de reservas da biosfera para proteger a diversidade biológica, e, ao mesmo tempo, ajudar a população local a viver melhor;

✓ *Sustentabilidade cultural*, a qual prever que a modernização deva buscar a mudança em sintonia com a continuidade cultural vigente em contextos específicos;

✓ *Sustentabilidade espacial*, equilíbrio entre o rural e o urbano, equilíbrio de migrações, desconcentração das metrópoles, adoção de práticas agrícolas mais inteligentes e não agressivas à saúde, ambiente e manejo sustentado das florestas e industrialização descentralizada;

✓ *Sustentabilidade política*, no caso do Brasil, a evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, construção de espaços públicos comunitários, maior autonomia dos governos locais e descentralização da gestão de recursos.

Desse modo, podemos dizer que as sete dimensões da sustentabilidade relacionadas por Sachs (2000), de acordo com o nosso ponto de vista, devem permear a política pública de desenvolvimento sustentável, por caracterizar a discussão de sustentabilidade de uma forma ampla, pois é preciso englobar outras dimensões e não se resumir apenas a discussão ambiental, visto que o contexto da crise ambiental envolve todo o planeta.

As questões que permeiam a concepção de cidadania no contexto das políticas públicas desenvolvimento sustentável traz a tona diversos questionamentos, para responder essa questão é preciso recorrer à concepção teórica de alguns autores.

Jacobi (2003) que diz que o complexo processo de construção da cidadania no Brasil, num contexto de “agudização” das desigualdades, é perpassado por um conjunto de questões que necessariamente implica a superação das bases constitutivas das formas de dominação e de uma cultura política calcada na tutela.

Segundo Covre (2006) só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaço da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor. Mas o primeiro pressuposto dessa prática é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população.

Nesse sentido, compartilhamos a idéia de Furriela (2002), quando a autora destaca a importância do papel da cidadania para a mudança do atual paradigma de desenvolvimento para um modelo sustentável, que respeite os direitos das gerações presentes, sem comprometer os direitos das futuras gerações. É indispensável que a sociedade organizada passe a participar mais ativamente na decisão dos rumos da gestão dos recursos ambientais.

Dessa maneira, consideramos que a busca por um modelo sustentável de desenvolvimento, exige alternativas políticas que considerem a importância do exercício de cidadania, destacando a necessidade de participação da população nas tomadas de decisões e a garantia de seus direitos. Nesse sentido, o desafio da construção de uma cidadania no contexto das políticas públicas de desenvolvimento sustentável configura-se como elemento determinante para constituição e fortalecimento de sujeitos cidadãos que, portadores de direitos e deveres, assumam a relevância da sustentabilidade do planeta.

Dessa maneira, compreende-se que a participação cidadã no contexto da política pública ambientais, garante a efetividade de direitos e proporciona o exercício da cidadania à medida que seja criados canais de participação que envolva todas as dimensões da sociedade.

1.3.1. A Constituição da Política Ambiental no Brasil: breve panorama

No Brasil, em consonância com Monosowski (1989), a política ambiental brasileira propriamente dita se desenvolveu de forma tardia se comparada às demais políticas setoriais brasileiras. A mesma é entendida neste trabalho como as que apresentam uma preocupação explícita quanto à proteção, conservação e uso dos recursos naturais e do meio ambiente. Essas políticas, preconizadas na legislação e na organização institucional correspondente, definem os instrumentos de intervenção do Estado na administração dos recursos e da qualidade do meio ambiente.

Segundo a periodização proposta por Cunha & Coelho (2003, p. 46), ocorreram três momentos na história das políticas ambientais: a) o primeiro período, de 1930 a 1971, que se caracterizou pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais; b) no segundo período, de 1972 a 1987, a ação intervencionista do Estado chegou ao seu ápice; c) o terceiro período, de 1988 aos dias atuais, caracteriza-se pelos processos de democratização e descentralização decisórias, e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável.

Segundo Monosowski (1989), o marco inicial das ações governamentais no campo das políticas ambientais no Brasil remete a década de 30, todavia a legislação ambiental desse período caracterizou-se por uma preocupação, por um lado, para racionalizar o uso e a exploração dos recursos naturais e regulamentar as atividades extrativistas e de, por outro, para definir as áreas de preservação.

Costa (1988) também afirma que foi no primeiro governo de Vargas que foram adotadas as primeiras medidas voltadas para o meio ambiente, as quais objetivaram tanto uma ordenação territorial como uma estrita regulamentação do uso da apropriação dos recursos naturais, num contexto de transição do liberalismo para a ampliação do papel do Estado na

condução da modernização capitalista do país e na articulação, centralizada e autoritária, de sua unidade nacional. Nesse sentido, foi a partir de 1930, com um Estado centralizador, que a regulamentação ambiental afirmou-se.

Dentre os principais instrumentos legais adotados na década de 30, destacam-se:

- *Código Florestal*: definiu as florestas e a vegetação como bens de interesse comum, submetidos, portanto, a limitações quanto aos direitos de propriedade, estabelecendo também os critérios para a delimitação das áreas de preservação permanente de vegetação, a criação de parques e reservas biológicas, a exploração de florestas e o desmatamento. (Decreto nº 23.793, de 23/01/34, foi substituída pela Lei nº 4.771, de 15/09/65 e pelo Decreto 289, de 28/02/67);
- *Código das Águas*: definiu os direitos de propriedade e uso dos recursos hídricos para o abastecimento, a irrigação, a navegação, os usos industriais e a produção de energia, e as normas para a proteção da quantidade e qualidade das águas territoriais. (Decreto nº 24.643, de 10/07/34);
- *Legislação para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*: definiu a preservação dos objetivos e dos imóveis (inclusive sítios naturais e paisagens) de interesse público, por seu valor arqueológico, etnográficos, bibliográficos ou artístico. (Decreto nº 25, de 30/11/37).
- *Estatuto da Terra*: determinou os critérios e as modalidades de desapropriação e de distribuição de terras, as condições de taxação, as normas para a colonização pública e privada e para a implantação das infra-estruturas de apoio à atividade rural. (Lei nº 4.504, de 30/11/64).
- *Código da Pesca*: declarou pertencentes ao domínio público todos os animais e vegetais das águas territoriais brasileiras e fixou os princípios e as modalidades para a pesca e

a exploração dos recursos biológicos da água. (Decreto nº 794, de 19/01/38 e foi substituído pelo Decreto-lei nº 221, de 28/02/67);

- *Código de Mineração*: definiu os princípios para a prospecção e a exploração das jazidas e, em especial, dissociou o direito de propriedade das terras do direito de exploração dos recursos do subsolo. (Decreto nº 1.985, de 29/01/40 e foi substituído pelo Decreto-lei nº 227, de 28/02/67);

Nesse sentido, na década de 30 foram incentivadas a criação de áreas protegidas, dentre os quais se pode citar o Parque Nacional de Itatiaia (1937), Parque Nacional do Iguaçu (1939) e a Serra dos Órgãos (1939), com base no artigo 9 do Código Florestal de 1934. Vale destacar que a criação de parques e reservas biológicas continua sendo aplicada e consiste num dos eixos principais da política ambiental brasileira. Machado (2008) explicita que no início, as políticas de meio ambiente no Brasil sofreram forte influência da vertente preservacionista americana. Esteve subjacente a essa influencia uma visão de que se poderiam preservar “pedaços do mundo natural” em seus atributos intrínsecos, tais como: paisagem natural, valores cênicos e vida selvagem, dos efeitos irreversíveis da civilização urbano-industrial sobre o mundo natural.

Segundo Monosowski (1989), outra década paradoxal para a consolidação da Política Ambiental brasileira foi a década de 60, na qual foram adotadas algumas estratégias pelo poder público relacionadas a questão ambiental, através da criação, em âmbito federal, das agências setoriais para o desenvolvimento da pesca, das atividades florestais, da água, da eletricidade e da exploração dos recursos minerais, tais como:

- Ministério das Minas e Energias (MME) e o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), para a execução do Código das Águas e a promoção e o desenvolvimento da produção de energia;

- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), vinculado ao Ministério da Agricultura, para a formação e execução da política florestal, a aplicação do Código Florestal e a coordenação do uso racional e da proteção e conservação dos recursos naturais renováveis, incluindo a fauna terrestre;
- Departamento Nacional de Prospecção Mineral (DNPM), responsável pela aplicação da política de recursos minerais;
- Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUPEDE), para a formulação e execução do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca e a fiscalização das atividades de pesca no mar territorial brasileiro, responsabilidade essa partilhada com o Ministério da Marinha, com o apoio do Ministério da Aeronáutica;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para o controle sobre a transmissão e a conservação dos bens tombados;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que reagrupou três instituições inicialmente criadas no quadro do Ministério da Agricultura para a implantação de política agrária e fundiária, tais como: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA).

De acordo com Monosowski (1989), tais instituições definiram estratégias de modo independente e segundo diferentes prioridades, o que conduz a ações isoladas, não coordenadas e às vezes até conflitantes.

Os anos 70 foram caracterizados por uma estratégia de desenvolvimento baseada na implantação de grandes projetos de infra-estrutura ou de exploração de recursos naturais, sobretudo, implementadas pelo próprio Estado ou em parcerias com multinacionais. Maimon (1992), afirma que nesta década, o projeto “Brasil Grande Potência” era o centro das atenções em detrimento da questão socioambiental. Ainda Segundo essa autora (1992, p. 59), o

desinteresse “pode ser explicado tanto pela inexpressiva, ainda que crescente ação dos ambientalistas brasileiros e, sobretudo, pelo consenso de que o crescimento econômico e a harmonia ambiental eram dois objetivos incompatíveis”.

Nesse período, em que se exaltava o supercrescimento, a política ambiental do Estado brasileiro era inconsistente. Foi marcada por ações pontuais e simbólicas, como a criação, em 1973, da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), inspirada pela Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), a partir da qual se manifestou uma vontade política explícita em relação às questões socioambientais.

Todavia, não se pode negligenciar a posição brasileira adotada em Estocolmo, no qual o Brasil sustentava a tese de que a proteção do meio ambiente seria um objeto secundário e não prioritário para os países em vias de desenvolvimento, e em conflito com o objetivo central e imediato do crescimento econômico. Essa argumentação e a palavra de ordem “poluição = progresso”, lançada na ocasião, foram muito negativas para a imagem internacional do país. (MONOSOWSKI, 1989).

Machado (2008) afirma que a criação da SEMA foi recebida com grande entusiasmo por alguns ativistas que entendiam que a criação da mesma era resultado da pressão do movimento ambientalista³. Jacobi (2003) acrescenta que estas ações voltadas para construção de infra-estrutura da Política Ambiental, antes de significar um compromisso efetivo do governo brasileiro com a luta para a proteção ambiental, funcionaram como uma tentativa do governo brasileiro para atenuar sua imagem negativa no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo. Segundo este autor, predominava ainda a idéia de que os recursos naturais deveriam ser utilizados para acelerar o processo de desenvolvimento

³ São exemplos: a campanha vitoriosa contra a fábrica de celulose Borregaard, instalada as margens do rio Guaíba, em Porto Alegre (1973-1974); a luta contra a construção da represa de Sobradinho, na Bahia (1974); o movimento contra a inundação de Sete Queda no Paraná (1979-1983); a campanha nacional contra o desmatamento na Amazônia (1978-1979); os protestos contra a instalação de usinas nucleares na Juréia e, posteriormente, em Angra dos Reis (1975-1980), entre outros. (MACHADO, 2008, p. 123).

econômico, tomando alguns cuidados para minimizar os problemas de poluição e preservar alguns recursos naturais.

A questão ambiental também foi contemplada no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – PND para o período 1975/79, no qual em seu capítulo sobre o desenvolvimento urbano, controle e poluição e preservação do meio ambiente, o Plano definiu a prioridade para o controle da poluição industrial, através da adoção de normas antipoluição de uma política de localização industrial densamente urbanizada. Contudo, Monosowski (1989) explicita, a aplicação do II PND, só foi implementado em 1980, quando foi promulgada a lei que estabelece as diretrizes de zoneamento industrial (Lei nº 6.803, de 02/07).

Nesse sentido, Monosowski (1989) assinala que as ações e controle do Estado na década de 70 voltaram-se prioritamente para os problemas da poluição industrial, que se manifestavam a curto prazo e afetavam áreas limitadas, em especial áreas metropolitanas. No entanto, os efeitos ambientais a longo prazo foram relegados a segundo plano, mesmo sendo irreversíveis ou de grandes dimensões. Pode-se notar que as ações de controle voltaram-se fundamentalmente para as atividades do setor privado. As estratégias governamentais não foram objeto de controle, excetuando-se as atividades de alguns setores, em função de pressões externas. Assim, as modificações provocadas pelos grandes projetos de transformação da natureza foram objetos de uma preocupação marginal, mais influenciada pelas práticas das agências internacionais do que por uma decisão política nacional. É o caso, por exemplo, das primeiras aplicações da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), na análise de projetos que dependiam de financiamento internacional para sua implantação.

Drummond (1998-1999, p. 141) afirma que na década de 80 foi instuída a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), a qual foi regulamentada em 1983. Nesse texto legal se consolidaram as estratégias atuais e os arranjos institucionais vigentes no tratamento da

questão ambiental. Essa pode ser considerada a peça mais importante de legislação ambiental promulgada no país até hoje. A mesma instituiu tanto a base legal quanto o arcabouço de instituições para a formulação de política com respeito ao meio ambiente em todos os níveis de governo (União, estados e municípios). Essa consolidação é completada pela criação, em 1985, do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que assumiu a definição das políticas e a coordenação das atividades governamentais na área ambiental.

A PNMA tem como objetivo principal “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (artigo 2º). Dentre as principais inovações dessa Lei, destacam-se duas em nível institucional, quais sejam:

- A criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), diretamente vinculado a Presidência da República e encarregado da formulação das políticas ambientais. Através desse, definiu-se uma nova instância política de decisões. O CONAMA juntamente com a criação dos conselhos ambientais estaduais propiciou a integração e a coordenação das ações de diferentes setores governamentais. A participação política nas decisões é contemplada, embora de forma limitada, através da inclusão de organizações representativas da sociedade civil entre os 72 membros do Conselho.

- A criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), tendo por instância superior o CONAMA, inclui o conjunto das instituições governamentais que se ocupam da proteção e da gestão da qualidade ambiental, em nível federal, estadual e municipal, e também os órgãos da Administração Pública federal, cujas atividades afetam diretamente o meio ambiente.

Segundo essa política, os recursos naturais devem ser preservados e recuperados para garantir sua utilização racional e sua disponibilidade permanente; os poluidores e predadores

são obrigados a reparar ou indenizar as degradações provocadas; o usuário deve trazer uma contribuição para a utilização econômica dos recursos naturais. Dentre os instrumentos adotados por essa legislação para aplicar a Política Nacional de Meio Ambiente, destacam-se: o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais, os incentivos a produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologias, voltadas para a melhoria da qualidade ambiental, o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, a as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

Para Monosowski (1989), uma das mais importantes estratégias adotadas é a responsabilização do Estado em relação a suas próprias ações, ao se exigir que as atividades públicas e privadas sejam exercidas conforme os princípios da legislação ambiental. Essa é uma inovação importante, em especial no que se refere aos grandes projetos, que até então estavam fora do controle das agências governamentais para a proteção ambiental.

Segundo Medeiros (2004), a redemocratização do país, a partir de 1985, e a posterior crise do Estado brasileiro, originaram uma nova fase de expansão e re-estruturação da questão ligada à proteção da natureza no país, com uma tendência clara à “simplificação” da política, mas com alguns avanços evidentes: i) a nova Constituição Brasileira (1988), com um capítulo especificamente dirigido à temática ambiental; ii) a criação de um único órgão vinculado ao Estado para implementação e administração das áreas protegidas (IBAMA); iii) o *up grade* da temática ambiental sob a ótica político-institucional, através da criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA); iv) a criação de um sistema integrado de áreas protegidas (SNUC), em 2000, com o objetivo simultâneo de reduzir as sobreposições e antagonismos da política anterior, mas também expandir os objetivos da proteção.

O referido autor enfatiza ainda que nos primeiros dois anos da década de 1990, o Brasil abriu-se abruptamente à concorrência econômica transnacional enquanto tomava

medidas de impacto na área ambiental, visando fundamentalmente conquistar credibilidade junto aos investidores externos. Nesta mesma década, o Brasil sediou o evento internacional conhecido como Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, o qual marcou um novo processo em relação às preocupações ecológicas tendo como pano de fundo a crise dos modelos de desenvolvimento dos recursos naturais e suas consequências além das fronteiras dos estados nacionais e, finalmente, a questão da urgência quanto à solução dos problemas.

O posicionamento do governo brasileiro na Rio-92, foi oposto ao de 1972 em Estocolmo, haja vista a influencia de quatro fatores: a) crise do modelo desenvolvimentista (economicista e predatório); b) sensibilização do governo em relação aos problemas ambientais, em razão da soberania sobre 2/3 da maior floresta pluvial do mundo, sobre a qual a comunidade internacional exigia uma reavaliação; c) existência de uma matriz energética brasileira baseada em recursos naturais renováveis (hidroelétrica e biomassa) num contexto em que a quase totalidade dos países é dependente de combustíveis fósseis ou de energia nuclear; d) pressão por um compromisso globalista, já que o Brasil era o anfitrião da Conferência (VIOLA, 2002).

Monosowski (1989) afirma que o grande interesse pela questão ambiental e a vasta legislação sobre o ambiente estavam atrelados à cooperação de agências financiadoras internacionais. Como anteriormente, a política ambiental do Estado brasileiro foi rica em discursos e pretensões, mas carente de ações governamentais efetivas.

De fato, conforme Medeiros (2004), as políticas públicas implementadas pelo Estado no decorrer da década de 90 foram muito limitadas quanto à sustentabilidade ambiental, favorecendo grupos econômicos regionais e locais sob a moldura da tecnoburocracia, embora tenha havido, concomitantemente, um processo de descentralização administrativa. Eduardo Viola (2000) observa que o programa *Brasil em Ação* (lançado em 1996) não teve compromisso com a sustentabilidade. O mesmo diz Paul Little (2003) do programa *Avança*

Brasil (lançado em 1999) e do Plano Plurianual 2000-2003, com base em diversas pesquisas de campo. A área ambiental do governo FHC caracterizou-se, conforme enfatiza Viola (2000), pela fragmentação e incompetência gerencial, além do distanciamento em relação aos centros de decisão econômica, nos quais se definem as políticas de desenvolvimento. Assim, tanto no debate sobre as propostas de reforma tributária quanto sobre a política energética, a política agrícola, a política dos recursos hídricos e da Amazônia encontram no IBAMA um déficit de liderança e de capacidade gerencial.

No entanto, deve-se reconhecer, que durante a década de 90 houve um grande avanço legislativo na área, com a aprovação de várias leis setoriais, como a Lei Nacional de Política de Recursos Hídricos (1997), a de Crimes Ambientais (1998) e a da Política Nacional de Educação Ambiental (1999).

A construção deste arcabouço político-institucional que hoje, no país, funciona de maneira mais integrada e concentrada no que tange às ações voltadas para a proteção dos recursos renováveis, não foi decorrente apenas de uma ação isolada ou imposição do Estado. Diversas foram as exigências, setores e atores que se somaram, formando uma imbricada rede de interesses e demandas, atuando em diferentes níveis (nacional e internacional) e escalas (local, regional, nacional e planetária). No caso da Política Ambiental, esse papel se traduz numa complexa rede de negociação com diferentes agentes atuantes no processo. O resultado prático de toda esta dinâmica, é sintetizado no Quadro 02.

PERÍODO	CONTEXTO NACIONAL	CONTEXTO INTERNACIONAL	RESULTADO PRÁTICO PARA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA
Anterior a 1963	Revolução de 30; Estado Novo; marcha para o oeste; políticas desenvolvimentistas; industrialização e urbanização aceleradas; estradas e energia.	Criação do 1º Parque Nacional do Mundo nos EUA (1872); primeiros tratados e convenções internacionais visando a proteção de espécies; I e II Guerra Mundial; criação da ONU (1945); FAO (1945) e Unesco (1946); criação da UICN (1948) e da WWF (1960)	Constituição de 1934; Código Florestal (1934); Código de Caça e Pesca (1934); Código de Águas (1934); Medida de Proteção aos Animais (1934); criação do 1º Parque Nacional de Itatiaia; criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza/FBCN (1956).
			Código florestal (1965); Proteção à Fauna

1964-1984	Golpe Militar de 64; estratégia de integração e desenvolvimento regional; “milagre econômico”; anistia política (1979).	Relatório do Clube de Roma (1971); criação do Programa MaB-Unesco (1971); Conferência de Estocolmo (1972); criação do PNUMA (1972); Declaração de Cocoyok; crise do petróleo (1973 e 1979).	(1967); criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal/IBDF (1967); criação da Secretaria de Meio Ambiente/SEMA (1973); aprovação do regulamento dos Parques Nacionais (1979); criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental (1981); instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (1981); criação das Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (1984).
A partir de 1985	Re-democratização do país; Eleição de Presidente civil; Criação da Assembléia Nacional Constituinte; moratória da dívida externa; “hiper-inflação”; eleições diretas; <i>impeachment</i> do Presidente Collor; estabilização econômica.	Relatório Brundtland (1987); queda do muro de Berlim e fim da União Soviética; Conferência Internacional das Nações Unidas no Rio de Janeiro (1992); Convenção da Diversidade Biológica (1992); Elaboração da Agenda 21 Global (1992); Protocolo de Kioto.	Criação do Ministério do Meio Ambiente (1985); Constituição Brasileira (1988); criação do IBAMA (1989); criação do FNMA (1989); instituição do PPG7 (1992); Política Nacional de Águas (1997); Lei de Crimes Ambientais (1999); instituição do SNUC (2000); Política Nacional da Biodiversidade (2002); criação do Instituto Chico Mendes (2007).

Quadro 02 - Síntese do processo político-institucional de construção e consolidação da Política Ambiental no Brasil.

FONTE: Adaptação de Medeiros, 2004.

Assim, verifica-se, a partir dos estudos tratados, que no processo de constituição da política ambiental, o Estado brasileiro passou por diversas transformações no que concerne ao papel exercido frente à questão socioambiental, isto reflete uma dinâmica de avanços e recuos, e se concretiza num desafio sem precedente para os próximos anos. Apesar de todos os avanços empreendidos no plano institucional, legal e de Políticas Públicas, o que resultou indiretamente na multiplicação e expansão das áreas protegidas pelo território nacional, o qual será aprofundado no próximo item, são inúmeros os condicionantes históricos e indefinições que impedem o seu efetivo funcionamento e interferem em tendências futuras.

- **Unidades de Conservação no Brasil**

A discussão sobre a política de criação de Unidade de Conservação (UC) é importante para o objetivo do trabalho, uma vez que a comunidade ribeirinha *locus* da pesquisa, encontra-se dentro de uma UC.

A criação de áreas naturais protegidas surgiu como uma das diversas alternativas adotadas pela sociedade para a conservação da natureza. Nesse estudo entende-se que esses mecanismos funcionam também como forma de equacionar os problemas com a degradação ambiental.

As áreas protegidas são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados (MEDEIROS, 2003). Segundo a UICN, elas podem ser definidas como "uma área terrestre e /ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos". (UICN, 1994, p. 7).

De acordo com Diegues (2001), em 1872, foi criado, nos Estados Unidos, o primeiro modelo moderno de área protegida, o PARNA de Yellowstone. O modelo adotado por este parque era resultado de ideias preservacionistas, baseado na concepção de grandes áreas desabitadas, cujo principal objetivo era proteger áreas naturais destacadas e a vida selvagem (wilderness), ameaçadas, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial. Conforme Diegues (2001), esse modelo também estava vinculado à exploração das belezas cênicas desses espaços para fins de recreação e divertimento das pessoas.

Esse modelo, oriundo dos países industrializados, mostrou-se problemático ao ser transferido para os demais países. Tal fato foi analisado por Diegues (2001) ao apontar que a dicotomia entre povos e parques torna-se mais polarizada a partir da expansão do modelo de PARNA norte-americanos.

Diegues (2001) aponta que o referido modelo se expandiu, sobretudo, para os países do Terceiro Mundo, o efeito foi devastador sobre as populações de extrativistas, pescadores, índios cuja relação com a natureza é diferente daquela analisada pelos primeiros ideólogos dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do

modelo Yellowstone de parque sem moradores, provenientes de países industrializados e de clima temperado, para países cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos graves, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas.

A materialização das áreas protegidas no território brasileiro se expressou como o resultado de um longo e lento processo de aparelhamento e estruturação do Estado, o que conduziu ao gradativo desenvolvimento de uma Política Pública voltada para a proteção da natureza.

No Brasil, segundo Medeiros (2004), foi a partir da década de 30 que se começou a pensar em criar áreas protegidas, com a incorporação, na Constituição de 1934, de um ideário que outorgava à natureza um novo valor, passando esta a ser considerada “patrimônio nacional” a ser preservado, sua proteção ganha um novo *status* na política nacional, consistindo em tarefa ou dever a serem cumpridos e fiscalizados pelo poder público. Desta forma, proteger a natureza entra definitivamente na agenda governamental brasileira, configurando um objetivo complementar da política de desenvolvimento nacional.

Como resultado dessa conjuntura, ainda em 1934, foi criado o Código Florestal, um dos principais dispositivos legais de proteção da natureza, que levariam inclusive à criação dos primeiros Parques Nacionais. Medeiros (2004) destaca que o Código Florestal tornou-se um dos mais importantes instrumentos da política de proteção da natureza da época, uma vez que nele são estabelecidos, pela primeira vez, os critérios para a proteção dos principais ecossistemas florestais e demais formas de vegetação naturais do país além de introduzir a idéia de categorias de manejo em função dos objetivos e finalidades da área criada. A partir dele houve, portanto, um cenário favorável para a criação dos primeiros Parques e Florestas Nacionais do Brasil.

De acordo com Lange (2005), o primeiro Parque Nacional do Brasil foi criado em Itatiaia em 1937, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas, quarenta e cinco anos após a criação do Yellowstone nos Estados Unidos, período este em que a questão ambiental já fazia parte da agenda política de alguns países desenvolvidos.

A partir de 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, até 1961, foram criados mais 16 Parques Nacionais, incluindo Parque Nacional de Iguaçu, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Nacional do Rio de Janeiro, atualmente denominado como Parque Nacional da Tijuca. Deste total de 17 Parques, dez foram criados no ano de 1961 (ANDRADE & SILVA, 2003). Isto na época de vigência do Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793/34), em que os Parques Nacionais eram classificados como Florestas Remanescentes, eram áreas com finalidade de proteger belezas cênicas e estes eram considerados de conservação perenes e inalienáveis. (BRASIL, 1934).

Além das Florestas Remanescentes, Andrade & Silva (2003) afirmam que o Código Florestal de 1934 tinha ainda mais três categorias de Florestas: Florestas Protetoras, Florestas de Rendimento e Florestas Modelo. As Florestas Protetoras correspondem às atuais áreas de preservação permanente estabelecidas com o Código Florestal de 1965. As Florestas Modelo eram áreas com objetivo de pesquisa, denominadas Parques Florestais e, posteriormente, transformadas em Florestas Nacionais. As Florestas de Rendimento eram florestas plantadas que pela definição do Código não se enquadravam em nenhuma das categorias anteriores e eram denominadas como Florestas Nacionais, sendo criadas três durante a vigência do Código Florestal de 34.

A tradição brasileira de criação de espaços protegidos seguindo a lógica da categorização em função dos objetivos e finalidades da área criada, estabelecida pelo Código Florestal de 1934, foi uma de suas heranças mais importante. Todos os instrumentos legais de

proteção posteriores, apesar de criados segundo dinâmicas e contextos específicos, seguiram essa mesma tendência, o que resultou, no país, em quase uma dezena de dispositivos voltados a criação de tipologias distintas de espaços protegidos (Cf. Tabela 01).

CATEGORIAS	INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO
<p>Parque Nacional</p> <p>Floresta Nacional</p> <p>Áreas de Preservação Permanentes</p> <p>Reserva Legal</p> <p>Reserva Biológica</p> <p>Parque de Caça Federal</p> <p>Estações Ecológicas</p> <p>Áreas de Proteção Ambiental</p> <p>Reservas Ecológicas</p> <p>Áreas de Relevante Interesse Ecológico</p>	<p>Código Florestal de 1934 (Decreto nº 23793 de 23/01/1934);</p> <p>Código Florestal de 1934 (Decreto nº 23793 de 23/01/1934);</p> <p>Código Florestal de 1965 (Lei nº 4771 de 15/09/1965);</p> <p>Código Florestal de 1965 (Lei nº 4771 de 15/09/1965);</p> <p>Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5197 de 03/01/1967);</p> <p>Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5197 de 03/01/1967);</p> <p>Lei nº 6902 de 27/04/1981;</p> <p>Lei nº 6902 de 27/04/1981;</p> <p>Decreto nº 89336, de 31/01/1984;</p> <p>Decreto nº 89336, de 31/01/1984;</p>

Tabela 1 - Categorias de Manejo e dispositivos legais com relação à Áreas Protegidas no Brasil, anteriormente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 2000 (Lei 9985/2000).

FONTE: Medeiros, 2004.

A década de 60 para Lange (2005) foi uma década de otimismo e grandes avanços na questão ambiental, nesta época foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com uma divisão específica para tratar da proteção da natureza, o Departamento de Proteção da Natureza. Nesta década também foi instituído no Brasil o segundo Código Florestal (1965).

Conforme Medeiros (2004), é sobretudo na década de 70, quando os instrumentos políticos criados no período anterior são revisados e outros novos são instituídos. A criação de novas áreas protegidas toma uma dimensão nacional, fruto da estratégia do Estado de “integrar” e “desenvolver” todas as regiões do país. Nesta fase, a proteção dos recursos renováveis adquire um sentido geopolítico mais intenso, já que a criação de áreas protegidas é de forma recorrente utilizada e justificada pelo Estado nas ações de controle do território.

A partir da década de 70, cientistas começaram no mundo a propor metodologias para a seleção de áreas prioritárias para a conservação. Algumas destas metodologias baseiam-se

na distribuição de espécies, enquanto outras são fundamentadas na distribuição de ecossistemas. A escolha de uma área utilizando qualquer um destes métodos é somente o primeiro passo do processo. O segundo passo consiste em avaliar no campo a viabilidade da criação de uma nova Unidade *in loco*, para coletar vários dados, dos quais os mais importantes são: estado de conservação da área; presença de espécies rara, endêmicas ou ameaçadas de extinção; representatividade da região ecológica natural; complementaridade ao SNUC; diversidade de ecossistemas e de espécies; área disponível para a implantação de uma Unidade de Conservação; valor histórico, cultural e antropológico; grau de pressões humanas sobre a área; situação fundiária ou viabilidade de regularização fundiária. (MMA, 1999).

A criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) só passou a ser cogitada a partir do final dos anos 1970. As Unidades de Conservação brasileiras eram até então criadas de forma esporádica, casuística e assistemática, de acordo com oportunidades surgidas em contextos e circunstâncias políticas específicas. (MEDEIROS & GARAY, 2006).

O histórico da tramitação da Lei do SNUC e os embates e discussões surgidos durante o processo de elaboração legislativa - principalmente entre socioambientalistas e preservacionistas - são muito úteis à compreensão de como alguns conceitos socioambientais foram sendo incorporados ao ordenamento jurídico, apontando, assim, para a construção de novos paradigmas jurídicos. Santilli (2005) afirma que grande parte dos conceitos-chave incorporados pela Lei que instituiu o SNUC tem claramente uma inspiração socioambiental, que prevaleceu, sobre conceitos defendidos pelo preservacionismo tradicional.

Em 1988 o extinto IBDF encomendou à Fundação Pro-Natureza, com sede em Brasília, que formulasse um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (MITTERMEIER *et al.*, 2005). Após mais de dez anos de debates, O SNUC foi oficialmente estabelecido em 2000 (Lei 9.985, 19 Julho de 2000) e um decreto subsequente o regulamentava (Decreto 3.834, 5 Junho de 2001). Com as novas categorias o IBAMA teve que ajustar a categorização

das Áreas Protegidas que não estivesse de acordo com as novas definições (MERCADANTE, 2001; MEDEIROS, 2003).

O SNUC nasceu também como resposta à crescente demanda da sociedade pelas questões ambientais e a situação precária que se encontravam muitas Unidades de Conservação, sem apresentar uma gestão sistêmica (GELUDA & YOUNG, 2003). Nesse sentido, a criação do SNUC torna-se um marco importante no que se refere às Unidades de Conservação no Brasil, pois este instrumento legal vem a consolidar um arcabouço normativo até então deveras confuso, por abrigar inúmeras Leis, cada qual dispendo sobre diversas categorias de manejo.

O SNUC divide as Unidades de Conservação no território nacional, em dois grandes grupos: as Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o que mais uma vez ilustra a integração de percepções distintas da sociedade com relação ao significado da natureza: a percepção e a ideologia dos denominados “preservacionistas”, inspirada na intocabilidade dos recursos renováveis e, a concepção de inclusão social na gestão das áreas protegidas, originária do grupo dos denominados “socioambientalistas”. (MEDEIROS, 2004).

Pelo SNUC são previstas 12 categorias de manejo distintas: – cinco de Proteção Integral e sete de Uso Sustentável. A responsabilidade pela criação, manutenção e gestão destas áreas é realizada majoritariamente pela União, através do Governo Federal, estados e municípios (11 das 12 categorias existentes atualmente), mas pode ser exercida voluntariamente pela sociedade civil, através das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs. Entretanto, é importante salientar que a criação de novas categorias de manejo é também garantida no texto do SNUC, que reconhece, inclusive, aquelas criadas por estados e municípios, através de legislações específicas. A Tabela 2 apresenta as tipologias e categorias de manejo previstas atualmente pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL
Estação Ecológica Reserva Biológica Parque Nacional Monumento Natural Refúgio da Vida Silvestre	Áreas de Proteção Ambiental Áreas de Relevante Interesse ecológico Floresta Nacional Reserva Extrativista Reserva de Fauna Reserva de Desenvolvimento Sustentável Reserva Particular do Patrimônio Natural

Tabela 2 - Tipologias e Categorias de Unidades de Conservação Previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000).

FONTE: SNUC, 2000.

A partir da classificação das diversas categorias de Unidades de Conservação de forma unificada no território Nacional, esta Lei trouxe inovação com a motivação para a criatividade em diversos aspectos, sendo mais importantes questões como: a participação da sociedade na criação e gestão de UCs, um justo tratamento às populações tradicionais que habitam em UC's; garantir alocação de recursos financeiros para a gestão de UCs; regularização fundiária considerando as políticas de terras e águas circundantes e as necessidades sociais e econômicas locais (MMA, 2000 *apud* ROCCA, 2002).

A participação é garantida no artigo 5º do SNUC, através da Consulta Pública para criação das UCs e através da implantação dos Conselhos de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002).

A gestão de Áreas Protegidas no Brasil, em particular das Unidades de Conservação tornou-se mais efetiva a partir dos anos 90 graças a novos instrumentos de financiamento. Dentre eles destacam-se a criação do Fundo Nacional para o Meio Ambiente (FNMA) e as doações internacionais feitas por organismos multilaterais como o BID e ou BIRD ou provenientes de fundos e agencias internacionais de cooperação como o GEF (Global Environment Facility) e as agências alemãs GTZ e KFW. Nesta década também foram criados grandes programas tais como: o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e o Programa Áreas Protegidas da Amazônia. (MEDEIROS *et al.*, 2006).

Atualmente, cabe ao o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O ICMBiofoi criado, em 2007, durante a gestão da Ministra do Meio Ambiente, Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima. O surgimento do ICMBIO aconteceu em clima polêmico, com a aprovação da Medida Provisória nº 366, de 13 de junho de 2007, que absorveu parte do pessoal e das atribuições do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, desde então, tornou-se responsável por executar ações da “Política Nacional de Unidades de Conservação da Natureza” – atribuições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Além disso, o ICMBIO é também responsável pela execução das Políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, pelo apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além do incentivo à programas de pesquisa e proteção da biodiversidade.

Segundo levantamento do ICMBio (2010) existem 310 UCs na esfera federal perfazendo o total de 75.467.815,71 hectares. (cf. Quadro 03).

Unidades de Conservação Federais do Brasil		
Unidades de:	Categoria – Quantidade	Total em hectares
Proteção Integral: PI	Esec - Estação Ecológica – 31	6.706.735,15
	MN - Monumento Natural – 3	44.264,45
	Parna - Parque Nacional – 67	23.834.532,20
	Rebio - Reserva Biológica – 29	3.959.691,65
	Revis - Refúgio de Vida Silvestre – 7	202.318,00
PI Total: 137		34.747.541,45
Uso Sustentável: US	APA - Área de Proteção Ambiental – 32	10.010.765,16
	Arie - Área de Relevante Interesse Ecológico – 16	45.176,58
	Flona - Floresta Nacional – 65	18.350.256,69
	RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável – 1	64.735,00
	Resex - Reserva Extrativista – 59	12.249.340,83
US Total: 173		40.720.274,26
Total geral de Unidades: 310	* Área total aproximada	75.467.815,71

Quadro 3 - Número e área total (ha) de Unidades de Conservação Federais criadas no Brasil segundo a tipologia de uso e as categorias de manejo.

FONTE: ICMBio, 2010.

Seguindo o padrão do CONAMA, todos os 26 estados e o Distrito Federal criaram seus próprios conselhos de meio ambiente, embora a forma, missão e propósito de cada um deles se diferenciem, e de forma notável, em alguns casos. Em abril de 2007, o IBAMA foi desmembrado e um novo Instituto passou a ser, (BRASIL, 2007).

Para MEDEIROS (2003), a criação de Áreas Protegidas é uma importante estratégia de controle de território, pois estabelece limites de uso e ocupação. Na opinião de Magalhães (2001) a criação das Unidades de Conservação no Brasil tem provocado muitos problemas tendo em vista o modelo importado.

Entende-se que a Política Ambiental brasileira não pode se embasar em modelos ou sistemas “importados” ou “pré-fabricados”, uma vez que a percepção do espaço e os modos de uso e apropriação da natureza se modificam com o tempo e com a complexa dimensão cultural, característica de um país de enorme diversidade humana. Assim, a consolidação e efetivação da Política Ambiental, em seus diferentes aspectos, vão depender significativamente de ações integradas e sinérgicas do Governo brasileiro, do aperfeiçoamento do sistema em termos conceituais e operacionais, da integração de Políticas Públicas, mas, sobretudo, do fortalecimento de canais de diálogo entre os diferentes setores nacionais e internacionais, e da compreensão da perspectiva social associada à proteção da natureza. Este é um processo em franca construção, com desfecho imprevisível, mas que pode vir a estabelecer ou fortalecer modos de ação pautados cada vez mais na democracia e equidade política e social.

Nesse sentido, a discussão travada neste capítulo é de extrema relevância para situar a questão socioambiental e colocar na agenda política a aludida questão, bem como entender a atuação do Estado brasileiro nesse cenário conflituoso. A partir da elaboração dessa complexa teia argumentativa, no próximo capítulo a discussão será afinada para o âmbito regional.

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS NO AMAZONAS: trajetória sócio-histórica

O Estado do Amazonas é o maior Estado do Brasil, com mais 155 milhões de hectares de território, possui uma tríplice fronteira internacional (Peru, Colômbia e Venezuela) e limita-se também com cinco outros Estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Roraima). Possui uma área total de 1.570.745,680 km², o que representa em torno de 24% da área de todo o bioma amazônico, cuja representatividade é maior que a de alguns países como Peru (10%) e Colômbia (7%). (CEUC/SDS, 2009).

O acesso à região é feito principalmente por via fluvial ou aérea. O clima é equatorial úmido, com temperatura média/dia/anual de 26,7 °C, com variações médias entre 23,3 °C e 31,4 °C. A umidade relativa do ar fica em torno de 80% e o Estado possui apenas duas estações bem definidas: chuvosa (inverno) e seca ou menos chuvosa (verão).

O Amazonas possui 62 municípios, os quais são entrecortado pelos maiores rios do mundo em extensão e volume de água - Solimões/Amazonas, Negro, Madeira, Purus, sendo estes rios componentes de um dos ecossistemas aquáticos mais complexos do planeta.

O Amazonas possui também uma rica e exuberante biodiversidade, a qual pode ser encontrada nos vários ecossistemas (aquáticos e terrestres) do Estado. Embora a taxa de desflorestamento no Estado não tenha diminuído significamente nos últimos anos, o Amazonas ainda não foi afetada por desflorestamento em larga escala.

Desse modo, tem-se uma região estratégica para a implementação de políticas ambientais voltadas para a conservação e preservação da biodiversidade. (CEUC/SDS, 2010).

2.1. A Política Ambiental e as Unidades de Conservação do Amazonas

As políticas ambientais são imprescindíveis para a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo. Assim é importante destacar o debate sobre a questão ambiental do Amazonas que tiveram grandes repercussões a partir de 1980, após o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente por meio da Lei nº 6.938/81, que impulsionou mudanças ocorridas no plano ambiental.

Neste caso o processo de descentralização de competências, como resposta do Estado do Amazonas a essas mudanças foi instituído a Lei Estadual de nº 1.532 de 06 de julho de 1982 que constitui a Política Estadual de Meio Ambiente, como primeira lei de destaque regulamentada pelo decreto 10.028/87 pela comissão do Estado do Amazonas – CODEAMA, na ocasião, autarquia vinculada a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN.

Segundo a legislação ambiental do Estado, prevista pela Lei nº 1.532 de 06 de julho de 1982, capítulo III, artigo 7º, estabelece à criação de áreas de preservação ambiental, visando à conservação, proteção ou restauração das áreas de reconhecido interesse ecológico, científico, econômico, social, histórico e cultural, tem sido um importante instrumento de proteção da biodiversidade e dos recursos naturais no Amazonas

A gestão do meio ambiente do estado do Amazonas foi estabelecida pelo Plano Ambiental do Estado do Amazonas – PAEA, elaborado em consonância com princípios, objetivos com a política estadual de Meio Ambiente.

Elaborado por um Grupo de Trabalho criado por meio do Decreto nº. 16.948, de 10 de janeiro de 1996, o Plano Ambiental do Estado do Amazonas se consolidou por meio da apreciação da Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico - CEZEE e Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CONCITEC, proporcionando a ampliação do processo de participação dos diferentes segmentos do público, por meio das representações que compõe o colegiado para sua elaboração (IPAAM, 1998).

O referido plano estabelece diretrizes para os espaços territoriais especialmente protegidos, definem as áreas de preservação e conservação dos recursos, terras indígenas, conjunto de áreas protegidas e problemas de gestão, assim como, as diretrizes específicas para as áreas protegidas. Nesse sentido fazer reavaliação das áreas criadas.

Segundo Godard (1997) a gestão de recursos naturais devem penetrar as outras esferas de tomada de decisão política industrial, tecnológica, política de ordenamento ligado ao modo de vida,

A gestão territorial designa assim a ação do Estado e das coletividades locais visando corrigir os desequilíbrios regionais em termos tanto populacionais quanto do exercício das atividades econômicas. Trata-se de levar em conta, num mesmo excesso recorrente das evoluções, espontâneas induzidas por processos acelerados e insuficientemente controlados de crescimento econômico e de urbanização (Godard,1997).

Em 1995 a lei Estadual nº 2.367/95 criou o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, que substituiu o IMA/AM, ocorrendo o grande avanço da questão ambiental no Estado, pois o IPAAM passou a coordenar e executar exclusivamente a Política Estadual do Meio Ambiente.

A partir de fevereiro de 2003, o IPAAM passou a ser vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), portanto, órgão executor da Política de Controle Ambiental do Estado do Amazonas e suas atividades englobam o Controle Ambiental, o Licenciamento, a Fiscalização e o Monitoramento Ambiental.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável (SDS) foi criada através da Lei n.º 2.783, de 31 de janeiro de 2003, a qual dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo do Amazonas.

A SDS atua em articulação com as autarquias vinculadas Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) e Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS).

A estrutura conta também com a colaboração de órgãos colegiados: Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM); Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Amazonas (CDSCPT/AM); Conselho Estadual de Reserva da Biosfera da Amazônia Central (CERBAC); Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia (FAMC) e Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas FOPES-AM (SDS,2012).

No âmbito do Sistema foi criada a Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação (Lei nº 3244). A gestão das unidades de conservação no Amazonas é de responsabilidade do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) vinculado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), instituído pela Lei complementar nº 53, de 05/06/2007, que criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

Ainda neste foi através da Lei delegada nº 118 criou a agência de Agronegócio do Estado do Amazonas (AGROAMAZON); em 2010 o Conselho de Desenvolvimento Sustentável de povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas, que envolve a participação das comunidades tradicionais e dos povos indígenas.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) integra a estrutura administrativa do Poder Executivo do Governo do Estado do Amazonas, como órgão da Administração Direta, desde 2003, através da Lei n.º 2.783, de 31 de janeiro de 2003, a qual dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo do Amazonas e dá outras providências.

A SDS foi criada com a finalidade de atuar na formulação, coordenação e implementação da política estadual de meio ambiente, dos recursos hídricos e da fauna e flora, além da gestão de florestas e do ordenamento pesqueiro, visando à valorização econômica, a sustentabilidade dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros, e, através da promoção

da inclusão social, com ações de fortalecimento das cadeias produtivas, por meio da articulação com a Secretaria de Estado de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado (Sepror), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) e Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS).

Em 4 de abril de 2008, através da Lei Ordinária n.º 3.244, foi criada a Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação (UGMUC), ficando vinculada à Secretaria. Com o objetivo de estabelecer e implementar Políticas e Programas Estaduais de Mudanças Climáticas e de Gestão de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas.

Em 7 de julho de 2009, através da Lei nº 3.403, foi criada a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), com a finalidade de formular, executar e implementar a política de etnodesenvolvimento do Estado, em parceria com outras instituições dos governos federal, estadual e municipal, comunidades, organizações indígenas e entidades não governamentais, com atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável e à preservação de valores culturais e históricos definidos e aprovados pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas.

O Governo do Estado do Amazonas a partir de 2003 intensificou a criação e expansão de suas áreas protegidas (Unidades de Conservação) como estratégia para a proteção da biodiversidade e desenvolvimento regional articulados com o governo federal. Sendo que, a implantação e o sistema de gestão das UCs seguem os critérios estabelecidos pelo SNUC.

Portanto torna-se necessário acrescentar que no âmbito do debate sobre as mudanças climáticas mundiais, o maior reduto de floresta tropical do planeta – a Amazônia, está na pauta do dia. A discussão sobre a conservação da natureza por meio da criação de áreas protegidas ressurge, agora focalizando a possibilidade de sequestrar o carbono e suavizar os possíveis problemas decorrentes do efeito estufa.

Daí a importância das Unidades de Conservação (UC) atualmente consideradas como a melhor estratégia de conservação de áreas florestais pelos organismos nacionais e internacionais, que também passaram a absorver os debates das mudanças climáticas, no sentido estratégico para redução de emissões de gases poluentes (TAYLOR, 2010 e FREITAS, 2008) e na tentativa contínua em transformar a Amazônia em no “mercado verde”.

As Unidades de Conservação (UC) aparecem, portanto, na atualidade por se apresentarem como novas estratégias para experiências locais dos chamados pagamentos por serviços ambientais (Becker, 2004). Além disso, as UC se configuram como a expressão de forças e processos de mudanças, distintivos de outras épocas. Agora, elas se realizam, a partir do local, envolvendo diferentes movimentos e sentidos, seja quando se trata de promover o chamado desenvolvimento sustentável seja para o efeito de enfrentamento das mudanças climáticas mundiais (SILVA, 2000).

As políticas ambientais no Estado do Amazonas estão sob gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), que até 2007 atuava em articulação com a SEAGA, com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e a AFLORAM. (Cf. Figura 05).

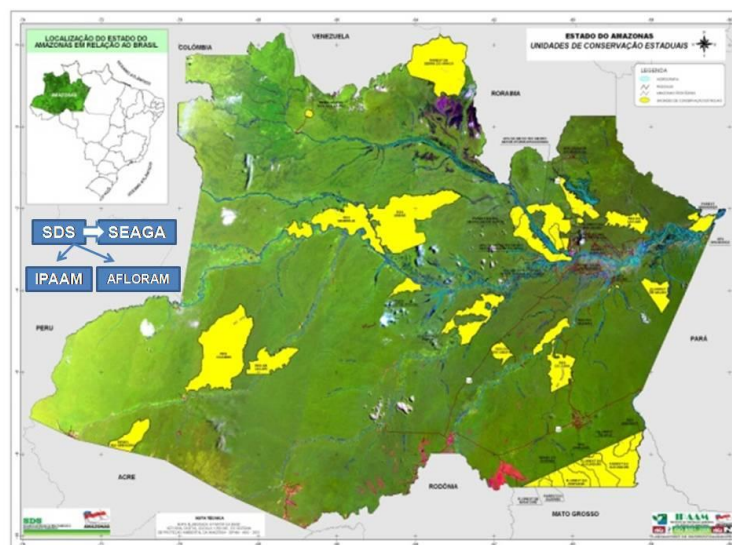


Figura 05 - Esquema da Gestão das UC's até 2007 no Estado do Amazonas
 FONTE: Silva, 2012.

A partir de 2004, com a criação da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável – SDS, no governo do Amazonas, ocorre uma expansão das UCs na região. Essa expansão deve-se também quando o governo federal – que já vinha desde a década de 60 implantando as UCs, no Amazonas e repassa para os governos estaduais a responsabilidade pela conclusão dos estudos e a criação e implantação de Reservas Extrativistas, (AMAZONAS, 2008).

Nesse contexto as Unidades de Conservação se expandem e se constituem uma das principais políticas ambientais do governo estadual. Em certa medida, essa expansão ocorre em meio à polêmica sobre a existência de seres humanos ou não nas áreas protegidas de uso indireto.

Quanto ao papel central da SDS nesse contexto político-histórico, a mesma ganha maior visibilidade quando assume sua missão na garantia da proteção da natureza e o uso dos recursos naturais, com valorização socioambiental, visando o desenvolvimento sustentável do Amazonas, tendo como princípios a participação e envolvimento continuado da sociedade e a promoção de ação afirmativa para as populações tradicionais e indígenas.

Em 2007 também foi criado o Centro Estadual de Unidades de Conservação, criado com objetivo de fazer uma melhor gestão das Unidades de Conservação criadas no Estado do Amazonas, uma vez que a grande maioria das UCs criadas até 2007 ainda não possuíam Plano de Gestão elaborado e aprovado. Atualmente, o CEUC, possui 04 departamentos, quais sejam: 1) Departamento de Populações Tradicionais, 2) Departamento de Geração de Renda, 3) Departamento de Vigilância e Proteção e 4) Departamento de Pesquisa e Monitoramento. (Ver Figura 06).

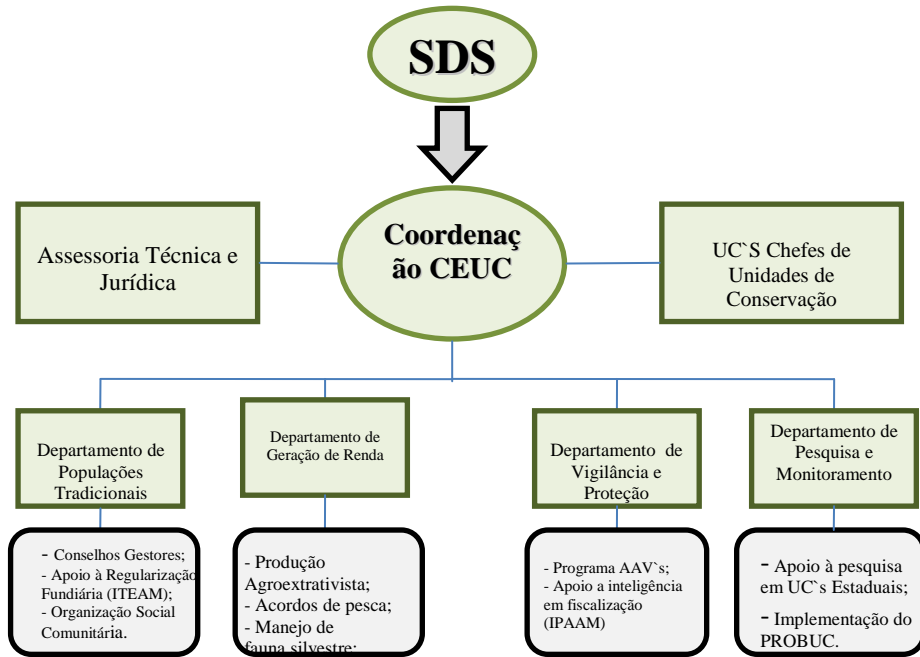


Figura 06 - Esquema da Gestão atual das UC's no Estado do Amazonas.
FONTE: Silva, 2012.

Um dos principais avanços da política ambiental no Estado, segundo a gestora de FLORESTA de Maués, foi à criação e implantação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC), instituído pela Lei Complementar 53 de 2007, o qual gerencia atualmente 33 Unidades de Conservação Federal e 41 Unidades de Conservação Estadual, sendo 9 de proteção integral (3.610.513,13 ha) e 32 de uso sustentável (15.396.519,49 ha). Segundo com Jenkins e Joppa (2009) as unidades de conservação do Estado do Amazonas representam 11,6% do total de áreas protegidas criadas no mundo no período 2002-2009. (Cf. Figura 07).

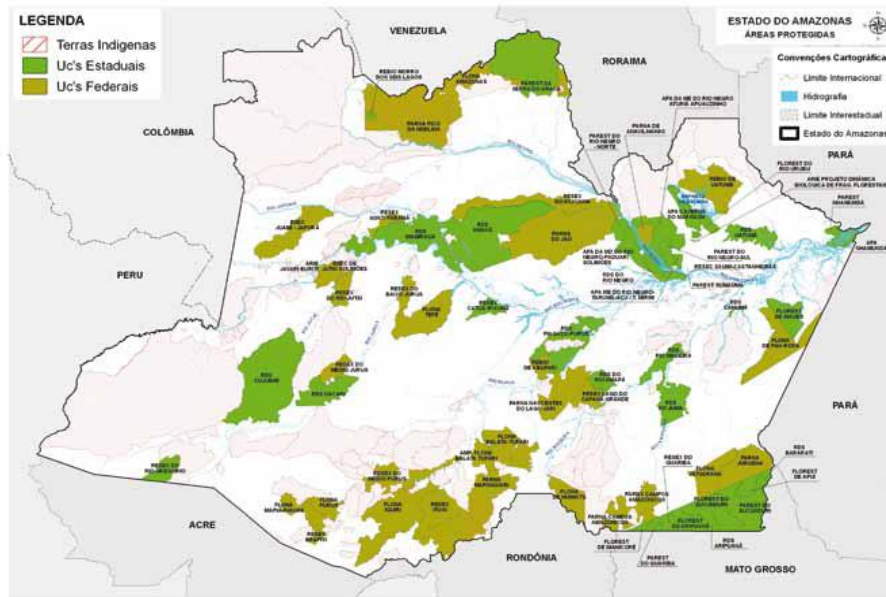


Figura 07 - Mapa das Unidades de Conservação no Amazonas (2002-2009).
 FONTE: CEUC/SDS, 2010.

De acordo com dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2009), no Estado do Amazonas estão situadas 179 terras indígenas que se encontram em diferentes etapas no que se refere a situação fundiária: Declarada (16), Delimitada (1), Em estudo (39), Homologada (9), Regularizada (114). Vale destacar que algumas dessas TI abrangem os limites de outros estados da federação. (Cf. Figura 08).

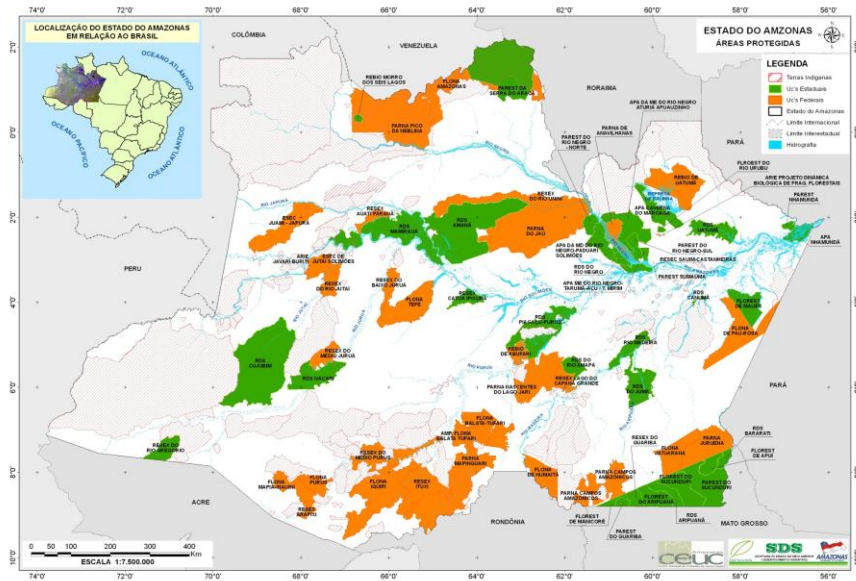


Figura 08 - Mapa de Localização das Terras Indígenas, Unidades de Conservação Estaduais e Federais no Amazonas.

FONTE: CEUC/SDS, 2010.

O SEUC, baseado no SNUC, estabelece que as Unidades de Conservação sejam divididas em dois grupos com características específicas:

Unidades de Proteção Integral: nesta primeira categoria encontram-se as Reservas Biológicas (Rebio), os Parques Estaduais (Parest) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Unidades de Uso Sustentável: nesta categoria encontram-se, representadas no SEUC, as Reservas Extrativistas (Resex), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), as Florestas Estaduais (FLORESTA), as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável (RPDS), os Rios Cênicos e a Estrada Parque, que reúne conceito de beleza cênica e uso público nestas duas novas categorias.

A criação de “áreas de preservação ambiental é prevista na legislação ambiental do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 1982), visando à conservação, proteção ou restauração das áreas de reconhecido interesse ecológico, científico, econômico, social e histórico” tem sido um importante mecanismo de proteção da biodiversidade e dos recursos naturais.

Desde 2004, no estado do Amazonas, os ideólogos (no sentido marxista) e construtores das instituições ambientais, tentam conduzir política ambiental já sob os marcos do discurso socioambiental e de outros movimentos da sociedade civil.

A política de criação de Unidades de Conservação está ancorada no Programa Zona Franca Verde. Este programa tem como missão “promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, a partir de sistema de produção florestal, pesqueira, agropecuária e atividades de turismo, feitas em bases ecologicamente saudáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, associados à gestão de unidades de conservação e à promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas”. (AMAZONAS, 2004).

Já havia um capital acadêmico e institucional acumulado nas discussões sobre a criação UCs – embalada sobre a compatibilidade entre a presença humana e a conservação ambiental (Cunha e Almeida, 2001 e 2010). Ao que parece, a política estadual reconhece os problemas criados com o remanejamento das famílias comunidades tradicionais dos locais onde nasceram e viveram, boa parte de suas vidas, já admite nas primeiras UC e reservas ambientais de uso sustentável criadas, a presença humana. Mas, desde que elas – as comunidades se comprometessem a permanecer com seus modos de vida e se adequassem aos modos de produção tradicional.

De acordo com todo o processo de criação das Unidades de Conservação no Amazonas, o governo vem incentivando a implantação de políticas governamentais com o objetivo de promover a sustentabilidade dos povos da Amazônia como pode observar:

- Programa Zona Franca Verde - ZFV⁴: um programa é multissetorial, envolvendo as Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento

⁴ Programa ZFV, iniciado em 2003, e tem objetivo melhorar a qualidade de vida das populações locais com base no desenvolvimento de sistemas de produções florestais pesqueira, agropecuária e atividade de turismo, fundamentado em base ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis (programa Zonas Franca Verde, 2005). Em 2007, ocorreu um redimensionamento do ZFV, por meio da lei de nº 3.135/2007, que estabeleceu

Sustentável, Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural, Terras e Habitação, Educação e Qualidade de Ensino; de Saúde, Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura, Segurança Pública, de Trabalho e Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Ciência e Tecnologia e Fazenda.

- Programa Amazonas Sustentável: consiste em fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente, promovendo a conscientização e participação de produtores florestais e extrativistas, populações tradicionais, ribeirinhos, empresários, empreendedores associações, cooperativas, entidades subordinadas e vinculadas à SDS, instituições governamentais, organizações não-governamentais e demais segmentos da sociedade.
- Programa de Compensações Ambientais e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades da área de influência do Gasoduto Coari-Manaus: objetiva incrementar a renda de forma sustentável, promover a cidadania e a conservação ambiental junto às comunidades da área de influência do gasoduto Coari-Manaus. Foi escolhida a comunidade do Paricatuba em Manacapuru como piloto para o início da implementação do programa.
- Programa Amazonas Florestal: objetiva fortalecer a assistência técnica, extensão florestal a gestão de Unidades de Conservação e uso sustentáveis, organização e dinamização de cadeias produtivas florestais e de recursos da fauna silvestre.
- Produtos Madeireiros - Manejo Florestal de Pequena Escala: estabelece a capacitação dos comunitários e pequenos extratores beneficiários de PMFS, elaborados pela Agência de Florestas do Amazonas, assim como técnicos de

nível médio e superior, estudantes e empresários, como forma de difundir técnicas para um melhor planejamento, controle, monitoramento e gestão dos recursos florestais.

- Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM: visa promover o saneamento, desassoreamento e utilização racional do solo às margens dos igarapés, associada tanto à manutenção do desenvolvimento socialmente integrado e do crescimento econômico ambientalmente sustentável, preservar o patrimônio, melhoria contínua das condições de vida da população amazonense. O governo do Estado, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID investirá cerca de U\$S 200 milhões na recuperação ambiental dos igarapés de Manaus. A recuperação ocorrerá nos igarapés Bittencourt, Mestre Chico, Quarenta e igarapé da Cachoeirinha.
- Programa Amazonas Indígena - Alto Solimões: objetiva promover, incentivar e disseminar o etnodesenvolvimento dos povos indígenas do Amazonas (relatório de gestão, 2007).

O Estado do Amazonas, conta hoje, em seu Sistema Estadual, com 33 Unidades de Conservação Federal e 41 Unidades de Conservação Estadual, no total são 37,6 milhões de hectares de áreas protegidas por Unidades de Conservação. No período de 2002 a 2010 houve incremento de 157,03%, partindo 7,4 milhões de hectares em 2002 com 12 (UCs), conforme quadro abaixo em 2010, a média soma 18.808.342,59 milhões de hectares e 41 UCs. (CEUC, 2010).

UC's	UC	Área (ha)
APA	5	1.675.555,67
FLORESTA	8	2.596.347,44
RDS	15	10.081.636,30
RESEX	4	4.872.961,21
PAREST	8	3.544.941,98

REBIO	1	36.900,00
TOTAL	41	18.808.342,59

Tabela 3 - Unidades de Conservação Estadual.
Fonte: CEUC/ SDS, 2011

No Estado do Amazonas totalizam 08 Unidades de Conservação Estaduais, dentre estas a Floresta Estadual de Maués, *locus* da pesquisa.

Categoria	UC	Área	%
Uso Sustentável	32	15.226.500,61	81 %
Proteção integral	9	3.581.841,98	19 %

Tabela 4 - Tipos de Unidade de Conservação
Fonte: CEUC/ SDS, 2011

Conforme o quadro acima, a quantidade de unidades de conservação de Uso Sustentável, é maior que a de proteção integral. Segundo o relatório de análise ambiental (2007), a criação de novas UCs é uma das principais estratégias para frear o avanço da fronteira agropecuária no sul do Estado; barrar ou reduzir impactos da abertura de estradas na região e altas taxas de desmatamento; e a outra estratégia é a questão do desenvolvimento que compartilha a conservação da natureza com uso sustentável de uso sustentável no caso justifica pelas populações tradicionais e ribeirinhas no estado do Amazonas que dependem da floresta para as necessidades principais as sociais, econômicas e culturas.

Segundo informações dos gestores da Política Ambiental no Amazonas, nos últimos nove anos a criação das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas foi pautada obrigatoriamente, pelos estudos técnicos e de consulta pública, que permitem identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados e as categorias mais apropriadas para as Unidades, porém esses processos só foram desencadeados a partir da manifestação expressa pelas populações locais.

Contudo, o que se observa na prática é a criação de várias unidades de conservação de “cima para baixo”, sem a consulta prévia das comunidades, sendo estas comunicadas depois

do decreto já assinado, demonstrando um profundo desrespeito com essas populações.

Segundo a própria gestora,

“tiveram UCs com 18 anos de criação que nunca foram dados passos para se criar a parte documental que é o Plano de Gestão, o qual dá um norte para as ações executadas dentro das UCs”. (Gestora da FLORESTA de Maués, 2011).

A Floresta Estadual é uma das seis categorias de unidades de conservação públicas que integram o grupo das unidades de uso sustentável. O objetivo básico de uma Floresta Estadual é a “o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (Lei 9.985/2000 que institui o SNUC e Lei Complementar 53/2007 que institui o SEUC). A criação de UC do tipo Floresta Estadual ocorreu ao longo dos anos de 2003, 2005 e 2009, dentre as quais se destaca a FLORESTA de Maués, a primeira UC criada nesta categoria.

2.4. Programa Bolsa Floresta: instrumento de políticas públicas para as comunidades ribeirinhas de Maués?

Conforme Santos (2004), a chamada Amazônia Legal brasileira tem uma superfície de aproximadamente 5 milhões de Km², ou seja, 60% do território nacional. Existem no mundo 8,5 milhões de florestas tropicais úmidas, distribuídas na América do Sul, África e Ásia; e a Amazônia brasileira contém cerca de 40% dessas florestas. Desse modo o desmatamento no bioma Amazônia tem grande participação nas emissões brasileiras, respondendo por mais de 60% das emissões de CO₂ do Brasil.

Ao longo da trajetória político-governamental a sociobiodiversidade amazônica vem sendo dilapidada para promover a integração da Amazônia à economia de mercado, assentada num estilo de sociabilidade e desenvolvimento predatório. Esta postura nos permite entender porque as florestas da Amazônia foram e, ainda são, indiscriminadamente destruídas

predominando a negação da existência de terra sem moradores e impondo a lei de mercantilização privada da terra.

No Amazonas, o paradigma da mudança climática passou a ocupar lugar de destaque na agenda das políticas públicas ambientais locais, sob um discurso de aparente consenso entre sociedade civil organizada e o Estado. Deste é visualizar sua série de movimentações tanto por parte dos movimentos sociais como da esfera governamental.

Em Abril de 2007 ocorreu o II Encontro Nacional dos Povos da Floresta promovido pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), em parceria com o governo do Amazonas por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS). O Encontro teve como tema “A importância dos povos da floresta no contexto das mudanças climáticas globais”.

Neste mesmo ano em 05 de Junho de 2007, foi sancionada Lei Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável Nº 93/2007. A Lei trata, entre outros pontos, sobre os incentivos ao mercado de carbono, da instituição do Programa Bolsa Floresta⁵ e da Fundação Amazonas Sustentável – FAS.

Em novembro de 2008 foi realizada em Manaus/AM a Conferência Latino Americana de Mudanças Climáticas que teve como principal objetivo discutir junto a sociedade as políticas públicas de combate, mitigação e adaptação às mudanças climáticas globais e no âmbito amazônico. A Conferência foi realizada pela SDS, por meio do Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA). Uma das principais recomendações da Conferência foi à criação do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas Globais, Biodiversidade e Serviços Ambientais. (SDS, 2009).

⁵ Em anexo a publicação no Diário Oficial do Decreto que Institui o Programa Bolsa Floresta.

A SDS por intermédio do CECLIMA, fomenta o uso de energia limpa e eficiente na sociedade e no setor público, minimizando os impactos ambientais e climáticos associados a geração de energia no estado. A missão do Centro Estadual de Mudanças Climáticas - CECLIMA é implementar a Lei Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Este centro se configura como primeiro centro governamental do Brasil especializado em articular e implementar políticas públicas sobre mudanças climáticas e serviços ambientais. (SDS, 2009).

Dentre os programas desenvolvidos pela SDS o Programa de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais são considerados como o instrumento importante no que se refere à política ambiental no Estado.

Como foi mencionado anteriormente, no período de 2003 à 2007, a SDS formulou e coordenou a implementação de uma série de instrumentos de Políticas Ambientais voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável, com ênfase para a conservação ambiental, combate à pobreza e mudanças climáticas.

Segundo Viana (2008), a política de sustentabilidade foi denominada de Zona Franca Verde, lançada em 2002, sendo que a nomenclatura “Zona Franca”, no Amazonas, é sinônimo de emprego e renda e o “verde” remete à floresta. Desse modo, o Programa Zona Franca Verde, portanto, foi definido como um programa de geração de emprego e renda a partir do uso sustentável dos recursos naturais de florestas, rios e lagos, com o objetivo de valorizar a floresta em pé e assim gerar emprego e renda e promover a conservação ambiental. Uma das “inovações” do Programa Zona Franca Verde foi a criação do (sub) Programa Bolsa Floresta (PBF).

Neste processo, a gestão do governo do Estado à época, realizou uma visita à Costa Rica para conhecer os programas de Serviços Ambientais⁶, além de ter participado de diversos eventos no Brasil e no exterior para debater uma proposta de vincular a redução do desmatamento ao pagamento pelas toneladas de emissões evitadas de carbono. Os chamados pagamentos por serviços ambientais apareceram como estratégia de conservação e de combate à pobreza. (VIANA, 2008).

Neste cenário dos debates referentes às Mudanças Climáticas a Política governamental denominada Programa Bolsa Floresta ganha expressão significativa por ser apresentada como uma política de mitigação das mudanças climáticas com ênfase social.

“Nas falas do poder, o Programa Bolsa Floresta inserido nesta Lei, marca o início de um novo tempo e de uma nova relação entre homem e natureza” no estado do Amazonas (Jornal A Critica 14/09/2007).

Que relação é está? Vale ressaltar que nesse momento da ala do poder público, fez-se o pagamento de R\$ 50,00 corresponde ao Programa as primeiras 100 famílias cadastradas e residente nas comunidades da primeira UC contemplada, que, como vimos objetiva instituir o pagamento por serviços e produtos ambientais às comunidades tradicionais pelo uso sustentável dos recursos naturais e incentivo às ações voluntárias de redução de desmatamento.

O marco legal para implementação do Programa foi a criação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), em dezembro de 2007, uma instituição público-privada, sem fins lucrativos, com o objetivo de fazer a gestão dos produtos e serviços ambientais das unidades de conservação estaduais e responsável pela gestão do programa Bolsa Floresta.

⁶ são os benefícios que a humanidade recebe da natureza tais como, fornecimento de alimento, combustível, e fibra; regulação do clima; formação de solo e ciclagem de nutrientes; e benefícios não materiais como os espirituais ou estéticos. (Minuta de Projeto de Lei de Serviços Ambientais, 2007)

Conforme Brianezi (2010), a justificativa de criação da FAS foi que ao delegar a gestão da política pública a uma organização não governamental seria uma estratégia para garantir a continuidade da política, mesmo diante da alternância de grupos político-partidários no Governo do Amazonas.

O início da implementação do PBF no estado do Amazonas iniciou em setembro de 2007, no entanto, a criação da FAS só foi anunciada em abril de 2008, contabilizando 06 (seis) anos de criação.

No que se refere às normas do Programa Bolsa Floresta, este concede benefícios aos residentes de Unidade de Conservação Estadual para incentivar a conservação dos recursos naturais através da manutenção da floresta por meio do pagamento por Serviços Ambientais.

O Programa direciona-se por critérios de elegibilidade, desse modo para se candidatar ao Programa os moradores de UCs têm que obedecer aos seguintes critérios:

- a) ser morador de Unidade de Conservação Estadual por no mínimo dois anos de residência comprovada;
- b) possuir Registro Geral e Cadastro Nacional de Pessoa Física regularizados;
- c) ter filhos em idade escolar matriculados e frequentando a escola, desde que existam escola na localidade;
- d) participar (antes da adesão ao Programa) da Oficina de Formação sobre o Programa Bolsa Floresta.

A FAS afirma que o objetivo geral do programa é a redução do desmatamento e das emissões de gases do efeito estufa, e a promoção de melhorias na qualidade de vida da população que vive em Unidades de Conservação estaduais do Amazonas. O PBF possui quatro componentes, descritos a seguir:

- **Bolsa Floresta Familiar (BFF)** – pagamento de uma recompensa mensal de R\$ 50,00 às mães de famílias residentes nas Unidades de Conservação que estejam

dispostas a assumir um compromisso de desmatamento zero (em matas primárias). É permitido o desmatamento de capoeiras, que é parte dos sistemas tradicionais de produção. O BFF não pretende ser a principal fonte de renda das famílias, mas um complemento de renda pago a título de recompensa pela conservação da floresta e investimento na cadeia produtiva de serviços ambientais.

- **Bolsa Floresta Associação (BFA)** – O segundo componente é o Bolsa Floresta Associação, destinado às associações dos moradores das UCs do Estado. Equivale a 10% da soma de todas as BFF. Sua função é fortalecer a organização e o controle social do programa.
- **Bolsa Floresta Renda (BFR)** – O terceiro componente é o Bolsa Floresta Renda, no valor médio de R\$ 4 mil por comunidade por ano, considerando em cada comunidade uma média de 11,4 famílias. Esse componente é destinado ao apoio à produção sustentável: peixe, óleos vegetais, frutas, madeira manejada, mel etc. São elegíveis todas as atividades que não produzam desmatamento e que estejam legalizadas.
- **Bolsa Floresta Social (BFS)** – é o repasse no valor médio de R\$ 4 mil por comunidade por ano. Esse componente é destinado à melhoria de educação, saúde, comunicação e transporte, componentes básicos para a construção da cidadania. As ações são desenvolvidas em colaboração com os órgãos governamentais responsáveis e instituições parceiras.

Para o governo estadual, trata-se de um reconhecimento de que a conservação das florestas é o resultado das atitudes das populações que vivem nos beiradões e dentro das florestas (Viana, 2008), afirmação esta de culpabilização das comunidades pelos

desmatamentos causados nas áreas de floresta , ressaltando que os maiores culpados de fato são as grandes empresas madeireiras.

Cabe ressaltar que após o decreto da Lei Estadual de Mudanças Climáticas, o governador do Estado do Amazonas assumiu uma posição de relativo destaque nacional e internacional na temática das mudanças climáticas e unidades de conservação, como cumpridor de seu papel conservacionista da maior floresta tropical do planeta, papel este bem avaliado pelas agencias internacionais.

No âmbito do Programa estão previstos os programas de apoio ao PBF que têm a finalidade de realizar as ações de caráter estruturante e de longo prazo são estes:

- I. Programa de apoio à saúde e educação: os projetos estão voltados para parcerias com o governo do Estado, com as prefeituras municipais e instituições de pesquisa visando ao alcance das metas do milênio da ONU.
- II. Programa de apoio à produção sustentável: os projetos para a produção sustentável buscam estimular atividades que permitam a dinamização de cadeias produtivas pesqueiras e florestais, madeireiras e não-madeireiras.
Programas de apoio em fiscalização e monitoramento: os projetos de fiscalização buscam aportar agilidade, tecnologia e inovação para o processo de prevenção e combate ao desmatamento nas UC envolvidas no PBF. O monitoramento ambiental está focado em avaliar a dinâmica de emissões e sequestro de carbono florestal nas UC.
- III. Programas de apoio à Gestão de Unidades de Conservação: o programa da FAS de gestão apóia a elaboração e implementação de planos de gestão das UC pela SDS/CEUC e por co-gestores.

IV. Programas de apoio ao desenvolvimento científico: o programa da FAS de apoio ao desenvolvimento científico é voltado especialmente para trabalhos e estudos referentes aos estoques e à dinâmica de carbono da floresta nas UC.

Pode-se visualizar os pilares fundamentais de atuação do Programa a partir do seguinte esquema:

Tipo	Finalidade	Valor	Quem Recebe
BF Renda	Apoio à produção	R\$ 4 mil por UC ano	Comunidade
BF Social	Melhorar Educação, Saúde e Transporte	R\$ 4 mil por UC	Comunidade
BF Associação	Despesas da Associação	10% do BF da UC ano	Associação
BF Familiar	Decisão da Família	R\$ 50,00 mes	Rep. da Família

Figura 09 - Pilares do Programa Bolsa Floresta.
Fonte: Banco de Dados do Grupo Inter-Ação, 2011.

Após a adesão ao Programa os beneficiários deverão seguir algumas normas dentre elas: cumprir as regras contidas no Plano de Uso da Gestão da Floresta, estar associados e adimplentes com a mensalidade da Associação de Moradores da Comunidade (no caso da inexistência desta devem se associar a uma Associação ligada à UC na qual reside), e, por fim, manter o tamanho das roças não superior ao ano de sua adesão ao Programa Bolsa Floresta e não avançando para áreas de mata primária. Nesta última norma somente poderão avançar para mata primária os filhos de moradores que constituírem família, com casa separada dos pais, porém, os roçados não devem ultrapassar a média das áreas dos roçados.

Em 2008 registrou-se a implementação do PBF em dez unidades de conservação (Relatório de Gestão da FAS, 2009). De acordo com o Relatório de Gestão da FAS 2010, até outubro do mesmo ano, 6.813 famílias de 14 UCs eram beneficiadas pelo programa, sendo

que 6.325 já recebiam a Bolsa Floresta Familiar. De acordo com os dados obtidos no último Relatório de Gestão da FAS (2011), hoje são 7.989 famílias beneficiadas pelo PBF (Cf. Tabela 05), 15 unidades de conservação e um montante de R\$ 39,5 milhões (investidos entre 2008 a 2011).

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Nº DE COMUNIDADES	FAMÍLIAS BENEFICIADAS		PESSOAS BENEFICIADAS	
		BF RENDA, SOCIAL E ASSOCIAÇÃO	BOLSA FLORESTA FAMILIAR	BF RENDA, SOCIAL E ASSOCIAÇÃO	BOLSA FLORESTA FAMILIAR
FLOREST MAUÉS	21	718	623	3.045	2.709
RDS AMANÃ	63	758	732	3.615	3.499
RDS CANUMÃ	15	228	224	997	981
RDS CUJUBIM	8	44	23	206	106
RDS JUMA	37	439	393	1.868	1.700
RDS MAMIRAUÁ	170	1.936	1.691	9.078	7.947
RDS PIAGAÇU-PURUS	52	757	698	3.732	3.453
RDS RIO AMAPÁ	10	386	325	1.498	1.343
RDS RIO MADEIRA	42	838	791	3.173	3.014
APA RIO NEGRO	16	333	328	1.292	1.276
RDS RIO NEGRO	19	525	483	1.787	1.663
RDS UACARI	30	287	261	1.475	1.335
RDS UATUMÃ	20	357	266	1.202	939
RESEX CATUÁ-IPIXUNA	13	220	209	1.081	1.039
RESEX RIO GREGÓRIO	25	163	150	806	753
TOTAL	541	7.989	7.197	34.855	31.757

Tabela 5 - Alcance do PBF nas Unidades de Conservação entre 2008-2011.
Fonte: Relatório de Gestão, 2011.

Os primeiros recursos recebidos pela FAS vieram do governo estadual e do Banco Bradesco por meio de doações, no valor de R\$ 20 milhões cada uma. O empresário Luiz Fernando Furlan, ex-ministro da Fazenda do governo Lula, e Virgílio Viana, ex-secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, assumiram os cargos de presidente do Conselho de Administração e de secretário-geral, respectivamente. A seguir o quantidade de recursos investidos até de junho 2010 a dezembro de 2011, nas ações referentes ao Bolsa Floresta pela FAS por Unidade de Conservação.

UC	Convênios jun 2010/dez 2011			Total
	Renda	Social	Associação	
RDS Amanã	390.075,00	390.075,00	65.430,00	845.580,00
RDS Mamirauá	1.014.825,00	1.014.825,00	156.348,00	2.185.998,00
Resex Catua Ipixuna	116.025,00	116.025,00	19.170,00	251.220,00
RDS Madeira	124.075,00	124.075,00	20.010,00	268.160,00
RDS Amapá	164.243,75	98.546,25	22.525,00	285.315,00
RDS Juma	201.075,00	201.075,00	31.320,00	433.470,00
RDS Rio Negro	272.275,00	169.031,00	42.480,00	483.786,00
RDS Uatumã	190.575,00	190.575,00	28.890,00	410.040,00
RDS Piagaçu Purus	267.540,00	269.933,00	32.400,00	569.873,00
Florest Maués	443.625,00	399.375,00	59.130,00	902.130,00
RDS Uacari	83.650,00	83.650,00	13.500,00	180.800,00
RDS Cujubim	50.000,00	75.650,00	20.000,00	145.650,00
Resex do Gregório	48.620,00	84.000,00	9.680,00	142.300,00
Canumã	112.350,00	112.350,00	19.260,00	243.960,00
TOTAL	3.478.953,75	3.329.185,25	540.143,00	7.348.282,00

Figura 10 - Resumo dos investimentos do PBF por UC com destaque para a Floresta Estadual de Maués.
Fonte: Relatório de Gestão, 2010.

No Programa Bolsa Floresta as comunidades devem assumir o compromisso de desmatamento zero (para áreas de floresta primária) e a FAS assume a responsabilidade de implementar os quatro componentes do Programa Bolsa Floresta. Vale ressaltar, que a criação desta política é decorrente do debate em torno das mudanças climáticas mundiais e sua aplicabilidade esta direcionada para as populações que habitam em Unidades de Conservação Estaduais no Amazonas.

Dado o exposto, evidencia-se, a partir da conformação da Política Ambiental no Amazonas, sua interface com os grandes dilemas vivenciados pela sociedade capitalista. Assim, as políticas públicas ambientais delineadas no contexto amazônico são fruto de uma complexa trama de relações.

A eficiência passou a ser vista como o principal objetivo de qualquer política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das Políticas Públicas para instituições com “independência” política. Este novo formato, que guia na contemporaneidade, o desenho das Políticas Públicas vincula-se ao propalado roteiro do programa neoliberal que prima pela descentralização do Estado no gerenciamento estatal das políticas delegando para órgãos de gestão “independentes” como é caso da FAS no âmbito da gestão do Programa Bolsa Floresta.

Outra faceta importante para visualizar na configuração da PBF é a relação entre Serviços Ambientais e Produtos Florestais para geração de valor das florestas. Neste caso, a Amazônia continua com sua representatividade histórica junto ao capital por meio da valoração, em primeira instância, de seus recursos naturais num processo intensivo de capitalização desses recursos. São expressões deste processo a Minuta de Projeto de Lei de Serviços Ambientais e a implantação do Programa Bolsa Floresta que determina o pagamento e atribuição de valores monetários aos recursos naturais.

2.3. Floresta Estadual de Maués e PBF: processos de implementação

Antes de apresentar o processo de implementação do PBF na Floresta Estadual de Maués faz-se necessário apresentar de forma breve algumas características referentes ao município no qual está situado a UC estadual e as comunidades ribeirinhas.

A constituição histórico social do município de Maués está marcado por um dinâmico movimento cultural no qual se mesclam as sociedades indígenas da região amazônica e o processo de colonização ou adequação da região aos ditames na do Brasil Colônia.

Em relação à delimitação geográfica do município (Cf. Figura 11), este está localizado na 8ª sub-região do Médio Amazonas, o tempo de deslocamento via transporte fluvial de Manaus para a sede do município de Maués é de aproximadamente 18 horas. O município de Maués é constituído pelos distritos de Maués, Osório da Fonseca e Repartimento e faz limites ao norte do município de Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Itacoatiara; ao sul com o município de Apuí; à leste com o Estado do Pará; à oeste com o município de Borba e Nova Olinda do Norte (Banco de Dados do Grupo Inter-Ação, 2010).



Figura 11 - Mapa do Estado Amazonas, destaque para o município de Maués.
 FONTE: Portal dos mapas brasileiros, 2009.

Segundo o Censo do IBGE (2010), o município de Maués é formado por uma população de 52.236 mil habitantes, sendo que 29.866 mil habitantes estão concentrados na zona urbana e 19.800 mil habitantes estão distribuídos em 165 comunidades rurais do município.

Conforme os dados da SDS (2009), o município possui duas Unidades de Conservação Federal, parte de uma Reserva Indígena e uma Área de Proteção Ambiental, consecutivamente: 1) Floresta Nacional do Pau-Rosa e o Parque Nacional da Amazônia (994 mil ha); 2) Reserva Indígena Andirá-Marau, da tribo Saterê - Mawé e a Área de Proteção Ambiental Lago do Santana ou Lago Elias - criada sob decreto municipal n. 18.700, em 1993; e em nível estadual a Floresta Estadual de Maués.

Em 2002, a prefeitura do município de Maués/AM subsidiou estudos para a criação de uma Unidade de Conservação de categoria Floresta Municipal. Este processo orientou para a escolha da área que seria destinada para a Unidade de Conservação. Em 19 de julho de 2003, pelo decreto nº23.540, foi criada a Floresta Estadual de Maués uma UC de uso sustentável, com área total de 438.442 hectares. Localizada no interflúvio Madeira/Tapajós, sendo limitada pelos rios Apocuitaua, Pacoval e Parauari, um total de 21 comunidades estão inseridas na floresta, com cerca de 718 famílias (Relatório de Gestão da FAS, 2012).

De acordo com Decreto, a Floresta de Maués foi criada com os objetivos de promover o manejo de uso dos múltiplos recursos naturais, a manutenção e a proteção de recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como o apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades locais e do município de Maués. Dentre as comunidades que fazem parte da Floresta Estadual de Maués está à comunidade de Monte Sinai, *locus* do estudo, localizada às margens do Rio Parauari.

A gestão da Floresta Estadual de Maués é realizada pela SDS, com intermédio da Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis, sendo que a gestão pode ser dada de forma compartilhada com o município de Maués, segundo a gestora da UC *“não existe na prática esforço algum para compartilhar a gestão, uma vez que as reuniões bimestrais promovidas pela SDS possuem poucos representantes das outras instituições”*.

Quanto a implantação do Programa Bolsa Floresta nas UCs Estaduais, como no caso da Floe Maués, obedecem ao seguinte processo:

- Fase 1 – nesta são realizadas as Oficinas, o cadastro das famílias e a assinatura do termo de compromisso (após esta fase inicia-se o pagamento do Bolsa Floresta Familiar);
- Fase 2 – realização de Oficina e Assembléia para verificar a contrapartida das comunidades e elaboração de Projetos e Plano de Contas (nesta fase inicia-se o repasse de recurso para as associações de moradores por meio de repasse ou crédito em banco, ou seja, o Bolsa Floresta Associação);
- Fase 3 – Aprovação do Plano de Contas e acompanhamento (nesta fase iniciam-se os investimentos do Bolsa Floresta Social);
- Fase 4 – Implementação do Bolsa Floresta Renda.

A seguir apresentam-se os investimentos que foram aplicados na Floresta de Maués referente ao Programa Bolsa Floresta Renda, Social e Associação referente ao período de junho de 2009 a junho de 2011.

Projetos do PBF	Ações	Valor do investimento
Bolsa Floresta Social	Poço artesiano	100.000
	Ambulancha 40 HP	40.000
	Ambulancha 15 HP	40.000
	Sistema de Rdiofonia ou Telefone	18.000
	Suprimento ou Equipamento para Posto de Saúde	24.000
	TOTAL	222.000
Bolsa Floresta Renda	Barco com 16m e 52HP	70.000
	Capacitações	64.00
	Capital de giro para comércio de Guaraná	20.00
	TOTAL	154.00
Bolsa Floresta Associação	Despesas correntes	22.554
	Kit Associação	30.270
	Kit Energia Solar	8.000
	TOTAL	60.824
TOTAL GERAL		436.824

Quadro 04 - Quadro de investimentos do PBF.
Fonte: Relatório de Gestão da FAS, 2011.

Na Floresta Estadual de Maués a primeira fase do PBF foi realizada no ano de 2008, com realização de 04 Oficinas com um total de 700 participantes. Desde modo as famílias iniciaram o recebimento do Bolsa Floresta Familiar no final do mesmo ano.

As fases subseqüentes referentes ao Bolsa Floresta Associação, Renda e Social foram realizadas no período de 22 à 23 de Novembro de 2008, com a participação de 65 lideranças. Durante os trabalhos realizados por técnicos da FAS é enfatizada a atuação dos comunitários no seu papel na conservação da mesma.

Nesses cinco anos de existência do Programa Bolsa Floresta ainda são poucas as informações e estudos sobre esta política de governo. Na verdade, o Programa se apresenta muito mais como uma construção social do governo e respaldado pela mídia local. Contudo, algumas das evidências empíricas a partir do trabalho de campo realizado, já se podem

identificar as possíveis mudanças e efeitos dessa política governamental no modo de vida das famílias da Floresta Estadual de Maués

O processo de implementação do Programa se propõe de forma participativa, tendo ampla discussão com instituições intergovernamentais, governamentais do Estado e Federais, além da comunidade, porém o que visualizamos na prática, de acordo com o discurso dos comunitários é uma visão diferenciada, uma vez que segundo a gestora da SDS/Maués:

A muita dificuldade de participação nas reuniões por parte dos gestores dos programas, eles quase não aparecem e muito menos enviam seus relatórios para acompanhamento das atividades que estão sendo desenvolvidas nas comunidades.

Não se desconhece, inicialmente, a proposta inovadora dessa política governamental, que associou o público e privado com objetivo de manter a floresta em pé e, também, em elevar as condições de vida das famílias nas comunidades abrangidas pelo programa.

Mas de acordo com esse estudo ressalta-se algumas pontuações importantes, a primeira delas diz respeito a enorme dívida social que o Estado tem para com o mundo rural brasileiro e amazonense. Aos povos que habitam nas áreas rurais da Amazônia são historicamente desprovidos e sofrem de um descaso público/estatal desde os tempos da colonização.

Essa dívida social acumulada secularmente se multiplica, sobretudo durante a política de desenvolvimento para a Amazônia. Até mesmo os programas mais recentes como 3º Ciclo, Zona Franca Verde, entre outros, não conseguiram melhorar as condições de vida dos povos, sobretudo no que diz respeito a saúde, educação e o acesso a bens e serviços sociais especialmente em comunidades isoladas da Amazônia.

CAPÍTULO III

Os Aspectos Socioambientais do Programa Bolsa Floresta na Comunidade Monte Sinai em Maués/AM

Neste capítulo, será apresentada a categoria comunidade utilizada na pesquisa, como também a caracterização do município de Maués e da comunidade Monte Sinai, *locus* do estudo. A relevância deste capítulo consiste em analisar os impactos que o Programa Bolsa Floresta, gera no *modus vivendi* dos grupos domésticos da comunidade estudada.

O presente capítulo está estruturado em três momentos. No primeiro será apresentada, de forma breve, a discussão sobre comunidade, a caracterização de Maués e da comunidade Monte Sinai enfatizando o perfil do acesso a bens e serviços sociais da comunidade. No segundo apresentar-se-á a análise dos componentes do Bolsa Floresta por meio da análise dos relatórios técnicos de gestão e no terceiro momento será abordado o processo de construção de autonomia no âmbito individual e comunitário via o Programa Bolsa Floresta.

3.1. Populações tradicionais: comunidades ribeirinhas na Amazônia

No processo de discussão relacionado à problemática ambiental, a discussão em torno das populações tradicionais emerge na contemporaneidade a partir dos debates desenvolvidos sobre a criação de áreas protegidas que não admitiam a presença humana, uma vez que se entendia que esta presença nos espaços naturais se constituía como prejudicial para viabilizar uma alternativa sustentável para a civilização.

Vale ressaltar que as discussões em torno das categorias comunidade e população tradicional é amplo e permeado por múltiplas perspectivas. Assim, neste estudo serão adotados como referência para a compreensão sobre populações tradicionais os estudos de Chaves (2001) e Castro (2001), e para comunidade os estudos de Chaves (2001).

Para Chaves (2001), os ribeirinhos são populações estabelecidas por muitas gerações na Amazônia, fruto de um intenso processo de miscigenação (mistura de vários povos), iniciado no período de colonização, intensificando-se durante o período pombalino e consolidando-se no período da borracha, no qual ocorreu um grande fluxo migratório, sobretudo de nordestinos. O longo processo sócio-histórico pelo qual passaram as populações amazônicas, fê-las adquirir novos valores, padrões de comportamento e conduta, oriundos das diversas culturas que formaram a região. Para a referida autora os agentes sociais identificados como população ribeirinha,

[...] vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócio-históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas concorrem para a determinação da identidade sócio-cultural desses atores. (CHAVES, 2001, p. 78).

Castro (1997) por sua vez aponta algumas características dessas populações ribeirinhas:

[...] encontramos nos denominados *ribeirinhos*, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagem de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam a noção de território. (CASTRO, 2001, p. 97).

Considerando os estudos abordados verificar a proximidade das concepções de Chaves (2001) e Castro (1997) ao afirmar que os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a natureza.

As questões suscitadas possuem uma estreita relação com os estudos de comunidade, no qual existe um fecundo debate que problematiza o tema. Chaves (2001) desenvolvem uma análise explicitando que o termo comunidade possui inúmeras e complexas combinações e

orientações teórico-metodológicas. O conteúdo explicativo do termo varia em função da área disciplinar quanto dos vínculos que mantém com as conjunturas políticas e sociais.

Para a autora a comunidade, se institui por relações internas, logo, pelo enlace das diversas relações de produção dos homens entre si e com a natureza e, também, por relações externa cuja combinação institui uma dinâmica de vida e de trabalho. Desse modo apresenta a seguinte concepção “a comunidade se constitui num espaço de construção de identidades sociais, de projetos comuns, mas também de manifestação da diversidade.” (p.77). A autora chama a atenção para o cuidado com algumas determinações que correntemente são utilizadas no estudo de comunidade, são elas:

- a) a comunidade enquanto oposição a sociedade urbano industrial;
- b) na comunidade existe a predominância de relações primárias e orgânicas;
- c) a comunidade atua como exclusiva guardiã de formas pretéritas de organização social;
- d) a comunidade possui um *modus vivendi* em franco declínio ante as formas modernas de vida.

Estas determinações, conforme a autora, apresentam a comunidade como uma entidade “coesa homogênea e harmônica, numa visão idealizadora que mascara não apenas as contradições inerentes a realidade social mas também dificulta a percepção das potencialidades inerentes à organização (sócio-cultural e política).” (CHAVES, 2001, p.78).

Segundo Chaves (2001), na sociedade capitalista há uma relação de exploração entre os homens, e esta relação de exploração se estende a natureza, contudo, as populações tradicionais se relacionam de forma diferenciada, pois, estes realizam o manejo dos recursos naturais de maneira efetivamente diferenciada sem agredir a natureza. Neste sentido, constituem uma forma peculiar de gestão dos recursos naturais sendo fundamental o

envolvimento das populações tradicionais nas políticas ambientais, principalmente no contexto amazônico.

3.2. Caracterização do Município de Maués

Segundo Uggé (1994), o município de Maués até a metade do século XVIII era denominado região da mundurucânia, neste mesmo século esta região foi visitada pela primeira vez, pelos colonizadores em busca de drogas do sertão. Antes da chegada dos colonizadores esta região era habitada por povos indígenas Mundurucus e Saterê-Mawé. Estes foram atraídos ao convívio social dos brancos pela política de colonização do governador da Capitania do Rio Negro e Grão Pará, Lobo D`Almada, com o fim de promover o rápido desenvolvimento da região.

O nome Maués foi dado em homenagem aos povos indígenas que habitaram a localidade, é originário de dois vocábulos da língua tupi, quais sejam: Máu – adjetivo que se traduz por curioso, inteligente, abelhudo; e Uêu – ave trepadora, da casta dos papagaios. Com estas palavras formou-se o termo Mau-uêu, Mauuêu, que se contraiu em Mauê ou Maué, nome usado para designar a nação indígena que habitava a região e quer dizer papagaio curioso e inteligente. O S final da palavra, não pertence à língua, e, é apenas a característica do plural, no português, referindo-se ao número de índios Maués. Nesse sentido, o nome da cidade Maués traduz-se como cidade dos papagaios inteligentes, ou melhor, cidade dos papagaios faladores. (UGGÉ, 1994)

A sede do município também apresenta uma série de acontecimentos programados e festas, tais como: o Festival de Verão que é considerado um evento de grande importância para o município, por gerar renda e elevar o fluxo de visitantes; a Festa do Guaraná é uma das mais tradicionais comemorações da região, que acontece desde 1979, cujo objetivo é não só

de promover o guaraná, principal produto da região, mas também atrair turistas, ambas as festas acontecem em setembro e outubro respectivamente.

3.2. Comunidade Monte Sinai: processualidade histórica

A comunidade Monte Sinai, localiza-se no rio Parauari, no município de Maués/AM, é formada atualmente por 28 famílias oficialmente cadastradas, perfazendo um total de 141 habitantes (Pesquisa de Campo, 2012), com 11 anos de criação, a comunidade possui 01 microscopista, 01 agente de saúde e 02 professores. A distância dessa comunidade para a sede do município é de aproximadamente 12 horas de barco. Destacando ainda, que a comunidade situa-se dentro da Floresta Estadual de Maués e é reconhecida como uma das comunidades pólos do Rio Parauari (Cf. figura 12).



Figura 12: Frente da comunidade Monte Sinai.
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Segundo dados da SDS (2011), a comunidade Monte Sinai está localizada no Pólo Parauari IV da Floresta Estadual de Maués (Cf. Figura 13). Atualmente a representação do Parauari IV no Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués é do Sr. Elevenilson, professor da comunidade, porém residente da comunidade Vila Darcy.

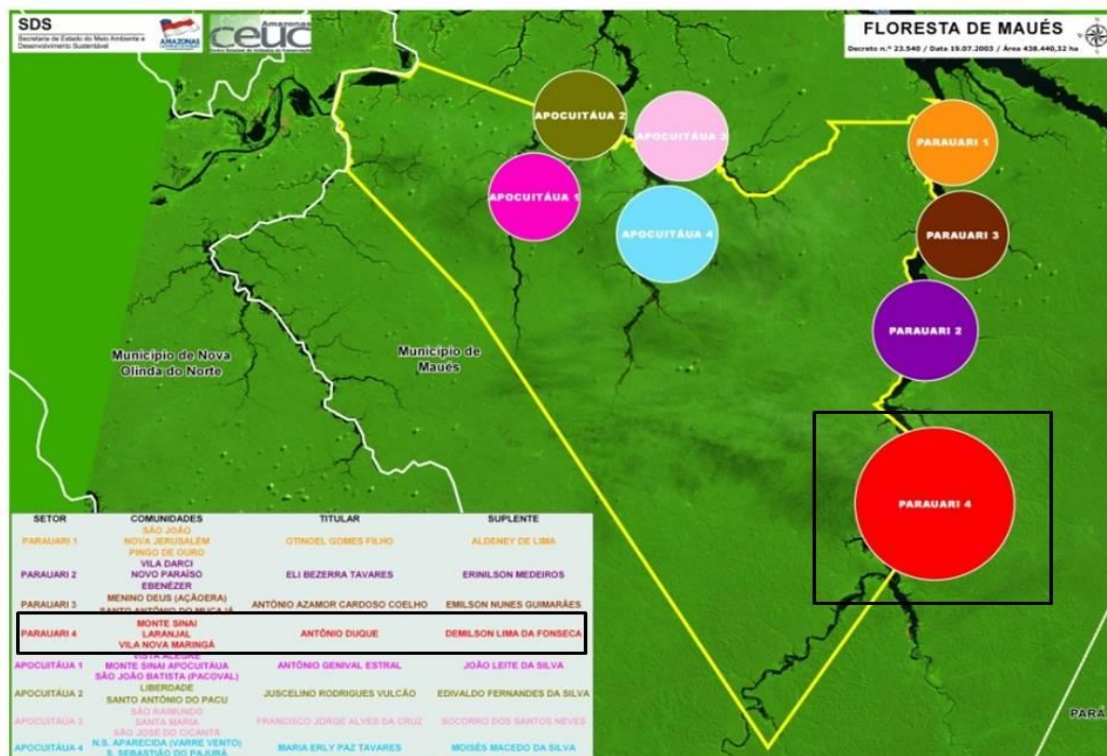


Figura 13: Mapa das comunidades abrangidas pela Floe Maués.
FONTE: Banco de Dados do Grupo Inter-Ação, 2012.

O Conselho Gestor foi instituído com o propósito de estabelecer direcionamento para gestão da Floresta Estadual de Maués, neste sentido todos os Pólos possuem representatividade, porém a efetividade dessa gestão é comprometida pela pouca participação dos representantes (sendo que o atual representante da comunidade enfrenta diversas críticas devido à participação ativa junto aos interesses da FAS no município), situação essa mencionada pela gestora da SDS em Maués.

No estudo relacionado ao Programa Bolsa Floresta na comunidade, foram envolvidos nas atividades de pesquisa vários moradores via aplicação de formulário e realização de entrevistas.

Na pesquisa participaram 28 (vinte e oito) comunitários entre homens e mulheres representantes de seu grupo doméstico, o que corresponde a 100% do total das famílias na

comunidade, a pesquisa se realizou por meio da aplicação de 09 (nove) entrevistas com as lideranças da comunidade, 01 (uma) entrevista com a gestora da SDS/Maués, 19 (dezenove) aplicação de formulários com questões abertas e fechadas, 01 (uma) dinâmica de grupo, pesquisa documental e bibliográfica, vale ressaltar que foi realizado um levantamento da infraestrutura da comunidade, que conta com os seguintes itens:

INRAESTRUTURA	QUANT.	RECURSO DO PBF
01 (um) Gerador de Energia, motor a diesel	01	Sim
Escola Municipal com ensino de jovens e adultos	01	Não
Ambulancha	01	Sim
Casa de Farinha	01	Sim
Orelhão Comunitário	01	Não
Rádio amador sem funcionamento	01	Sim
Centro Comunitário	01	Sim
Campos de Futebol	02	Não
Igreja Evangélica	01	Não
Bomba d'água	01	Sim

Quadro 05: Infraestrutura da comunidade Monte Sinai.
FONTE: Pesquisa de Campo, 2012.

Durante a pesquisa de campo, em Janeiro de 2012, a ambulancha estava sendo utilizada para deslocamento dos comunitários em situação de emergência médica, para a comunidade de Santo Antonio de Mucajá (pois a comunidade Monte Sinai não possui Casa de Saúde e os atendimentos são feitos por um Agente de Saúde), porém não havia nenhum tipo de infraestrutura para realizar o transporte dos doentes, o gerador de energia e a bomba d'água encontravam-se com defeito há mais de seis meses.

- **Perfil dos comunitários do Monte Sinai**

No que se refere ao gênero dos informantes a maioria das participantes foi do gênero feminino sendo esta de 74 % (n=14). Isto se deve a dinâmica organizativa dos grupos domésticos em comunidades ribeirinhas, pois em geral os cônjuges praticam as atividades produtivas distante do perímetro onde está localizada a sua residência na comunidade, qual seja, na floresta e no rio.

Quanto à faixa etária dos informantes há uma predominância da faixa etária de 45 a 59 que corresponde a 32% (Cf. Gráfico 01).

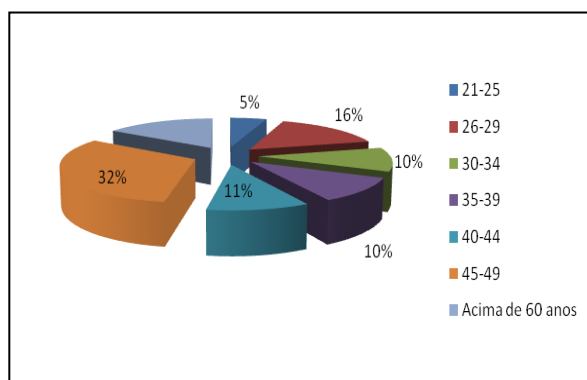


Gráfico 01: Faixa etária dos informantes.
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Em relação à formação escolar, observou-se que 84% (n=16) dos informantes freqüentaram a escola, destes, 74% (n=14), possuem o ensino fundamental incompleto (Cf. Gráfico 02). Vale ressaltar que a comunidade possui uma escola que instrui até a oitava série, e as condições de funcionamento apresenta diversas limitações quanto à infra-estrutura, recursos humanos e material didático.

Na escola existem apenas duas salas de aula para trabalhar com seis turmas, assim, como estratégia para acomodar os estudantes é utilizada as salas do Centro Social Comunitário. A merenda escolar não é repassada de forma contínua, contudo, o material escolar é repassado de forma satisfatória. Para transporte dos estudantes é utilizado uma canoa rabeta.

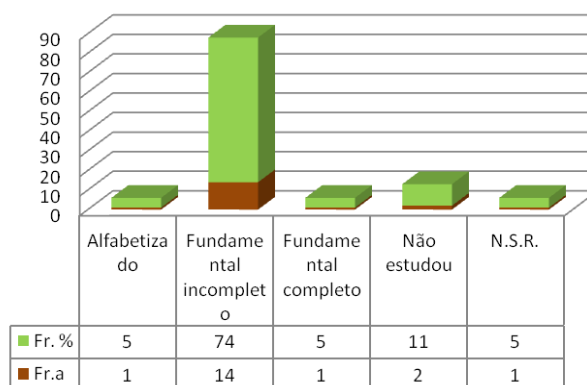


Gráfico 02: Escolaridade dos informantes.

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Em relação à profissão há um percentual significativo de 89% (n=17) que reconhece como profissão a agricultura (Cf. Gráfico 03), sendo esta a principal atividade e fonte de renda para manutenção da família, contudo, é complementada pelos benefícios de alguns Programas como o Bolsa Floresta Familiar.

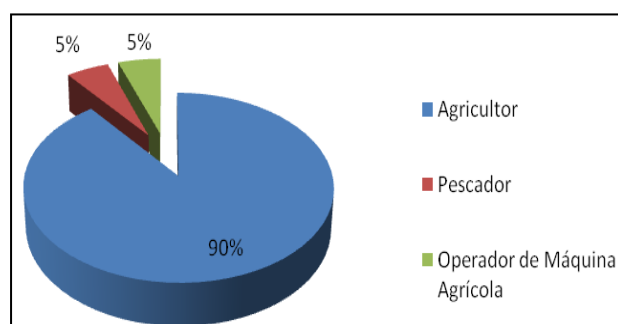


Gráfico 03: Profissão dos Informantes.

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Importa ressaltar que a identificação profissional alude à identidade sócio-política desses agentes que se expressa na forma como estão inserindo-se nos espaços organizativos de ocupação e/ou trabalho. Outra relação pertinente é quanto ao processo sócio-cultural, das práticas agrícolas e o manejo dos recursos naturais, que permeia a para a definição da atividade produtiva assumida pelos grupos familiares, sendo este, herdado de práticas de conhecimento acumulado por gerações na região. No entanto, importa salientar, o caráter

polivalente do produtor ribeirinho, pois estes desenvolvem simultaneamente atividades de pesca, agricultura e extrativismo.

No que se refere às atividades sócio-culturais destaca-se a relacionada a religiosidade. Esta se configura como uma forma fortalecer os vínculos comunitários e agregar os comunitários para a realização de atividades coletivas. Assim, das atividades de cunho coletivo a maior parte dos comunitários participam de atividades realizadas pela Igreja Adventista. (Cf. Gráfico 04).

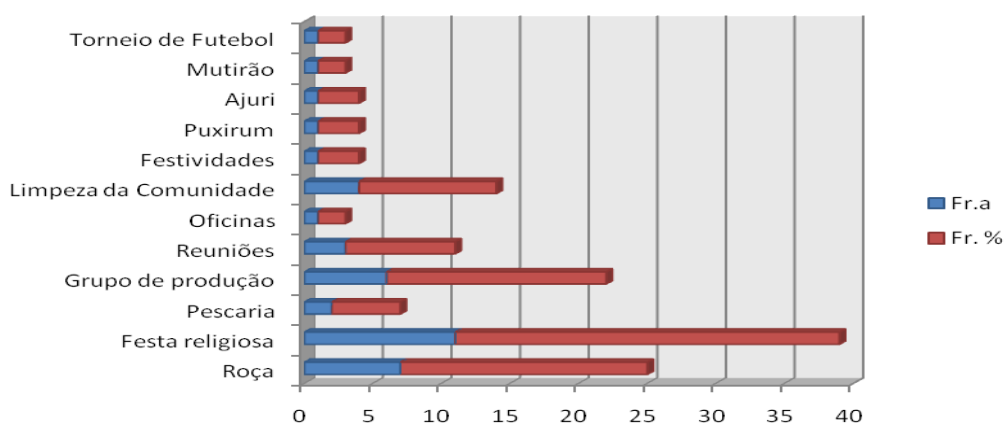


Gráfico 04: Atividades coletivas da comunidade
FONTE: Pesquisa de Campo, 2012.

A comunidade está longe de se constituir como espaço social harmônico, como foi afirmado anteriormente, entende-se comunidade como um espaço de construção de projetos coletivos, mas também de construção das identidades sociais. Desse modo a comunidade de pode ser visualizada em dois núcleos de moradores. O primeiro núcleo vincula-se como a sede da comunidade e participa ativamente das atividades realizadas em âmbito comunitário. O segundo núcleo de moradores possui suas residências no entorno da comunidade e isso dificulta a participação ativa dos mesmos.

- **Acesso a bens e serviços sociais**

As condições de acesso a bens e serviços sociais no Monte Sinai, segue o padrão de muitas comunidades amazônicas, onde prevalece a precariedade de serviços básicos como educação, energia, água, habitação e transporte, ou até mesmo a falta destes.

No que concerne a educação, a comunidade possui somente 01 escola que vai até a 3º ano (com a educação de jovens e adultos), tendo como responsável 02 professores, sendo a forma de ensino multisseriada.

A estrutura física da escola é de madeira (Cf. figura 14), a qual dispõe de 02 salas de aula, 01 uma cozinha para preparar a merenda escolar e 01 depósito. Contudo, a mesma encontra-se em condições precárias além de não comportar o número de alunos, tendo que transferir algumas turmas para o centro social, onde não possui uma estrutura apropriada para as crianças.



Figura 14: Frente da comunidade Monte Sinai.
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

De acordo com a fala dos entrevistados, falta também um transporte escolar adequado para transportar as crianças dos sítios para a sede da comunidade, uma vez que a comunidade só dispõe de um motor rabeta, o que dificulta o acesso dos alunos em período de chuva e de

seca. A esse respeito a Comuntária 01, moradora de um dos sítios próximos à comunidade, afirmou que no tempo da seca a dificuldade é grande para as crianças estudarem,

“[...] quando chega o tempo da seca é muito difícil pois os meninos tem que andar todo este estirão aí pra poder pegar o barco e chegar aqui em casa todos sujos de lama, é um sofrimento, eles chegavam duas horas da tarde aqui pra casa”.

A escola recebe a merenda escolar da prefeitura, com alimentos exógenos à cultura local. Foi enfatizado pelas lideranças locais que tem períodos em que não vem merenda o suficiente, tendo mês que não é disponibilizado aos alunos.

Estas informações representam indicativo importante das condições de acesso à educação pela população local. Segundo Chaves (2004 *apud* LIRA, 2007), nas comunidades ribeirinhas da Amazônia o acesso à escola é marcado por limites e dificuldades oriundos da precariedade de políticas públicas na área educacional voltadas à realidade local. Dentre os limites e dificuldades postos a esta população para o acesso a educação, Lira (2007) destaca:

- ✓ A ausência de escolas nas comunidades, quando há só possuem até a 4ª série;
- ✓ O difícil acesso às demais séries do ensino fundamental, devido à necessidade deslocamento para a sede do município ou para outro município que possua escolas com ensino médio para continuação dos estudos;
- ✓ A incompatibilidade entre calendário escolar e a necessidade de desenvolvimento das atividades produtivas;
- ✓ Distanciamento entre a realidade local e os conhecimentos difundidos na escola, bem como dos materiais didáticos, cujo conteúdo não está voltado para a realidade local.

Dentre as inúmeras problemáticas identificadas no acesso à escola pelos ribeirinhos, destaca-se o fato desta oferecer somente formação até o nível fundamental, pois a oferta de nível médio é muito reduzida para atender à demanda existente.

Não obstante a isso, os comunitários vêm a escola como uma condição essencial para a cidadania. Segundo Chaves (2001, p. 143), a escola, “[...] é um valor reconhecido pelos

representantes dos grupos domésticos e defendido como de maior importância”. Nesse sentido, apesar da extensa lista de dificuldade não diminui o nível de interesse dos comunitários pela continuação dos estudos. Para isto os grupos domésticos adotam inúmeras estratégias que muitas vezes geram prejuízos e desagregação familiar.

Dentre as problemáticas encontradas na comunidade, vale ressaltar que de acordo com os comunitários a área da saúde constitui-se a principal dificuldade da comunidade, devido à falta de medicamentos, pois a comunidade sofre constante impacto por parte do garimpo, colocando os comunitários em contato com a água contaminada pelo mercúrio.

Quanto a assistência médica na comunidade, a mesma é precária, não há posto de saúde ou “casinha de saúde”, os remédios são adquiridos pelos próprios moradores, sem qualquer indicação médica. Apesar de haver uma agente de saúde, falta material, equipamento e pessoal qualificado para prestar socorro ou cuidar dos casos mais simples de doença.

Em casos de doenças graves, a grande dificuldade é o deslocamento para a sede do município de Maués, apesar da comunidade ter adquirido por meio do Bolsa Floresta Social uma ambulância SOS, porém as dificuldades permanecem, como relata a Comunitária 02, [...] a saúde para nós é muito difícil, nós não temos como nos destacar rápido daqui, a condição que nós temos aqui é esse rabetazinho, que nem gasolina tem, quando acontece algum caso de doença grave aqui, nós não temos recursos para levar os nossos doentes até a cidade, pois precisa de um barquinho ou de rabeta para chegar até a cidade, tem um posto lá no Mucajá, mas é lá e não aqui na comunidade.



Figura 15: “Ambulancha” da comunidade.
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Como podemos visualizar na imagem, as condições da ambulância não atende as reais necessidades da comunidade, uma vez que não possui equipamentos adequados e nem segurança para os pacientes que precisam ser transportados.

Uma alternativa encontrada para substituir os remédios industrializados é o saber tradicional daquela população. As plantas medicinais, muito usadas nessa região e somente para o consumo dos comunitários, são indicadas pelos que as conhecem bem, sendo utilizadas para problemas de saúde acidentais, até doenças tropicais como a malária, por exemplo. As plantas medicinais mais utilizadas pelos grupos domésticos da comunidade são o capim-cidreira, elixir, hortelã, sabugueiro, capim-santo, boldo, corama, jambu, jucá, mucura-caá, sacaca, salsinha, trevo roxo, urubu-caá, entre outras.

Vale destacar que na comunidade não existe nenhuma estrutura de saneamento. O banheiro, em geral, é externo à casa, apenas um buraco no chão, e como não há água encanada, as condições de higiene desse cômodo em especial, são precárias, o que por vezes agravam as condições de saúde.

Em relação a água, a sede da comunidade dispõe de um poço artesiano que está totalmente contaminado, pois a proximidade com o garimpo tem acarretado uma série de problemáticas para a saúde desses comunitários.

A água utilizada pelos comunitários para uso diário e para consumo é retirada/captada sem nenhum tratamento diretamente do rio, o que resulta em uma série de transtornos, como doenças de pele e infecções geras (Cf. gráfico 05), devido ao alto teor de mercúrio.

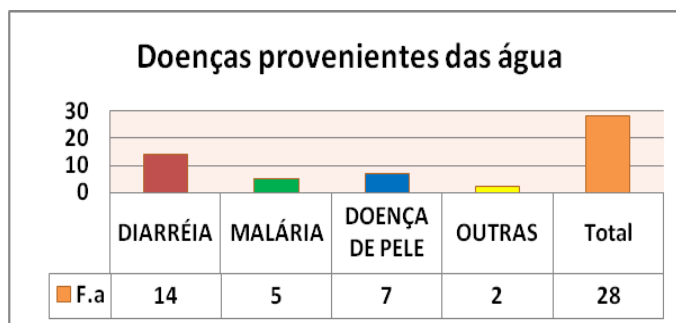


Gráfico 05: Doenças adquiridas pela água contaminada.
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, referente ao total de n=28 entrevistados, 14 informantes afirmaram que sofreram com diarreia, 05 com malária, 07 com doenças de pele e 02 com outras doenças que derivam do uso da água, o que torna esses dados alarmantes, uma vez que temos pelo menos 01 representante por família que já recebeu o impacto direto devido à contaminação da água e à falta de providências.

Quando confrontada com essas afirmações a gestora da SDS/Maués, afirmou que inúmeras providências foram tomadas, porém devido às correlações de interesses entre Prefeitura e Empresa subsidiária do garimpo, nenhuma surtiu efeito.

A comunidade não possui água encanada e, segundo relatos dos moradores, a única forma de tratamento da água é via uso de hipoclorito, que é recusado por muitos dos comunitários, pelo sabor que causa no líquido, porém não serve para combater a contaminação mineral. Os comunitários enfatizaram que no tempo da seca não é possível utilizar a água na frente da comunidade, pois esta transforma-se em lama, os moradores utilizam um olho d'água, localizado dentro da mata, para então ter acesso a uma água mais limpa para o consumo diário.

No que tange a energia, a comunidade é servida por um gerador que a prefeitura de Maués concedeu, ressaltando que apenas 13 informantes possui energia em casa (Cf. Gráfico 06), pois a manutenção do motor é por conta dos comunitários e a prefeitura fornece 80 litros de diesel quando a escola está em funcionamento, ao término do período escolar, o diesel fica a cargo dos comunitários.

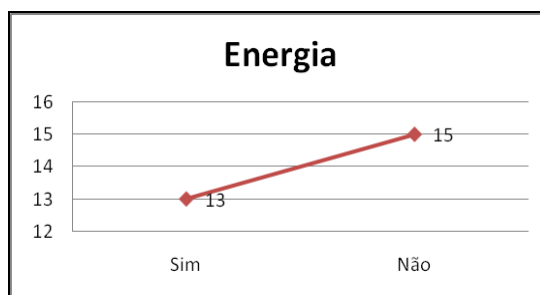


Gráfico 06: Comunitários que possuem energia.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2012.

O custo dessa energia é muito elevado para estas populações, o que configura uma situação muito contraditória tendo em vista que a Amazônia possui um grande parque de produção de energia hidrelétrica. Vale ressaltar que durante o período da pesquisa de campo o gerador de energia encontrava-se danificado. Segundo o relato do líder tal problema é recorrente na comunidade,

“[...] todo tempo a gente fica com o problema de luz, o motor vem, aí escangalha de novo e quando vai pra lá custa vim demais, agora nós estamos quase com seis meses que o motor não vem e é essa a dificuldade”.

No que concerne à moradia na comunidade (Cf. Figuras 16), a mesma é composta por casas típicas da região no meio rural, o material utilizado na construção varia entre madeira, palha ou mista (madeira e palha). Tendo uma predominância de casas de madeira. No geral, a casas são divididas em 03 ou 04 cômodos.



Figura 16: Casa de Madeira coberta de Palha.
FONTE: Pesquisa Campo, 2013

A maior parte das casas pertence aos próprios moradores, no entanto eles não possuem, em sua maioria, o título de propriedade. A construção de novas casas realiza-se, em geral, a partir da formação de novos grupos familiares, neste caso, os pais destinam uma área do terreno aos filhos (as).

Segundo Chaves (2001, p. 137),

“[...] as características da moradia e seu entorno são indicativos importantes para a percepção da trajetória de vida, da posição política, das relações comunitárias e das relações internas ao próprio grupo”.

Conforme a mesma autora, o padrão habitacional possui determinantes históricos, sócio-culturais e econômicos, tais como: 1) a disponibilidade do material necessário para construção – recursos encontrados no local como palha, madeira, barro, são bastante utilizados; 2) a necessidade de abrigo adequado às condições do ambiente em que vivem – alta pluviosidade, elevadas umidade do ar e temperatura; 3) o conhecimento tradicional herdado de gerações passadas, possibilitando o uso da palha, cipós, madeiras, entre outros; e, 4) a diferença entre os custos dos recursos locais, disponíveis a essas populações, e os das construções de alvenaria, por exemplo.

Durante o período da pesquisa foi observado a existência de algumas casas inacabadas na sede comunidade, feitas de madeiras, cobertas de zinco. A construção dessas

casas fazem parte do projeto do INCRA voltado para as comunidades localizadas em UCs. Em consonância com os relatos dos comunitários o recurso para a construção das casas estava sob administração da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Floresta de Maués (ASPAFEMP), todavia o referido foi mal administrado dificultando a conclusão da obra, ficando a maioria das casas inacabadas, resultando na deteriorização do material das casas.

Conforme relato da Gestora da Floresta Estadual de Maués, esse projeto consta no INCRA como “fase I concluída com êxito”, todavia a realidade é bem diferente não só em Vila Darcy, mais também em outras comunidades ribeirinhas abrangidas pelo projeto do INCRA. Vale enfatizar que estava previsto para 2ª semestre de 2011 o início de uma segunda fase do projeto, mesmo que a primeira ainda não tenha sido concluída.

No espaço comunitário, os grupos domésticos também possuem outros equipamentos que compõem a unidade produtiva. Cada grupo doméstico possui uma canoa para o deslocamento e o transporte da produção. A casa de farinha também é bastante comum, aqueles que não a possuem utilizam a estrutura do vizinho, que geralmente é um parente. Ressalta-se que, em geral, o estado de conservação das canoas ou casas de farinha é bom, mesmo porque, no que diz respeito às canoas, é o meio de transporte mais utilizado por todos os membros dos grupos domésticos familiares locais, servindo para transportar desde a produção até para atender as necessidade de prestação de socorro quando se faz necessário conduzir algum doente para atendimento médico-hospitalar.

Quanto ao transporte, o principal meio de transporte na comunidades são as rabetas (canoa com o motor a gasolina na ponta), que são embarcações de pequenos porte, as quais transportam as famílias para as comunidades e sítios vizinhos, transportam as crianças de outros sítios para a escola, e transportam os homem para pescarem nos lagos próximos à comunidade (Cf. figura 17).



Figura 17: Transporte utilizado para a pescaria.
Fonte: Pesquisa Campo, 2013

Para chegar até a sede do município, os comunitários pegam um barco maior, da associação ASPAFEMP, advindo do recurso da FAS (Cf. figura 18), que faz o transporte das famílias regularmente uma vez por semana, porém segundo relatos dos comunitários, *existem alguns privilégios na utilização do barco*. Conforme o relatos dos comunitários é cobrada uma taxa de R\$ 20,00 por pessoa para cada trecho. Tal valor, é considerado alto para os comunitários, os quais, na maioria das vezes, vão somente de dois em dois meses para sede para receber os benefícios (Bolsa Família e Bolsa Floresta) e para realizar compras de rancho e outros utensílios necessários.



Figura 18: Barco viabilizado pelo PBF para atender as famílias da Floe Maués.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Diante do quadro apresentado em relação às condições de acesso a bens serviços sociais, uma das principais problemáticas enfrentadas na comunidade é a prestação desses serviços ou, não rara, a total ausência deles. Assim, o papel do trabalho coletivo comunitário nas comunidades ribeirinhas ganha uma importância maior em face da condição de precariedade das políticas públicas implementadas na comunidade, agravada pela distancia geográfica, pela falta ou limitação dos meios de transporte.

Vale ressaltar que com o benefício da Bolsa Floresta, esse quadro não se alterou, apesar de no Relatório de Gestão constar entre seus objetivos a sustentabilidade das comunidades abrangidas nas UC's, a esse respeito a fala do Comunitário 03 é esclarecedora:

[...] Eu participei de uma reunião em que o indivíduo falava que após a criação da floresta seria implantado vários projetos que vinham melhorar o custo de vida dos moradores, e hoje se tem muito pouco disso ainda, hoje nós temos somente o Bolsa Floresta Familiar que nem todas as famílias recebem. [...] Então se for relacionar o ontem com o hoje não tem muita coisa não que seja surpresa, a minha vida continua a mesma.

Observa-se na fala do comunitário certa indignação com a gestão da Floresta e dos programas, haja vista que está cansado de discursos que prometem a melhoria das condições de vida da comunidade, e deixa implícito que gostaria de ver ações concretas do CEUC na FLORESTA de Maués.

Diante de todas as condições desfavoráveis, esses grupos domésticos vêm se utilizando de seus saberes tradicionais há gerações, o que lhes permite criar novas formas de apropriação dos recursos locais, seja na instituição das práticas coletivas ou nas atividades produtivas centradas no trabalho familiar.

- **A caracterização das atividades produtivas**

Na comunidade a principal atividade produtiva para o sustento da família é a agricultura, apesar dos ribeirinhos serem polivalentes (caçarem, pescarem e coletarem). Os

grupos domésticos utilizam mais de uma área para o manejo dos recursos, a floresta, os rios, igapós e igarapés.

A produção é, principalmente, de subsistência, atendendo às necessidades de consumo das famílias desses pequenos produtores. Há uma distinção entre os produtos destinados à comercialização e àqueles para a subsistência dos membros do grupo. Os produtos freqüentemente comercializados são a farinha e guaraná.

As culturas permanentes, como o cacau, cupuaçu, abacaxi, milho, feijão, manga, laranja, coco, melancia, jerimum, caju, banana, maracujá, cana-de-açúcar, café, mamão, tucumã, açaí, entre outras, são para o consumo do grupo doméstico, podendo ser encontradas nas áreas mais afastadas, próprias para as plantações ou nos quintais dos comunitários. Alguns produtores afirmam que podem vender o que excede ao consumo do grupo, mas não gostam de fazê-lo por representar um percentual muito pequeno: “[...] se tiver alguém querendo comprar a gente vende, mas eu não gosto de vender de pouco [...]”. O que implica numa fraca dependência do mercado e limitada relação comercial.

As principais hortaliças, legumes e verduras encontradas na comunidade são: cebolinha, chicória, coentro, couve, maxixe, pimentão e tomate, ressaltando que todas são destinadas apenas para o consumo dos grupos domésticos e melhor exploradas no verão ou na vazante-seca, que ocorre entre os meses de agosto a dezembro.

A utilização do adubo orgânico é comum entre os agricultores, dentre os quais se destacam: o paú, espécie de madeira apodrecida muito usada como adubo, estrume de boi, terra preta, além do estrume de galinha, casca da mandioca e folhas de árvores, cascas de frutas. A utilização desses adubos naturais possibilita a compreensão de que os saberes tradicionais são importantes para as comunidades ribeirinhas, uma vez que há inúmeras dificuldades (distância, falta de recursos financeiros, falta de assistência técnica), utiliza-se de alternativas que resultará certamente em bons resultados nas plantações.

Ao se analisar a opinião dos entrevistados quanto às condições necessárias para o trabalho agrícola, os entrevistados afirmam que falta de incentivo do poder público na região, dentre as principais dificuldades apontadas destacam-se: falta de crédito para os produtores, falta de ferramentas adequadas, falta de mão-de-obra, falta de transporte adequado para escoar a produção, as pragas que atacam as plantações e a falta de sementes para o plantio. Sobre essa questão é ilustrativo o depoimento a seguir apresentado

[...] eu acho que deveria ter mais apoio do governo com uma visão voltada pra zona rural, eu acho que um programa diretamente voltado para o incentivo da agricultura iria desenvolver muito a zona rural. [...] Aqui na comunidade a gente trabalha, mas infelizmente não tem um apoio um alicerce bem forte que dê sustentabilidade pra isso (Comunitário 04).

Nesse contexto é importante destacar que o Programa Bolsa Floresta possui uma verba específica para incentivo da produção, que é o componente renda, por isso é determinante a fala do comunitário explicitando que o PBF não tem incentivado e apoiado os pequenos produtores nas comunidades, tendo em vista que os mesmos não possuem assessoria técnica, crédito para aumentar a produção e apoio no escoamento da produção.

Dentre os equipamentos mais utilizados para estas atividades, destaca-se o motor de cevar mandioca, a rabeta e o motor-serra, o que representa um uso limitado desses equipamentos e instrumentos nas práticas produtivas. Equipamentos ou técnicas mais modernos, tração animal para a agricultura não são utilizados pelos grupos, por esse motivo a produção é em baixa escala. Para ajudar no trabalho nos roçados, compensando de certa forma tantas dificuldades, os grupos instituem as práticas de trabalho coletivo.

Desta forma, as habilidades e a força de trabalho dos agentes sociais dos grupos domésticos, bem como o número deles em cada grupo, são fatores fundamentais para a instituição das atividades agrícolas. O plantio de mandioca, por exemplo, segundo alguns entrevistados, pode ser efetuado em qualquer mês, outros agricultores plantam principalmente nos meses de outubro e novembro. Uma referência importante para a realização do trabalho é a interpretação dos signos da natureza, pois, são orientados de acordo com as fases da lua. De

acordo com os produtores, a produção ocorre, em geral, entre os meses de agosto e setembro: [...] no quarto crescente eu planto e quanto dá o quarto minguante eu paro, aí só na próxima fase eu faço o plantio. Assim que meu pai trabalhava, ele me ensinou a trabalhar dessa maneira [...].

Esse conhecimento, como pode ser observado, é (re) passado de pai para filho e permanece em vigor até os dias atuais como uma forma importante de orientar o manejo dos recursos locais.

Há um planejamento complexo por parte dos produtores para realizar o plantio e a colheita dos produtos. Esse planejamento envolve tanto a escolha da melhor época para o plantio quanto a seleção das plantas e a divisão do trabalho no interior do grupo doméstico para a execução das atividades. O feijão e a melancia, de acordo com os saberes desses grupos, não podem ser plantados na época das chuvas, pois várias pragas atacam, matando a plantação.

A colheita da melancia ocorre entre os meses de agosto e novembro. O arroz é plantado no mês de fevereiro, o feijão nos meses de abril e maio e o milho nos meses de setembro a novembro. Alguns agricultores entrevistados não fazem rodízio nessas terras, alegando não possuírem equipamentos para revolver a terra, as culturas são plantadas sucessivamente e no início do verão.

A roça pode ser colhida a partir dos nove meses de plantio até um ano aproximadamente, a mandioca plantada pode ter um tom de amarelo mais forte (brava) ou uma cor mais clara (mansa), aproximado do branco, então os agricultores escolhem aquela planta que apresenta uma estrutura menor, mais baixa, pois segundo os ribeirinhos são as que apresentam um tubérculo maior, estando presente nesse fenômeno a qualidade da mandioca. A farinha tradicionalmente é comercializada na sede do município ou vendida para

Associação AGUAMÃ, raramente faz-se algum tipo de troca, no entanto, o preço oferecido pelos produtos é determinado quase sempre pelo comprador.

No que concerne a renda familiar, esta advém, sobretudo, da venda de farinha e do guaraná, sendo este último, um dos produtos geradores de bons rendimentos para os agricultores a cada ano, de acordo com a produção individual. No município, a produção do guaraná possui um significado importante para os agricultores ribeirinhos, simbolicamente todos se identificam como *produtores de guaraná*.

Essa condição de produtores de guaraná, no entanto, não é suficiente para que eles tenham acesso a bens e serviços sociais, e complementam suas rendas com os benefícios sociais que auxiliam na subsistência, como: 1) Bolsa Floresta - benefício compensatório dado pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS), no qual as famílias recebem R\$ 50,00 e 2) o Bolsa Família - benefício da Assistência Social, no qual as famílias recebem até R\$ 140 reais;

A dinâmica produtiva na comunidade ribeirinha guia-se pela relação homem-natureza. Nessa região os agentes sociais utilizam seus saberes tradicionais, acumulados de geração em geração, instituindo múltiplas relações com o ambiente natural e os recursos locais, por exemplo, os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, roçado, os sistemas de manejo dos recursos naturais, utilizando tais informações no seu dia-a-dia. Entende-se também que as práticas produtivas encontram-se pautada por uma dinâmica peculiar, e não em função das relações de produção para atender as demandas do mercado. São relações de respeito ao meio ambiente e de manutenção da subsistência de seus grupos.

Entende-se que as habilidades, saberes e valores que resultam das práticas produtivas, incidem diretamente na dinâmica sócio-cultural e política dos ribeirinhos, bem como estes estão em constante transformação, uma vez que essas comunidades se comunicam entre si e com o contexto externo, havendo trocas culturais. Todavia, analisa-se que a partir do processo

de implantação da PBF em Maués essas transformações se acentuaram, causando um grande impacto sobre o *modus vivendi* dos ribeirinhos, conforme o relato dos comunitários 05 e 06:

Por um lado a criação do programa foi bom, por que a gente recebe o Bolsa Floresta, mais por outro foi ruim que ninguém pode mais fazer o roçado com 5 quadras, 6 quadras com nós fazíamos antigamente. Só é permitido fazer um roçado maior um pouquinho na área de capoeira. Já veio gente aqui na comunidade proibindo a gente de caçar, de pescar. Proibiram a gente de pescar de caniço, de malhadeira, também foi proibido a espingarda para caçar, desse jeito como a gente vai viver? O governo não vai nos sustentar.

Se eles dessem um recurso maior para gente passar bem o mês, tudo bem, mas para gente viver com R\$ 50,00 bem aqui tem que trabalhar. Eu mesmo continuo usando minha malhadeira, a gente não pega o peixe para vender é só para o consumo da família. Eu acho que deve proibir só aqueles que entram aí no rio para pescar em grande quantidade, o que não é o nosso caso.

Conforme relatos dos moradores, a PBF gerou impactos na comunidade, haja vista que foram estabelecidas novas regras para as relações com a natureza, tais como: a delimitação das áreas de roça e extração de madeira, entre outros.

Enfatiza-se que esses impactos sócio-culturais, em que os ribeirinhos são restringidos em suas atividades habituais nas comunidades, como caça, a coleta, a pesca e a agricultura, dificilmente são avaliados pelo poder público. Contudo, entende-se que se fazem necessários estudos mais aprofundados das alterações da relação tradicional desses povos com a natureza, tanto no plano material quanto no imaginário e simbólico.

- **Organização Política**

Na comunidade as lideranças formais são compostas por 01 coordenador, 01 vice-coordenador, 01 tesoureiro, 01 secretário e 01 coordenador de esporte. Uma vez na semana os comunitários reúnem-se no Centro Social para discutir os problemas que dizem respeito à comunidade, buscam soluções para eles e discutem onde serão realizados os mutirões. É importante ressaltar que este dia é dedicado exclusivamente aos trabalhos coletivos da comunidade, em que se realizam atividades como: limpeza dos espaços públicos na comunidade, da escola, os moradores ajudam na reforma da casa dos demais comunitários, o

que não pode haver é o comprometimento de trabalho com moradores de outras comunidades. Na comunidade Monte Sinai, além da organização formal, os comunitários também participam de 02 associações de produtores (ASPAFEMP E AGUAMÃ).

Em relação às associações de produtores, a maioria dos produtores não apenas da comunidade, mas também de outras comunidades são associados à ASPAFEMP, haja vista que é a única associação que possui legitimidade junto a FLORESTA de Maués e também a “única” que recebe os benefícios, advindos do Programa Bolsa Floresta. Nesse sentido, o Líder da comunidade afirma que a ASPAFEMP,

[...] tem um papel muito importante dentro da floresta, ela inclusive se responsabilizou por alguns negócios que as outras associações não estavam organizadas [...] como a atividade do INCRA e outros projetos que já vieram. Então, é a única aqui que está atuando na nossa região da floresta de forma organizada.

Nas entrevistas também foi citada a associação AGUAMÃ, a qual é formada por 05 produtores da própria comunidade, contudo não tem credibilidade das outras famílias que residem na comunidade, por não estar organizada de maneira formal.

Nesse sentido, atualmente existem 02 associações atuando na comunidade. Todavia, vale ressaltar que antes da implantação do PBF haviam vários grupos de produção e associações, apontando para uma redução significativa da autonomia e participação desses grupos e associações.

Nesse sentido, entende-se que o PBF em Maués trouxe um grande impacto na organização política da comunidade visto que houve uma redução do número de associações comunitárias presentes na comunidade. As associações comunitárias possuem uma forma de se organizar que difere dos padrões oficiais, cada associação tem uma liderança que é escolhida via eleição e legitimada por todos os membros. Contudo, o que se reconhece como associação no CEUC são organizações que possuem um padrão organizacional urbano-industrial, incluindo um CNPJ, na ausência desse padrão, não se reconhece outras formas de organização.

Face a determinação externa imposta para a comunidade sobre o entendimento do que é uma “verdadeira” associação, várias organizações comunitárias se desfizeram, uma vez que não eram reconhecidas pelo poder público, ocasionando um profundo impacto político na comunidade.

Nesses cinco anos de existência do Programa Bolsa Floresta ainda são poucas as informações e estudos sobre esta política de governo. Na verdade, o Programa se apresenta muito mais como uma construção social do governo e respaldado pela mídia local. Contudo, algumas evidências empíricas a partir do trabalho de campo realizado na comunidade Monte Sinai, já se podem identificar as possíveis mudanças e efeitos dessa política governamental no modo de vida das famílias da Floe Maués como foi dito, ressaltando que a mesma é a primeira UC na categoria de floresta estadual a ser criada no Amazonas.

3.3. PROGRAMA BOLSA FLORESTA: análise dos relatórios técnicos de gestão de 2009-2012

A Lei Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, (Nº 3.135 de 05/06/2007), como foi mencionado anteriormente foi aprovada pelo poder estadual oportunamente no Dia Mundial do Meio Ambiente e foi acompanhada de uma forte campanha do chamado marketing verde, com a intenção de colocar o Amazonas no centro das atenções nacionais e internacionais. Esta notícia foi vinculada nos principais jornais do país, e diversas agências de notícias internacionais. “Nas falas do poder, o Programa Bolsa Floresta inserido nesta Lei, marca o início de um novo tempo e de uma nova relação entre homem e natureza” no estado do Amazonas (Jornal A Critica 14/09/2007).

Nesse momento, faz-se o pagamento de R\$ 50,00 corresponde ao Programa as primeiras famílias cadastradas e residente nas comunidades, que, como vimos objetiva instituir o pagamento por serviços e produtos ambientais às comunidades tradicionais pelo uso sustentável dos recursos naturais e incentivo às ações voluntárias de redução de desmatamento.

Para o governo estadual, trata-se de um reconhecimento de que a conservação das florestas é o resultado das atitudes das populações que vivem nas “beiras dos rios” e dentro das florestas (Viana, 2008). Cabe ressaltar que após o decreto da Lei Estadual de Mudanças Climáticas, o governador do Estado do Amazonas assumiu uma posição de relativo destaque nacional e internacional na temática das mudanças climáticas e unidades de conservação, como cumpridor de seu papel conservacionista da maior floresta tropical do planeta.

A área focal escolhida para a execução do Programa Bolsa Floresta corresponde à parte mais conservada da região, a chamada Amazônia profunda sendo uma região caracterizada por baixa taxa de desmatamento, grande número de áreas protegidas (Terras indígenas e Unidades de Conservação) presença de comunidades tradicionais e etnias e, ainda, a dificuldade de acesso por estradas (VIANA, 2007).

Para o coordenador geral do Programa Bolsa Floresta, enquanto política de governo o PBF é uma possibilidade de modificar a rotina ou a forma de produção das comunidades tradicionais nas Unidades de Conservação:

Se as famílias rurais ou extrativistas precisam de dois hectares de mata virgem para o plantio da mandioca, em virtude de uma obtenção de renda mensal X, o programa a Bolsa Floresta se propõe a levar uma alternativa de modo que ao invés de duas ele desmate apenas uma, sendo esta complementada com o apoio de atividades do PBF (depoimento no Relatório de Gestão, 2010).

Destacando que no caso da comunidade Monte Sinai essa “alternativa” até o momento da pesquisa de campo ainda não estava sendo implementada na comunidade.

Ademais, para os gestores do Programa Bolsa Floresta, o mesmo é considerado um serviço ambiental, 1º Porque é baseado no modelo da experiência do Eco Taxa desenvolvido em Costa Rica e 2º é ao mesmo tempo um reconhecimento do papel dos moradores das florestas nas Unidades de Conservação.

Mas é acima de tudo uma alternativa de renda em detrimento das práticas agrícolas de degradação. É também um apoio ao extrativismo desta forma um novo modelo de serviços ambientais (Relatório de Gestão, 2010).

Em 2008, para fazer a gestão do PBF, cria-se a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), uma fundação sem fins lucrativos subsidiada com os recursos do governo do Estado do Amazonas, a Coca-Cola e do Bradesco. Trata-se, pois de uma parceria entre o público e o privado tão propício nos tempos neoliberais. Nesse contexto, não a consideramos uma política pública como muitos insinuam, mas uma política governamental, devido sua configuração.

Possivelmente, uma nova forma de governança ambiental que envolve a midiática responsabilidade social empresarial e, que, de certo modo, mesmo sendo aprovada pelos poderes do Estado, perde seu sentido público, pois como observa Dupas “nos tempos neoliberais houve uma privatização da esfera pública e publicização dos interesses privados” (2003, p. 78). Além disso, não é pública porque o fundo que a mantêm resulta do seu papel de catalisar recursos privados (nacionais e internacionais).

A FAS como gestora principal do PBF se articula com Centro de Estudos da Unidade de Conservação – CEUC, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e com outras instituições como o IDAM e ITEAM, incentiva o desenvolvimento de atividade econômica de baixo impacto ambiental. Para o coordenador do PBF, as mudanças climáticas globais devem ser entendida como provenientes das queimadas e dos desmatamentos que são responsáveis pelas emissões de gases (Relatório de Gestão, 2011). Veja o seu depoimento:

“Um dos grandes responsáveis pela emissão de gases são as queimadas (desmatamento na Amazônia), e as queimadas oriundas pela agricultura de pequena

escala que tem sua parcela de contribuição. Nosso desafio é manter a atividade de quem utiliza agricultura exclusivamente para subsistência, e substituir a atividade de quem utiliza agricultura pra subsistência gerando o excedente pra comercialização, pois entendemos que este precisa desmatar um pouco mais para vender. Ou seja, nosso desafio é manter a floresta em pé. Se nós conseguirmos substituir essa agricultura que gera excedente para comercialização por uma outra atividade com rentabilidade e com um esforço menor, poderemos evitar o desmatamento e dessa forma manter a floresta em pé”.

Portanto revela-se a importância do Programa Bolsa Floresta nas quatro modalidades engenhosamente articuladas: Renda, Família, Social e Associação. Nas entrelinhas as medidas adotadas apontam para a culpabilidade das comunidades rurais, vistas como responsáveis pelo desmatamento e, portanto, contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa.

O apelo aos moradores da floresta não diz respeito ao tão somente reconhecimento dos seus conhecimento e manejo tradicionais. Na verdade, discursivamente tornam-se co-responsáveis para a atual manutenção da floresta em pé. O pagamento por serviços ambientais as comunidades tradicionais residentes no interior das UCs.

Mas vale destacar que de certo modo isso desobriga a ação do Estado na contratação dos guardas florestas/policiamento nas florestas e infra-estrutura necessária para que essa fiscalização ocorra, como menciona um ex-agente ambiental jurado de morte pelos madeireiros (reais beneficiários do PBF):

Eles não querem saber se vamos morrer por causa disso, será que R\$ 50,00 vale todos esses conflitos e mortes? (entrevista, 2012).

Tal como outros programas de transferência de renda existente no país o Bolsa Floresta, também tem as suas condicionalidades. Uma das contrapartidas para aquelas famílias que recebem a modalidade do Bolsa Floresta Família, o valor de R\$ 50,00 mensais é manter os filhos na escola.

Os recursos oriundos do Programa Bolsa Floresta na modalidade Renda e Associação devem ser investidos de acordo com a decisão em assembléia geral na comunidade, mas esta decisão passa pelo crivo técnico da FAS. Ou seja, é ela quem que em última instância decide como deve ser gastos, tal escolha deve possuir viabilidade, ter potencial na comunidade e aceitação no mercado. Feita a aquisição do material a Fundação entrega os equipamentos necessários a comunidade e, a partir daí, é feito um monitoramento do uso destes equipamentos trimestralmente, pelos técnicos/gestores (no período de realização da pesquisa, de 2011 a 2013, jamais foi presenciado esse acompanhamento).

Cabe lembrar que o Bolsa Floresta na sua modalidade Família (BFF) é responsável pela recompensa econômica mensal às mães das que residem nas Unidades de Conservação já cadastradas e que assumiram o compromisso de não desmatar a floresta. Essas famílias recebem há dois anos a quantia de R\$ 50,00. Mas, ao mesmo tempo em que este valor é bem vindo, as famílias reclamam do alto custo que gastam para receber o Bolsa devido as distancia. Apesar de afirmarem que o Programa Bolsa Floresta mudou a vida na comunidade, tal afirmação aparece em descompasso sobre as condições de melhoria de vida.

A modalidade Social (BFS) tem como objetivo a construção de equipamentos sociais na comunidade locais, tais como educação, comunicação, saúde, transporte. No entanto, percebemos um descompasso nesses quase três anos de existência do Programa. Com relação à educação, a comunidade dispõe de uma escola, construída pelos próprios moradores com apoio da Prefeitura do Município, na saúde a única ambulância não possui nenhuma segurança e conforto para o transporte dos pacientes até a sede, no transporte o barco viabilizado pelo PBF está sobe a responsabilidade da ASPAFEMP, sendo necessário pagar R\$ 40,00 ida e volta, o que corresponde a 90% do recurso do BFF(R\$ 50,004), quanto aos equipamentos podemos mencionar um rádio amador com defeito e a bomba d'água com defeito.

Referente ao Bolsa Floresta Associação (BFA), atualmente equivale a 10% da soma de todas as Bolsas Floresta Familiar, destinado às associações dos moradores das Unidades de Conservação para fortalecer a organização social e o controle social do programa, porém esse recurso é administrado pela ASPAFEMP.

O Bolsa Floresta Renda (BFR) que tem como objetivo incentivar a inserção das populações locais nas cadeias produtivas de produtos florestais sustentáveis, tais como óleos, castanhas, madeira, frutas e outros. Os investimentos dessa modalidade equivalem em média, a cento e quarenta mil reais (R\$ 140,000) por Unidade de Conservação ao ano. Em entrevista com a principal liderança da comunidade e com algumas famílias, foi revelado que atividades geradoras de renda são agricultura com cultivo do guaraná e, ainda atividade de pesca. Na agricultura, cada família desenvolve o plantio itinerante de mandioca utilizando a técnica da coivara. Mas a vida econômica da comunidade é movimentada também pelas aposentadorias pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família.

E, quanto as suas metas, o Programa pouco avançou. Não basta repassar os R\$ 50,00 mensais às famílias nesses cinco anos de marketing verde. É preciso vincular-se ao acesso a bens e serviços sociais, isso se comprova na pesquisa realizada pela Fundação Amazônia Sustentável em 2010, quando mostra as expectativas em relação o Bolsa Floresta Social na melhoria das condições de vida das famílias nas comunidades das UCs, sobretudo no que se refere a saúde e educação (acessado em agosto de 2010).

3.4. Programa Bolsa Floresta e Participação Cidadã: um diálogo necessário

Conforme relatos dos comunitários na Oficina de Formação do Programa Bolsa Floresta que ocorreu em 30 de julho de 2008, na comunidade Vila Nova do Maringá. A localidade da Oficina desenvolveu-se nesta, por ser a mesma considerada uma comunidade Pólo, ou seja, onde há a possibilidade de reunir diversas comunidades. Nos dias que

antecederam o evento foi realizada a mobilização na comunidade para participação destes na Oficina, juntamente com a entrega de diesel para deslocamento dos comunitários até o local da Oficina.

Durante a Oficina foi repassado aos participantes às normas do PBF e apresentado para assinatura o Termo de Compromisso de adesão ao Programa. Nos momentos posteriores realizou-se o cadastro das famílias de candidatura ao Bolsa Floresta Familiar, sendo realizadas as devidas orientações. Ressalta-se que este processo vincula-se ao fato de o programa seguir critérios de elegibilidade, o que segue em consonância com os procedimentos de cunho focalizado presentes nas políticas sociais de repasse de benefícios sociais no Brasil.

Após a candidatura os comunitários receberam os cartões (Cf. figura 19) e iniciaram o recebimento dos R\$ 50,00 referentes ao Bolsa Floresta Familiar. No que se refere ao Bolsa Floresta Associação, Social e Renda as reuniões tem se realizado com as lideranças das comunidades, uma vez que o PBF direciona sua atuação em âmbito político institucional com as lideranças comunitárias e de Associação de Moradores.



Figura 19: Cartão de saque do Bolsa Floresta Familiar.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Na comunidade de 100% dos comunitários que participaram da pesquisa recebem os recursos do Bolsa Floresta Familiar. A maioria destes titulares do Cartão BFF são mulheres, ou seja, as mães do grupo familiar. Quanto ao período que estes vêm recebendo o recurso há uma variação de usuários que recebem de 1 a 2 anos e os que recebem de 3 a 4 anos.

No que se refere ao significado do Programa Bolsa Floresta Familiar importa evidenciar que os comunitários não possuem clareza quanto aos eixos nos quais está dividido o PBF. Assim, avaliam o programa a partir das ações que são realizadas como a fiscalização, o BFF e as oficinas e reuniões. Assim o significado do PBF se expressa em posições divergentes. De um lado há os que salientam a importância do BFF para o acesso a alguns bens necessários ao grupo doméstico familiar e do PBF para coibir práticas de uso predatório dos recursos naturais, de outro, há os que pontuam negativamente o fato terem sido impedidos de usufruir dos recursos naturais e de PBF não ter realizado as ações previstas para a comunidade.

Assim, quando indagados sobre o significado do BFF os entrevistados não conseguem articular o conceito, porém foram unânimes em avaliar positivamente o programa, pois proporcionou um complemento junto às outras rendas, para acessar bens que as famílias entendem como necessários para sua qualidade de vida, como é possível perceber no depoimento que segue:

Eu não sei falar o que é o programa, mas como é R\$ 50,00 (BFF) já ajuda. Aí eu tenho o Bolsa Família também, deixo passar assim dois em dois meses aí dá R\$ 224,00. Ai eu deixo o Bolsa Floresta passar 3 meses, dá R\$150. Aí eu fico usando ele assim, com esse bolsa floresta, eu já comprei até um colchão pra mim (Comunitário 07).

Desse modo, como complementação da renda, o BFF tem proporcionado a aquisição de produtos que fazem parte do conjunto de necessidades oriundas do cotidiano dos grupos domésticos. Além do item citado, as famílias compram eletrodomésticos, material escolar para as crianças, alimentos e vestuário, bem como pagam a taxa da associação ASPAFEMP.

No que se refere ao PBF este, segundo relato dos moradores, este trouxe outra contribuição para comunidade, qual seja, a fiscalização mais intensa contra a pesca predatória e a extração de madeira ilegal, conforme relato.

Pra nós representa, assim, um ponto de vista muito importante porque quando a gente não tinha o cadastro do Bolsa Floresta era muito desrespeitado aqui nessa nossa área aqui, alguém ficava assim entrando no terreno alheio, alguém quando

pegava as casas. Porque eles falam tudo sobre isso, na reunião que eu participei eles falaram. Ai eu achei, pra mim, isso ai foi muito importante, também um pouco porque o nosso rio não podia entrar muito essas coisas assim não. As vezes eles entravam no igarapé, ai depois eles falaram que pra entrar essas coisas, eles tinham que tirar uma declaração, eles tinham que falar com a coordenação dessa comunidade pra poder eles entrarem, se eles pudessem eles entravam se não a gente recuava eles (Comunitário 08).

Porém, para os comunitários quem deveria estar realizando a fiscalização deveria ser funcionários que trabalham na Floresta Estadual de Maués. Esta postura deve-se ao fato de uma parte da prática de fiscalização ter sido repassada aos comunitários, como mencionamos anteriormente, fato que gera risco de vida e conflitos com comunitários de outras comunidades que também realizam a fiscalização em torno de suas comunidades.

No estudo foi possível identificar a insatisfação quanto à restrição do acesso e uso dos recursos naturais para produção e para subsistência das famílias. Alguns comunitários deixaram de realizar a quantidade de roça que vinham trabalhando, pois com o PBF os hectares e as áreas de cultivo passam a ser menores. Deste modo ao serem indagados se o PBF tinha contribuído para a melhoria da produção, os participantes da pesquisa, foram unânimes em afirmar que não havia melhorado, pois este traz uma série de restrições, como aponta as seguintes falas.

Não eu achei que não melhorou não. Porque algumas partes agente não pode fazer não. Agora é tudo na metragem pra fazer o plantio da roça, você não pode fazer a quantia que você quer. Tem que ser tudo medido na regra, tem que ser anotado pra levar porque não pode mais (Comunitário 09).

Eles falaram lá uma coisa e aqui outra, depois que nós fomos descobrir. Eles vieram aqui falaram uma coisa aqui. Nós se *ferremo* por nós mesmo, poxa eles deviam ser claro né. Veio uma pessoa aqui contar mentira, falar uma coisa e depois é outra. Daí eles trouxeram um papel pra gente assinar e agente assinou. Por que agente não sabia como era. (...) Não explicaram não. Por que se eles estivessem explicado agente não teria caído nessa armadilha da gente não poder fazer mais nada, da gente não poder pescar, não poder caçar. Como é que agente vai viver? Vai morrer de fome? Ultimamente eles vieram ai e disseram que malhadeira ninguém não pode mais usar. Espingarda idem. Será que o governo vai sustentar agente agora. E assinamos o papel, ninguém sabia como é que era né. Assinamos lá, voltamos, mas ninguém pode mais desmanchar (Comunitário 10).

Desse modo, é possível visualizar as posições divergentes quanto ao significado do PBF e BFF, como também as responsabilidades da gestão da Floe Maués e do PBF para os grupos domésticos familiares da comunidade, pois se por um lado possibilitam o acesso a

bens para as famílias, por outro dificulta o acesso dos mesmos aos recursos naturais para viabilizar a subsistência dos mesmos.

Dessa maneira é possível inferir que o PBF com BFF tem contemplado algumas necessidades dos ribeirinhos da comunidade estudada, além de contribuir para coibir a práticas predatórias no uso dos recursos naturais. No entanto, ressalta-se que a família não tem a compreensão do motivo central pelo qual recebem o recurso do BFF, qual seja, mais um complemento de renda pago a título de *recompensa* pela conservação da floresta e investimento na cadeia produtiva de serviços ambientais. Embora, as informações sobre as normas do Programa tenham sido repassadas no decorrer do desenvolvimento do programa não foram realizadas ações que consolidassem o entendimento dos usuários na comunidade.

Outra questão importante relaciona-se o valor repassado pelo BFF, pois este não contempla as necessidades para acesso a bens e serviços das famílias atendidas, além de interferir de forma abrupta no usufruto dos recursos naturais historicamente vivenciadas por estas populações.

Vale observar que o programa tem contribuído para o surgimento de conflitos e risco de vida para os comunitários da Floresta Estadual de Maués, ocasionado pela forma como tem se aplicado o serviço de fiscalização. Decerto que para a viabilização de Políticas Públicas a participação do público-alvo se configura como elemento importante, no entanto, para a realização de ações técnicas que envolvem a responsabilidade das instituições é necessário que seja viabilizado as condições de infra-estrutura e recursos humanos capacitados para tal serviço.

- **Programa Bolsa Floresta e processos de autonomia na comunidade**

Em relação ao processo que envolve a implementação do PBF na comunidade, este foi realizada de forma a envolver todos os comunitários que seriam incorporados ao programa o

que nos permite afirmar que houve uma tentativa de publicização e ampla divulgação das informações. No entanto, no decorrer do processo não foram realizadas ações para consolidar as informações e averiguar se as informações foram entendidas pelos comunitários.

Assim, no âmbito da contribuição para a autonomia das famílias quando indagados sobre se as informações repassadas pelo programa foram suficientes para aderir ao programa, de forma segura; estes responderam que não. Isto deve ao fato de não conseguirem entender as informações repassadas durante a oficina para adesão ao Programa, pois, conforme relato, afirmam serem muitas as informações e não possuem material didático para fixar o entendimento a cerca do programa.

Geralmente, para te dizer a verdade é tanta da coisa que agente nem sabe, algumas coisas a gente decora, mas outras não. Porque é muito detalhe, assim, cada questão é uma coisa explicada tudo direitinho, mas é muita coisa (Comunitário 11).

No entanto, apesar de não conseguirem lembrar e explicar as normas do PBF para adesão, dos informantes que participaram da pesquisa 80% (n=20) afirmaram ter sido informados sobre os regulamentos e normas do programa, tendo realizado a adesão de forma espontânea, porém não entenderam o conceito e os objetivos. Em relação, a participação nas atividades realizadas após a adesão ao Programa 100% (n=28), continuam participando das atividades que vem sendo realizadas. Contudo, os comunitários de forma unânime afirmam não saber o motivo de criação do PBF.

Ainda referente ao acesso a informações qualificadas sobre o referido programa no âmbito da comunidade, uma das entrevistadas relatou que teve dificuldades para ter conhecimento das mesmas. A entrevistada não participou da Oficina para adesão ao Programa, por estar ocupada com deveres referentes aos serviços domésticos, e assim que soube da realização da Oficina em outra comunidade foi até esta para participar, no entanto, foi impedida por uma técnica do PBF. A justificativa para a não participação deveu-se ao fato de esta já ser cadastrada no programa e, desse modo, não poderia mais participar.

Um fenômeno importante de ser pontuado é quanto ao desconhecimento de o BFF ser um programa provisório, desta forma ao serem indagados sobre a possibilidade de término do PBF estes se mostraram surpreendidos, e afirmaram que este não poderia acabar, pois eles precisam do recurso para complementar a renda, pontuando assim certa dependência do mesmo. Vale ressaltar que de acordo com a pesquisa dos quatro componentes do PBF, o componente familiar (BFF) é o mais atrativo para os comunitários.

No que se refere aos processos que envolvem a contribuição do PBF para a autonomia da comunidade este se encontra extremamente fragilizado. Os comunitários participantes da pesquisa (comunitários e líderes) afirmaram de forma unânime desconhecer as ações do Programa para a comunidade. Segundo o depoimento dos comunitários a comunidade tem recebido pouca atenção e apoio do programa.

Ai eu queria que a comunidade, ela ficasse, assim, com mais apoio da floresta [Programa Bolsa Floresta], mas eu acho que não está tendo não, eu tenho certeza que não está tendo, porque é a comunidade que é mais importante pra nós saber sobre o Bolsa Floresta. Por que eu participo ali, mas o importante que do Bolsa Floresta tem que ser aqui, então, eu achei que não está acontecendo nadinha pra comunidade não (Comunitário 12).

Um fato importante de ser observado, quanto à organização comunitária, é que nesta não existe associação comunitária, associação de produtores ou grupos de produção. Isto, impossibilita o acesso da comunidade aos recursos no BFA, que vem sendo repassado para a ASPAFEMP uma organização externa à comunidade, que responde por acusação de desvio de recurso.

Conforme os relatos evidenciam-se a problemática inerente ao não fortalecimento das organizações sociopolíticas da comunidade como mecanismos que podem contribuir para a construção de soluções para atender as necessidades dos grupos locais. Tal procedimento evidencia o processo de não valorização da organização destas populações, o que em primeira instância permite destituição da reivindicação dos direitos sociais e, na contemporaneidade, dos direitos socioambientais.

Desse modo, a trajetória que vem sendo trilhada impossibilita o emergir da participação cidadã advindas de organizações que podem colocar as reais demandas da comunidade frente às instituições estatais ou paraestatais. Os grupos representados por organizações podem atuar enquanto mecanismos que possibilitam à transparência, a interferência, a interação e a influência junto ao Estado para a construção de novos rumos das políticas públicas que sejam orientadas para o atendimento aos interesses locais guiado por critérios de equidade e justiça social/política e econômica.

Contudo, ao serem questionados sobre as expectativas em relação ao Programa, estas foram direcionadas, principalmente, para o atendimento via PBF para a resolução de problemas vinculados ao acesso a bens e serviços sociais na comunidade como pode ser observado no seguinte relato.

Eu espero que melhore né? Por causa que a nossa comunidade precisa de várias coisas. A água encanada que a gente não tem. Que a nossa comunidade fosse beneficiada com uma coisa que desse resultado. Telefone essas coisas, água encanada, Posto de Saúde. A nossa comunidade precisa ser muito ajudada nessas coisas assim. E aí se esse programa do Bolsa Floresta fosse pra ajudar seria bom (Comunitário 13).

Assim, a partir deste estudo observa-se que o processo autonomia tanto dos usuários do Programa quanto da comunidade, ainda é algo que precisa ser trabalhado, pois se entende que a autonomia pressupõe que a comunidade possa estruturar-se de maneira a garantir a identidade local e própria de acordo com a realidade inserida.

Isto requer o esforço no redirecionamento dos trabalhos desenvolvimentos tanto no âmbito do Programa, quanto no âmbito da comunidade, no sentido, motivar a criação de organização de política e de produção na localidade, fortalecendo, assim, os laços e vínculos comunitários existentes e construindo ações junto a essas organizações condições para que estas possam ter acesso a bens e serviços sociais. Caso contrário, o PBF poderá criar laços de dependência dos usuários e da comunidade em relação ao Programa.

Neste estudo entende-se que o processo de autonomia está vinculado a procedimentos que envolvem a constituição da cidadania, como um esforço coletivo. Dessa forma, há necessidade de suprir as muitas carências oriundas das desigualdades de condições, do descaso do poder público em áreas vitais, como saúde e educação, por exemplo, e da própria incorporação do significado da cidadania, como guardiã e fonte de direitos para proporcionar assim, uma qualidade de vida merecida por todos os seres humanos, sem restrições.

E assim tendo como premissa fundamental a participação social que está baseada, no repasse de informações qualificadas, no entendimento das informações pela população atendida e na valorização das organizações sociais que emergem a partir de demandas sociais dos agentes. A não realização deste processo impossibilita a reivindicação do acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade. Desde modo, as políticas públicas devem possibilitar e assumir em suas diretrizes este teor para a concretização do Estado de direito e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade moderna globalizada que, na atualidade, pode ser vista como assolada pela degradação ambiental, denota extremo risco de colapso ecológico e abriga profundas desigualdades sociais num quadro de riqueza e pobreza extrema, caracterizando uma crise civilizatória. Faz-se necessário recriar uma unidade na relação homem-natureza, entendida como uma patente transformação societal, o que significa um novo sistema produtivo, que possa abranger todos (as) indistintamente.

Neste processo, as populações que habitam tradicionalmente a região amazônica têm muito a contribuir para a consolidação de uma política que estabeleça uma real sustentabilidade, pois possuem um modo de vida distinto do urbano industrial e, portanto, diferenciada da lógica do capital.

A partir desta pesquisa, baseadas numa perspectiva crítica, foi possível visualizar o contexto histórico-social no qual estão circunscritas as políticas ambientais direcionadas implementadas pelos governos na região. Assim como conhecer o significado que a Política Pública Ambiental, no caso específico do PBF, representa para os participantes, e também dos processos que permeiam a constituição da autonomia dos comunitários no âmbito do programa.

Ao final da pesquisa observou-se o desconhecimento dos objetivos e normas pelos usuários do Programa o que impossibilita a participação efetiva dos comunitários para tomada de decisões que possam construir a autonomia social, política e econômica dos comunitários em relação ao Programa.

Desse modo, é possível a sugestão de alternativas para as problemáticas que apresentaram-se no decorrer da pesquisa, que podem ser visualizadas no seguinte esquema.

➤ Usuários

- Elaboração e distribuição de material didático (cartilhas, folhetos) com linguagem adequada a população usuária do PBF;
- Elaboração de um plano de avaliação e monitoramento para averiguar o grau de entendimento da população atendida referente às informações repassadas.

➤ Comunidade

- Elaborar estudos que evidenciem o *modus vivendi* das comunidades atendidas pelo programa, evidenciando o uso dos recursos naturais e o acesso bens e serviços sociais;
- Propiciar condições para organização política com a criação de associação comunitária e estabelecimento de grupos de produção a partir das potencialidades locais;

Estas sugestões envolvem a realização de uma série procedimentos técnicos e de recursos humanos a serem mobilizados nas diversas áreas do conhecimento. Evidentemente que as demandas da comunidade em relação ao programa são diversas, contudo, estas sugestões podem ser operacionalizadas para sanar questões de curto e longo prazo que possam contribuir para a melhor gestão do Programa no âmbito da comunidade.

A partir do referencial teórico verifica-se que o PBF corresponde a uma política adotada pelo Estado para responder ao cenário de crise ambiental vivenciada pelo modelo de desenvolvimento atual.

Durante a pesquisa foi possível visualizar questões pertinentes que poderiam constituir-se como temáticas para futuras abordagens, dentre elas, a questão referente à concepção de homem e de sociedade que estão imbuídas às políticas públicas voltadas para Amazônia. Neste estudo, verifica-se que o PBF, vê o homem ribeirinho como similar ao homem cunhado pela modernidade. Será esta uma tendência das políticas públicas adotadas

para a região? Quais as conseqüências desta forma de concepção para a gestão das políticas públicas e na determinação de suas ações?

Este trabalho parte do entendimento de que este homem ribeirinho diferencia-se do homem moderno fruto das relações capitalistas, pois suas ontologias e epistemologias, sobretudo quanto à relação homem-natureza, são diferenciadas por processos sócio-culturais distintos. Deste modo faz-se necessário que para a formulação e gestão de políticas para as populações amazônidas sejam realizadas estudos com informações qualificadas que tornem possíveis e concretos o respeito ao *modus vivendi* das populações da região.

Assim, adotando como referência a perspectiva da sustentabilidade baseada no ecodesenvolvimento, conclui-se que são inúmeros os desafios para a concretização da sustentabilidade social, sobretudo para a garantia dos direitos socioambientais das comunidades ribeirinhas na Amazônia. Neste sentido, é importante que a política adotada seja, de fato, uma responsabilidade do Estado para possibilitar o direcionamento de recursos públicos para a efetivação das ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS (Estado). Governo do Estado. Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués (1ª. Revisão) /Domingos S. M. dos S. Macedo, Geise de G. Canalez e Rômulo F. Batista (supervisão e coordenação). Manaus: CEUC/SDS, 2010.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: Experiências nacionais. Leonardo Avritzer (Org.). São Paulo: Cortez, 2009.

BOBBIO, N. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992)

_____. A teoria das formas de governo. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil, 2000.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e natureza: Estados para sociedade sustentável. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARDENES, Jander. Programa Bolsa-Floresta: recompensa financeira aos guardiões das florestas nas unidades de conservação do Estado do Amazonas. Manaus: 2011.

CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1990.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues *et all*. Políticas públicas: natureza política e viabilização da pesca. In: O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendência do desenvolvimento a indústria da pesca/Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Manaus: Ibama/PróVárzea, 2007.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. *In: INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v.8, p.99-106.set, 2006.

CHAVES, M. do P. Socorro Rodrigues. Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIREC, Campinas.

CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. Cadernos NAEA, Belém, v. 2, n. 1, p.31-50, Jun. 1999.

CAVALCANTI, C. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica Vol. 1: 1-10, 2004.

COSTA, Lúcia Cortes da. Reflexão sobre o estado moderno. *In: Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil*. Ponta Grossa: UEPG: São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. *In: Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. v. 22, n. 22, São Paulo: Editora UNEP, 1999.

COUTO, Barenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CUNHA, S. e COELHO, M. C. Política e gestão ambiental. *In: CUNHA, S. & GUERRA, A. (Orgs). A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 248 p.

DAGNINO, Evelina. Qual Cidadania? A noção de cidadania precisa da concepção de um direito a ter direitos. *Jornal da ABONG*, mimeo.

DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania. Campinas: São Paulo: Papirus, 1994.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1985, 215 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. 5ª ed. São Paulo: ed. Brasiliense, 1991.

FERNANDES, Florestan. “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina”, 3ª edição, Rio de Janeiro - RJ: Ed. Zahar, 1981.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1975.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, IPEA, n. 21, jun. de 2000, p. 212-256.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL MANAUS. Relatório de Gestão. 2008-2011.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL . Manaus. Relatório de Pesquisa de Opinião: Programa Bolsa Floresta RDS Rio Negro, Uatuma e Juma.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. *In*: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejusp/UFPA-NAEA, 1997.

GODELIER, Maurice. Godelier: Antropologia. Organizado por Edgar Assis de Carvalho. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção grandes cientista sociais, 21).

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. Vol. 2, edição traduzida, Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. Culturas brasileiras da participação democrática. In: Experiências nacionais. Leonardo Avritzer (Org.). São Paulo: Cortez, 2009.

IANNI, Octavio. A questão social. In: São Paulo em Perspectiva jan/mar. vol. 5 n° 01, 1991.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo: Cortez, 1989.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental. 2 ed. São Paulo: Vozes, 2001.

LIRA, Talita de Melo. Análise das condições de acesso aos programas de assistência social pelas populações ribeirinhas de Maués/AM. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social/UFAM, Manaus.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosófico. Tradução Alex Martins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. O manifesto comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. A Ideologia alemã. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado: ciência da ecologia, pensamento ecológico e movimento ecológico. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org). Face do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP/NAEA, 1997.

NETO. J. P. CARVALHO, M. C. Brant. Cotidiano: conhecimento e crítica. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Cidadania, crise e reforma democrática do estado. In: Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. v. 22, n. 22, São Paulo: Editora UNEP, 1999.

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. Revista de Cultura & Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (3), nov. 1980./jul. 1981.

OFFE, Claus. Algumas contradições do Estado Social Moderno. Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho, vol. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Tradução Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA e CARVALHO (Orgs.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Wanderley G. 1979, Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Campus.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A assistência social na Amazônia. In: Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XIX. nº 56. Ed. Cortez, Março 1998.

TOURAINÉ, Alain. O Que é Democracia? Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

VIEIRA, Evaldo. Democracia e política social. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção polêmica do nosso tempo; v, 49).

VIANA, Virgílio. Bolsa Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. São Paulo/USP- Estudos Avançados 22 (64),2008. p. 143 a 151.

..... . As florestas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2007.

..... Amazônia e Desenvolvimento Sustentável. IN: FREITAS, Marcílio (org.) Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza. Manaus: Edua. 2005. pp.235 a 244.